



Política de Coesão 2014-2020
Uma Análise do Perfil de Investimentos nas Pequenas e Médias
Cidades em Territórios de Baixa Densidade em Portugal Continental

Filipe Manuel Leite Arranhado

Dissertação orientada
pela Professora Doutora Eduarda Pires Valente da Silva Marques da Costa

Mestrado em Ordenamento do Território e Urbanismo

Março 2021

(Página propositadamente em branco)



Política de Coesão 2014-2020
Uma Análise do Perfil de Investimentos nas Pequenas e Médias
Cidades em Territórios de Baixa Densidade em Portugal Continental

Filipe Manuel Leite Arranhado

Dissertação orientada
pela Professora Doutora Eduarda Pires Valente da Silva Marques da Costa

Mestrado em Ordenamento do Território e Urbanismo

Júri

Presidente: Professora Doutora Maria do Rosário Sintra de Almeida Partidário do Instituto Superior Técnico

Vogais: Professor Doutor José Afonso Teixeira da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Professora Doutora Eduarda Pires Valente da Silva Marques da Costa do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território

Março 2021

(Página propositadamente em branco)

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a finalização de mais um capítulo no meu percurso académico.

A toda a minha família, principalmente a minha mãe, pai, irmão, avó, avô e à minha tia Emília por me terem dado todas as ferramentas e apoio necessário para alcançar este objetivo.

Aos amigos que ainda me acompanham desde a licenciatura, por toda a ajuda e companheirismo.

Aos meus amigos de Cascais, especialmente aos cinco que desde há muitos anos me acompanham e que de várias maneiras vão me dando força para continuar.

À Margarida que me apoiou, aconselhou, ajudou e sempre me fez ver e querer mais para além do óbvio.

À Mariana, que durante dois anos formámos uma ótima dupla e que sem dúvida parte do sucesso se deve a ela.

À minha orientadora, professora Doutora Eduarda Marques da Costa que apesar de todas as funções que desempenha nunca me deixou de apoiar, ajudar e acima de tudo, orientar.

(Página propositadamente em branco)

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo concreto: detalhar os investimentos da Política de Coesão de forma a compreender se vão ao encontro das potencialidades, se respondem às fragilidades das pequenas e médias cidades e se efetivamente existe uma discriminação positiva das áreas que mais precisam desta contribuição. Nas últimas décadas, muito por culpa dos sucessivos alargamentos da UE, as assimetrias entre regiões têm emergido o que na perspetiva de uma Europa coesa e a uma só velocidade é um fenómeno a suprimir. Entre inúmeras estratégias aquela que, pela sua dimensão e complexidade assume a dianteira, são os Fundos Europeus Estruturais de Investimento.

O conceito de coesão territorial sendo complexo emerge como fundamental, compreendendo várias dimensões. Neste contexto e tendo as pequenas e médias cidades como objeto de estudo foi fundamental a revisão bibliográfica com intuito de conceber o seu enquadramento teórico e das várias componentes intrínsecas. Para tal foi necessário entender de que forma o desenvolvimento económico está relacionado com o desenvolvimento urbano, identificar e analisar as características sociodemográficas e económicas das pequenas e médias cidades em áreas de baixa densidade.

Após o estudo dos vários indicadores, é possível conceber uma visão da situação atual das pequenas e médias cidades em várias unidades territoriais em análise. Estas, apesar de se evidenciarem pelas particularidades demográficas e económicas da sua envolvente, continuam progressivamente a perder peso demográfico e a afastar-se das cidades do litoral.

Posteriormente, a análise aos fundos permitiu elaborar o perfil de investimentos para Portugal Continental. Diferenciando-os por programas operacionais e objetivos temáticos e retratando-os por vários indicadores, conseguiu-se chegar a um padrão geral da distribuição dos investimentos, diferenciando as cidades por classificações populacionais em várias unidades territoriais.

O perfil de investimentos apresentado para as pequenas e médias cidades mostrava uma forte expressão dos objetivos temáticos relacionados com as pequenas e médias empresas, a promoção e preservação do meio ambiente e recursos naturais e a aposta na educação e formação, especialmente ao longo da vida.

A conjugação dos três capítulos permite uma interpretação mais ampla e precisa das conclusões produzidas. É interessante perceber que os investimentos podem variar tendo em conta: as características sociodemográficas, económicas, da dimensão da cidade e também pela situação do sistema urbano. A análise demonstra que é possível traçar um perfil geral para cada tipologia em diferentes unidades territoriais. Pelo perfil é possível fazer uma diferenciação, sobretudo das pequenas e médias cidades tanto do litoral como do interior e as vilas e aldeias do interior. Foi também possível perceber que o perfil de investimentos vai ao encontro às potencialidades/desafios particulares as pequenas e médias cidades em áreas de baixa densidade.

Palavras-chave: Coesão Territorial, Política de Coesão, Pequenas e Médias Cidades, Áreas de Baixa e Alta Densidade, Desenvolvimento Regional.

Abstract

The present work has as concrete objective: to detail the investments of the Cohesion Policy in order to understand if they meet the potentialities, if they respond to the weaknesses of small and medium-sized cities and if there is effectively a positive discrimination of the areas that need this contribution most. In recent decades, largely due to the successive enlargements of the EU, asymmetries between regions have emerged which, in the perspective of a cohesive Europe and at a single speed, is a phenomenon to be suppressed. Among countless strategies, the European Structural Investment Funds, due to their size and complexity, are at the forefront.

The concept of territorial cohesion being complex emerges as fundamental, comprising several dimensions. In this context and with small and medium-sized cities as the object of study, a bibliographic review was essential to conceive their theoretical framework and the various intrinsic components. For this, it was necessary to understand how economic development is related to urban development, to identify and analyze the socio-demographic and economic characteristics of small and medium-sized cities in low-density areas.

After studying the various indicators, it is possible to conceive a view of the current situation of small and medium-sized cities in various territorial units under analysis. These, despite being evidenced by the demographic and economic particularities of their surroundings, continue to gradually lose their demographic weight, and move away from coastal cities.

Subsequently, the analysis of the funds made it possible to prepare the investment profile for mainland Portugal. Differentiating them by operational programs and thematic objectives and portraying them by various indicators, it was possible to arrive at a general pattern of the distribution of investments, differentiating cities by population classifications in various territorial units.

The investment profile presented for small and medium-sized cities showed a strong expression of the thematic objectives related to small and medium-sized companies, the promotion and preservation of the environment and natural resources and the focus on education and training, especially throughout life.

The combination of the three chapters allows a broader and more accurate interpretation of the conclusions produced. It is interesting to realize that investments can vary considering: the sociodemographic, economic, dimension and the situation of the urban system. The analysis shows that it is possible to draw a general profile for each scale in different territorial units. The profile makes it possible to differentiate, especially small and medium-sized cities both on the coast and inland, and inland towns and villages. It was also possible to see that the investment profile meets the potentials / challenges of small and medium-sized cities.

Keywords: Territorial Cohesion, Cohesion Policy, Small and Medium Sized Towns, Low and High Density Areas, Regional Development.

(Página propositadamente em branco)

Índice

Agradecimentos	v
Resumo	vii
Abstract.....	viii
Índice de Figuras.....	xi
Índice de Tabelas.....	xii
Lista de Acrónimos	xiv
Introdução	1
1. Cidade e a sua evolução.....	5
1.1 Conceito de cidade e papel no desenvolvimento.....	5
1.2 Repercussões da densidade no desenvolvimento económico e territorial	7
2. Dinâmicas de transformação das pequenas e médias cidades.....	13
2.1 Conceito de pequenas e médias cidades.....	13
2.2 Potencialidades, fragilidades e desafios das PMC	20
3. Política Urbana Europeia – Breve contextualização.....	29
3.1 A política urbana europeia	29
3.2 As pequenas e médias cidades na política urbana europeia.....	34
4. As pequenas e médias cidades em Portugal Continental – Tendências de desenvolvimento.....	38
4.1 Definição PMC segundo os vários autores nacionais	38
4.2 Principais características do sistema urbano em Portugal Continental ...	39
4.3 Metodologia para a identificação e análise das PMC em diferentes contextos territoriais	42
4.4 Evolução sociodemográfica das PMC nas ABD.....	46
4.5 Evolução económica das PMC em ABD.....	59
5. Distribuição territorial do investimento realizado no âmbito do Portugal 2020	71
5.1 Política de Coesão	71
5.2 Metodologia para análise aos investimentos da Política de Coesão 2014-2020.....	74
5.3 Investimento realizado no âmbito do Portugal 2020.....	75
5.4 Distribuição dos investimentos por PO Regionais e PO Temáticos.....	80
5.5 Distribuição dos Investimentos por Objetivos Temáticos.....	84
6. Conclusões.....	91
7. Bibliografia.....	97
8. Anexos	105

Índice de Figuras

Figura 1 – Percentagem de população residente em áreas urbanas diferenciando por rendimento	6
Figura 2 – Modelo Hélice Tripla..	9
Figura 3 – Exemplos de tipologias regionais de PMC	17
Figura 4 – Análise SWOT das PMC em diferentes contextos regionais.....	26
Figura 5 – Tipologias urbanas europeias.....	29
Figura 6 – Número de cidades por município em Portugal Continental.	40
Figura 7 – Número, diversidade e acessibilidade das funções urbanas.....	40
Figura 8 – Densidade populacional.....	41
Figura 9 – Percentagem de população residente por TIPAU em NUTS3	41
Figura 10 – Áreas de alta e baixa densidade.....	43
Figura 11 – PMC identificadas em Portugal Continental	45
Figura 12 – Taxa de variação da população entre 2011 e 2018	47
Figura 13 – Taxa de crescimento natural – Evolução 2011 - 2018.	49
Figura 14 – Evolução da taxa de saldo migratório 2011-2018	51
Figura 15 – Evolução do índice de envelhecimento.....	53
Figura 16 – Evolução do poder de compra per capita.	55
Figura 17 – Densidade empresarial em 2018	60
Figura 18 – Produtividade por concelho em 2018	66
Figura 19 – Produtividade e sectores de atividade na região Norte.	67
Figura 20 – Produtividade e sector de atividade na região Centro.....	67
Figura 21 – Produtividade e sector de atividade na região da AML e Alentejo.	68
Figura 22 – Produtividade e sector de atividade na região do Algarve	68
Figura 23 – Descrição objetivos temáticos da Política de Coesão.	72
Figura 24 – Distribuição do investimento participado por fundo aprovado nos concelhos da região Norte.	76
Figura 25 – Distribuição do investimento participado por fundo aprovado nos concelhos da região Centro	76
Figura 26 – Distribuição do investimento participado por fundo aprovado nos concelhos da região da AML e Alentejo	77
Figura 27 – Distribuição do investimento participado por fundo aprovado nos concelhos da região do Algarve.....	77
Figura 28 – Montante médio (€) por operação do fundo aprovado	79
Figura 29 - Fundo aprovado (€) per capita.	79
Figura 30 - Percentagem do total de fundo aprovado no elegível (majoração).....	79
Figura 31 - Fundo aprovado (€) por nº de Empresas	79
Figura 32 - Montante médio (€) por operação do fundo total aprovado entre PO Regionais e PO Temáticos em 2018	82
Figura 33 - Fundo total aprovado per capita entre PO Regionais e PO Temáticos	82
Figura 34 - Distribuição por OT do fundo total aprovado e do número de operações.....	84

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Definição das áreas urbanas tendo em conta a metodologia usada por país da UE.	14
Tabela 2 – Diferenças sociais e territoriais entre países da UE	15
Tabela 3 – Perspetiva usada na classificação das PMC	15
Tabela 4 – Critérios para a definição das PMC	16
Tabela 5 – Resultados obtidos usando a metodologia morfológica. Fonte: Servillo et al., traduzido, (2014).	16
Tabela 6 – Exemplos de tipologias regionais de PMC	18
Tabela 7 – Características das cidades médias	39
Tabela 8 - Tabela metodológica síntese 1	42
Tabela 9 – Distribuição do número de cidades e residentes dos concelhos por AAD, ABD e as duas áreas metropolitanas em Portugal Continental	43
Tabela 10 – Tabela metodológica síntese 2	44
Tabela 11 – Distribuição da população residente em Portugal Continental entre 2011 e 2018. Fonte: INE 2018 e CIC 2015	46
Tabela 12 - Evolução da população residente segundo faixas etária e escalão de dimensão das cidades	46
Tabela 13 - Evolução da taxa de crescimento natural por NUTS2 segundo as AAD e as ABD 2011-2018	49
Tabela 14 - Taxa de crescimento natural segundo escalão de dimensão das cidades em contexto AAD e ABD 2011-2018	50
Tabela 15 - Evolução da taxa de saldo migratório por NUTS2 segundo AAD e ABD 2011-2018	52
Tabela 16 – Taxa de saldo migratório segundo escalões de dimensão das cidades em contexto AAD ABD 2011-2018	52
Tabela 17 – Evolução da população residente por escalões etários por NUTS2 segundo as AAD e ABD, 2011-2018	54
Tabela 18 – Evolução da população por escalões etários segundo escalões de dimensão das cidades em contexto AAD e ABD, 2011-2018	54
Tabela 19 – Evolução do poder de compra per capita por NUTS2 segundo as AAD e ABD, 2011-2017	56
Tabela 20 – Evolução do poder de compra per capita segundo escalões de dimensão das cidades em contexto de AAD e ABD, 2011-2017	56
Tabela 21 – Reconversão dos grupos de atividade	60
Tabela 22 – Evolução da estrutura das empresas por setor de atividade por NUTS2 em contexto as AAD e ABD, 2011-2018	61
Tabela 23 – Evolução da estrutura do emprego por setor de atividade ao serviço por NUTS2 em contexto AAD e ABD, 2011-2018	61
Tabela 24 – Evolução da estrutura das empresas por setor de atividade segundo escalões de dimensão das cidades em contexto AAD e ABD, 2011-2018	62
Tabela 25 – Evolução da percentagem da estrutura de emprego por setor de atividade segundo escalões de dimensão das cidades em contexto AAD e ABD, 2011-2018	63
Tabela 26 – Volume de negócios (€) por pessoa ao serviço por NUTS2 em contexto AAD e ABD, 2011-2018	64
Tabela 27 – Volume de negócios (€) por pessoa ao serviço segundo escalões de dimensão das cidades em contexto AAD e ABD, 2011-2018	65
Tabela 28 – Sobreposição dos objetivos temáticos nos vários Programas Operacionais	73
Tabela 29 – Distribuição dos fundos da Política de Coesão (€) por NUTS2	75
Tabela 30 - Distribuição dos PO Temáticos e PO Regionais (€) por NUTS2	80
Tabela 31 – Indicadores de investimento efetuado no âmbito dos fundos aprovados – Distribuição por NUTS2, classificação em AAD e ABD e classificação por escalão de dimensão das cidades – Situação a 20 de junho de 2020	81

Tabela 32 – Total por coluna dos indicadores de investimento efetuado no âmbito dos fundos aprovados – Distribuição por NUTS2, classificação em AAD e ABD e classificação por escalão de dimensão das cidades – Situação a 20 de junho de 2020	83
Tabela 33 – Distribuição do fundo aprovado por OT, por NUTS2, em contexto AAD e ABD e segundo escalão de dimensão das cidades - Situação a 20 de junho de 2020	85
Tabela 34 – Fundo aprovado per capita, por NUTS2 em contexto AAD e ABD e segundo escalões de dimensão das cidades – Situação a 20 de junho de 2020.....	89
Tabela 35 – Relação entre OT's e características das PMC em ABD.....	94

Lista de Acrónimos

AD&C – Associação de Desenvolvimento e Coesão
AAD – Áreas de alta densidade
ABD – Áreas de baixa densidade
CAOP – Carta Administrativa Oficial Portuguesa
CE – Comissão Europeia
CH – Capital Humano
CI - Competitividade e Internacionalização
CIC – Comissão Interministerial de Coordenação
DGT – Direção Geral do Território
ESDP – European Spatial Development Perspective
ESPON – European Spatial Planning Observation Network
FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
I&D – Investigação e Desenvolvimento
ISE – Inclusão Social e Emprego
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OT – Objetivo Temático
PI – Prioridade de investimento
PMC – Pequenas e médias cidades
PNPOT – Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território
SEUR – Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
NU – Nações Unidas
NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
UE – União Europeia
CAE – Classificação das Atividades Económicas

(Página propositadamente em branco)

Introdução

O presente trabalho intitula-se “Política de Coesão 2014-2020 – Uma análise do perfil de investimentos nas pequenas e médias cidades em territórios de baixa densidade em Portugal Continental”. Foi realizado para a obtenção do grau de mestre em Ordenamento do Território e Urbanismo e pretende caracterizar a distribuição dos investimentos da Política de Coesão europeia, nas cidades de pequena e média dimensão em Portugal Continental, destacando a sua incidência nos territórios de baixa densidade, durante o horizonte temporal de ação das políticas entre 2014-2020.

A pertinência deste tema justifica-se pelo facto de o fenómeno em causa ser transversal a vários países europeus e ter vindo a ganhar cada vez maior relevância tanto pelas entidades europeias como nacionais. Este fenómeno é relativo à coesão territorial, devido sobretudo à gradual perda de população e competitividade das pequenas e médias cidades (PMC) como também dos territórios rurais localizadas em áreas de baixa densidade (ABD), para os grandes núcleos urbanos localizados em áreas de alta densidade (AAD). Agravando a situação, está a crise económica e a baixa natalidade, problemas transversais à maioria dos países europeus.

Por consequência apontamos quatro conceitos fundamentais a ter em conta para a concretização do trabalho: pequenas e médias cidades, disparidades regionais, áreas de baixa densidade e coesão territorial.

As tipologias urbanas de PMC têm sofrido alterações, tanto físicas como funcionais, devido à elevada urbanização dos últimos anos e de diferentes formas, pelos vários países europeus. Estas transformações, aliadas aos fenómenos demográficos intrínsecos a cada região, fizeram o conceito de PMC variar ao longo do tempo. Alias, cumpre referir como esta classificação se tem alterado, passando de uma definição meramente demográfica, em que o número de residentes a determinava, para uma mais funcional, tendo em conta o seu contexto territorial (Russo, Giné, Albert & Brandajs, 2016). Mais recentemente esta definição mostra-se mais dinâmica no sentido de integrar a PMC com o fenómeno do desenvolvimento sustentável e da globalização, na perspetiva desta se desamarrar da hierarquia urbana integrando-se e afirmando-se a um nível internacional (Marques da Costa, 2002)

As diferenças estão associadas a disparidades regionais. Estas podem ser caracterizadas pela falta ou acesso dificultado a algo tangível ou intangível como infraestruturas, serviços ou equipamentos em comparação com outras regiões (Molle, 2008).

Neste contexto, em Portugal Continental foram recentemente definidas áreas de baixa e alta densidade, com o objetivo de fazer uma discriminação positiva do território considerando os indicadores demográficos, económicos, de mobilidade e características físicas (CIC [Comissão Interministerial de Coordenação], 2015). Esta discriminação visa sobretudo a solicitação de financiamento aos fundos comunitários.

A coesão territorial, por fim, pode ser explicada como o desenvolvimento sustentável e harmonioso do território de forma que a sua população consiga tirar o melhor proveito de igual modo, comparando-o com outros territórios (CE, 2008), demonstrando a importância das PMC em ABD.

É perceptível o interesse na promoção do desenvolvimento de PMC por parte dos decisores políticos, quer em termos de políticas produzidas, quer nas diretrizes de instrumentos de gestão do território como o Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território (PNPOT), pelo facto de tanto em Portugal como na Europa, esta tipologia ter um grande peso nos sistemas urbanos tanto em número como em população.

São vários os estudos, particularmente aqueles realizados pelo European Spatial Planning Observatory Network (ESPON) que ao retratarem o sistema urbano europeu, dão-nos a visão do real peso que esta tipologia tem quando comparada com outras.

Esta característica é por isso essencial para o cumprimento daquilo que tem sido advogado pela União Europeia (UE) como o desenvolvimento sustentável e policêntrico do sistema urbano, indo de encontro à coesão territorial atrás referida, sobretudo nas áreas rurais.

Acontece que, particularmente nos últimos anos, as grandes cidades ou núcleos urbanos extensos, são os territórios que realmente têm sido palco de enormes mudanças em vários âmbitos. Num mundo económico cada vez mais competitivo e global, as empresas tendem a procurar o melhor ambiente. Este tanto pode ser físico como funcional e são estes os espaços que oferecem o maior número de benefícios, sobretudo pela elevada densidade e concentração, tanto de população como de empresas. As PMC, principalmente aquelas que ficam isoladas ou fora da influência de uma grande cidade, em termos gerais não têm tido o mesmo sucesso em adaptar-se a este dinamismo económico e como consequência têm perdido população e competitividade.

Esta pouca adaptabilidade faz com que estejam mais expostas a crises e por contrapartida a estímulos por parte das entidades governamentais como forma de promover o seu dinamismo.

É no sentido da diminuição das disparidades e na ajuda à capacitação das pequenas e médias cidades, através de fundos comunitários, que se introduz outra temática de relevo neste trabalho, a Política de Coesão da UE. A Política de Coesão tem como objetivo principal reforçar as economias e a coesão social, reduzindo disparidades entre regiões (Marek & Jacques, 2019), através do financiamento parcial de projetos que se insiram nos onze objetivos temáticos (OT) que, na ótica da Comissão Europeia (CE), levará a um desenvolvimento sustentável e coeso do território.

Esta forma de promoção da coesão territorial por parte de investimentos em vários âmbitos, tem mais do que nunca adquirido uma grande importância para estas regiões. A Política de Coesão tem grande relevância em matéria de investimentos, uma vez que no contexto das anteriores crises económicas e de incapacidade financeira estatal para os realizar, a UE adquire uma posição central nesta matéria.

A importância reconhecida, mas pouco materializada e potencializada do papel das PMC, a sua relação com os objetivos traçados pela Política Regional da UE e a importância dos investimentos da Política de Coesão, são a justificação para o tema e foi a partir deles que se definiram os objetivos deste estudo.

As conclusões que decorrem da realização deste trabalho pretendem responder às seguintes questões:

- Tendo em conta a realidade demográfica e económica das áreas de baixa densidade, terão pequenas e médias cidades em ABD capacidade e atributos para liderarem os territórios envolventes contribuindo para a coesão territorial ao nível regional?
- Os investimentos realizados no âmbito da Política de Coesão nas PMC em territórios de baixa densidade apresentam especificidades relacionadas com as suas características?

Assim, definiram-se os seguintes objetivos:

1. Apresentar o contexto sociodemográfico e económico das PMC em território continental, tanto em ABD como em AAD.
2. Determinar o perfil de especialização quanto às atividades económicas.
3. Caracterizar a distribuição dos investimentos realizados no âmbito do Portugal 2020, no período de 2014-2020, nas diferentes tipologias urbanas em Portugal Continental.
4. Analisar a distribuição dos investimentos em várias dimensões e a sua incidência nas PMC.
5. Determinar o perfil de investimento nas PMC em ABD a partir de objetivos temáticos.

A estrutura do trabalho, apresenta-se dividida em quatro capítulos.

O primeiro é dedicado à definição de cidade, à sua evolução e ao seu contributo para o desenvolvimento. As novas configurações morfológicas que se observaram nas cidades decorrentes de vários fenómenos, sobretudo da revolução industrial e, por fim, a forma como particularidades do meio urbano, neste caso a densidade e a diversidade, influenciaram o seu desenvolvimento. O segundo é dedicado às questões do sistema urbano, mais concretamente sobre a rede de PMC na UE. Abordam-se as diferentes fases de perceção dos atores políticos para com a cidade, fazendo desta forma uma relação com a evolução da política urbana europeia. No terceiro abordam-se as mesmas questões do capítulo anterior, mas especificando o seu foco territorial para Portugal Continental. A pesquisa nestes capítulos será mais intensiva e para além da descrição da sua evolução, será realizada a sua caracterização sociodemográfica e económica, comparando sempre as cidades de várias unidades territoriais. No quarto realiza-se uma contextualização da Política de Coesão e, por último, será relativo às questões mais práticas, nomeadamente, ao tratamento dos dados da Lista de Operações do Portugal 2020.

Foram vários os recursos utilizados como métodos, diferindo de capítulo para capítulo. Para a concretização do estado da arte, a pesquisa bibliográfica foi essencial na recolha de informação, pois, não sendo restrita a um determinado período nem a um tema, possibilita relacionar outros tópicos com os tratados neste trabalho. Desta forma, o cruzamento de fenómenos proporciona outras perceções enriquecendo a análise. A pesquisa bibliográfica foi, na sua maioria, centrada em teses, artigos científicos, relatórios e programas governamentais. A pesquisa de índole estatística foi realizada com dados disponíveis nos portais do Instituto Nacional de Estatística (INE) e da PORTDATA.

O *software Microsoft Excel* para além de tratar os dados, permite a construção de uma base estatística sólida para que exista uma caracterização quantitativa. É a partir da base estatística que se construirá cartografia para que, além das tabelas, exista outra forma de estabelecer comparações entre o objeto de estudo em várias unidades territoriais.

É a partir desta base estatística com indicadores sociodemográficos e económicos que, depois de trabalhada, se iram retirar conclusões sobre os mais diversos fenómenos que se verificam nas PMC e restantes unidades territoriais em análise. Posteriormente para as análises aos investimentos da Política de Coesão, a base estatística sociodemográfica e económica será articulada à Lista de Operações do Portugal 2020, em que o denominador comum entre ambas serão os municípios em Portugal Continental.

As questões metodologias específicas encontram-se detalhadamente explanadas no ponto 4.3 - Metodologia para a identificação e análise das PMC em diferentes contextos territoriais e no ponto 5.2 - Metodologia para análise aos investimentos da Política de Coesão 2014-2020.

1. Cidade e a sua evolução

1.1 Conceito de cidade e papel no desenvolvimento

A cidade é uma das ações antrópicas com maior expressão e impacto no território e está presente desde a idade do bronze, há sensivelmente 4.000 anos. Delfante (1997) afirma que foi na mesopotâmia que possivelmente foram reconhecidos os primeiros elementos, estratos de construções humanas, que constata a existência de uma tipologia urbana passível de ser identificada como cidade. São vários os períodos, desde o Egípcio ao Renascimento, ao longo dos quais as cidades vão sendo alteradas. Porém, é com a primeira revolução industrial que estas se estabeleceram noutra patamar em relação às restantes tipologias e gradualmente foram sendo reconhecidas como peças-chaves para o desenvolvimento humano.

O rápido processo de urbanização, sentido na primeira revolução industrial foi estimulado, sobretudo pela concentração dos meios de produção e dos seus trabalhadores junto/dentro das cidades, potenciada pelo melhoramento das infraestruturas de transporte, como as estradas ou caminhos de ferro. No entanto, este forte crescimento populacional e industrial que cidades como Londres experienciaram fez surgir problemas como a poluição atmosférica, devido à constante queima do carvão e pressão sobre infraestruturas. Esta enorme pressão expôs as inúmeras carências em áreas como a salubridade ou a habitação, que justificaram intervenções em soluções viáveis para a melhor organização do espaço urbano e, adicionalmente, para melhorar de modo geral as condições de habitabilidade da cidade.

As cidades, a partir do processo de urbanização, têm vindo a desempenhar um papel cada vez mais importante no desenvolvimento económico e social das regiões onde se inserem como mostra a figura em anexo 1. Em 2007 quebrou-se a barreira dos 50% da população mundial a viver em áreas urbanas, em 2018 já se ultrapassava os 55% e há perspectivas de em 2050 ultrapassar os 65% (World Bank, 2020).

Há que estabelecer uma ligação positiva entre urbanização e desenvolvimento económico. Com o crescimento e desenvolvimento económico das populações e semelhante aumento da população urbana, a cidade adquire uma especial atenção por parte dos governos. Na ideia de alcançar um desenvolvimento sustentável, existe a necessidade conduzir esta urbanização e de certo modo conjugá-la com questões mobilidade, ambiente ou densidade que, para os decisores políticos, têm sido temas-chaves.

O conceito de urbanização é definido como a expansão da área urbana ocupando aquilo que é considerado área rural, potenciado pela progressiva chegada da população das áreas rurais (OCDE, 2003). Henderson (2002) afirma que a urbanização é parte integrante do desenvolvimento normal dos países. Para Henderson & Wang (2007), a urbanização é composta por três dimensões: aumento da cidade por número de habitantes, aumento da cidade por área e aumento do número de cidades. A população mundial residente em áreas urbanas cresceu exponencialmente em 50 anos, passando de 1 mil milhões em 1960 para 4 mil milhões em 2017. Em Portugal, tendo em conta o mesmo período temporal, passámos de 3 milhões, 35% do total de habitantes, para 6.7 milhões, correspondendo a 65% do total de habitantes (World Bank, 2020).

Os ritmos de crescimento da população urbana variam muito entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento como está representado na figura 1. A realidade económica e social nas áreas rurais dos países em desenvolvimento e nas áreas urbanas é marcadamente distinta, sobretudo no que respeita ao rendimento, questões habitacionais e qualidade de vida (Henderson, 2000).

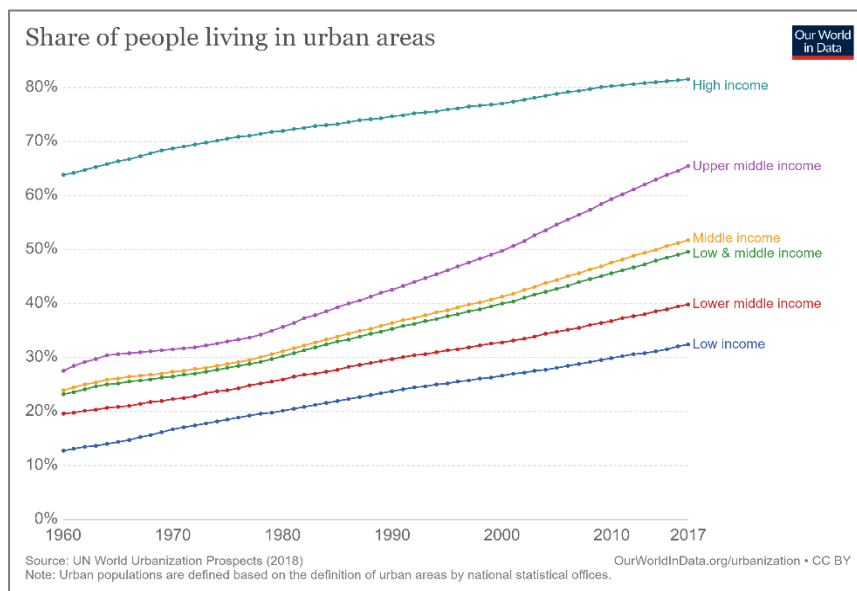


Figura 1 – Percentagem de população residente em áreas urbanas diferenciando por rendimento. Fonte: Our World in Data – Urbanization Prospects 2018.

Esta elevada concentração de população nas cidades tanto pode ser benéfica como prejudicial para o seu normal funcionamento. Zhang (2011) afirma que fenómenos de sobreurbanização ou áreas urbanas caracterizadas por uma elevada densidade, podem levar à ocorrência de fenómenos como a exclusão social ou a questões habitacionais, bem como sistemas urbanos disfuncionais, prejudicando a saúde e o normal desenvolvimento de atividades humanas.

Este fenómeno social e económico, pode ser confirmado quando existem intensos movimentos migratórios internos como o êxodo rural ou indicadores económicos que comparam a estrutura do emprego, entre áreas rurais e áreas urbanas, por setores de atividade (Timberlake & Kentor, 1983) e que ocorre sobretudo em países em desenvolvimento ou com baixos rendimentos *per capita* (figura1). Este fenómeno pode ocorrer também em países desenvolvidos, no entanto com consequências muito diferentes. A tenacidade do fenómeno, a situação económica das populações e entidades governativas e a capacidade infraestrutural e habitacional da cidade são fatores de minimização dos efeitos.

A sobreurbanização, não prospetivada e devidamente planeada poderá originar uma sobreutilização das infraestruturas e dos equipamentos, assim como criar situações de instabilidade social. Esta situação pode levar a que o fenómeno de urbanização não se relacione com o desenvolvimento económico, ao contrário daquilo que se tem verificado na generalidade dos países desenvolvidos como já tinha sido confirmado pela figura em anexo 1. As cidades afetadas por este fenómeno, são normalmente consideradas por Gotham & King (2019), de “parasitas” pois, captam grande parte dos investimentos do Estado sem que se obtenha benefícios notáveis, quer para os seus residentes como para a restante população das áreas em redor.

Nos países desenvolvidos, os episódios de sobreurbanização não acarretam consequências tão negativas a níveis sociais, refletindo-se sobretudo ao nível territorial, especificamente na progressiva perda de coesão territorial.

A promoção de certas áreas em deterioramento de outras, mesmo que não seja propositada, leva, exponenciada por fenómenos demográficos, ao aumento das disparidades regionais.

Yegorov (2015) refere a necessidade de encontrar um estado de densidade equilibrado, na perspetiva de otimizar o custo da infraestrutura, tendo em conta os potenciais utilizadores. Seguindo o pensamento do autor, podemos afirmar que a característica urbana que influencia o desenvolvimento e, acima de tudo, tem capacidade para moldar os sistemas urbanos, é a densidade. Porém, “a densidade por si só, torna-se algo com pouca significância. É essencial, para além desta característica, promover continuamente a diversidade” (Moroni, traduzido, 2016, p.3).

Se à densidade ligarmos a diversidade, faremos da cidade, um elemento então “apetecível” na atração de pessoas e empresas, na medida em que a elevada concentração traduz-se num crescente número de oportunidades, devido à elevada variedade de indivíduos, infraestruturas, equipamentos e funções. É claro que a crescente densidade acarreta também um aumento na competitividade pelo espaço, tanto para empresas como residentes, não obstante, os ganhos que se obtêm com o facto de se localizarem numa área atrativa compensa o esforço extra (Quigley, 2009).

1.2 Repercussões da densidade no desenvolvimento económico e territorial

A densidade varia muito dependendo do fenómeno a retratar, mas em termos genéricos é um substantivo valorizador, tendo em conta o seu grau de concentração ou de dispersão (Oxford English Dictionaries, 2020). Numa perspetiva mais geográfica, a densidade pode ser usada como um fator caracterizador de vários fenómenos demográficos, sociais, económicos ou ambientais, como por exemplo a densidade populacional, densidade de alojamentos ou de empresas.

As perceções territoriais e físicas e a distribuição espaço-temporal de fenómenos passíveis de serem alterados por esta característica, têm tendência a ser distintas se se considerar o vasto número de valores sociais e culturais (Hernandez, Scherzer, & Froyen, 2018), materializado por exemplo nas inúmeras tipologias urbanas presentes nos territórios.

Tendo em conta o significado de densidade e conjugando-o com o fenómeno urbano, a densidade urbana é então um termo associado às questões do planeamento urbano, caracterizada por uma concentração de habitantes, infraestruturas, serviços e funções numa determinada área.

A densidade urbana é amplamente acreditada por decisores políticos e académicos, como uma característica fundamental para o desenvolvimento urbano sustentável (Dempsey et al., 2012 como citado em Hernandez, Scherzer, & Froyen, 2018), pois um estado ótimo de densidade promove e conduz a um aproveitamento ótimo dos recursos.

Para além deste ótimo aproveitamento, um estado ótimo de densidade promove a utilização dos transportes públicos ou meios suaves, reduzindo várias agressões ambientais e, não menos importante, leva a uma gradual desaceleração ou redução da impermeabilização do solo (Lehmann, 2016). Para a compreensão deste fenómeno, há que reconhecer que todas as tipologias urbanas têm a sua particularidade. Devido a isso, a aplicabilidade e o sucesso de soluções que conduzam a uma ótima densidade podem nem sempre tornar-se positivos e viáveis. O número crescente e diversificado de fenómenos externos à cidade influencia seguramente a concretização destas medidas.

É nesta lógica da promoção do crescimento urbano sustentável que tanto a nível europeu como nacional “as políticas e estratégias territoriais têm dado uma atenção especial às formas de ocupação do território, nomeadamente no que concerne a dialética dispersão vs. compactação urbana” (Marques da Costa et al., 2011, p3).

Os produtos e os serviços resultantes das atividades económicas das empresas, segundo Ascher (2004), influenciados pela inovação tecnológica, há muito que saíram das instalações físicas. É, então, essencial que existam territórios que concentrem neles, características funcionais, sociais e infraestruturais que possibilitem o desenvolvimento de um ambiente propício ao progresso favorável das atividades económicas.

Este ambiente propício referido anteriormente, está estritamente relacionado com as constantes interações entre economia, capital social, cultural, infraestruturas de comunicação e o ambiente, remetendo-nos para a ideia de desenvolvimento sustentável. “É nelas que se localizam os recursos estratégicos tanto materiais como imateriais e são elas que se constituem como lugares privilegiados de interação tanto direta como à distância (Vaz, 2004, p.19).

Um fator que cada vez tem ganho maior importância é a acessibilidade, ditada pela existência de uma rede bem estruturada de modos de transporte. Estes, cada vez mais influentes, contribuíram para o desenvolvimento das cidades e dos territórios envolventes, na medida em que quanto maior for a sua acessibilidade, maior é a hipótese da criação de relações robustas e duradoras entre atores e entre áreas urbanas. A promoção deste ambiente, tanto de forma tangível como de um modo intangível, terá de ser proporcionado pelo governo, devido ao seu papel fulcral no ato de decisão.

O desenvolvimento destas características em territórios urbanos densos, potencia entre outros fenómenos, uma estreita ligação com a investigação e desenvolvimento (I&D). Nesta lógica de um mercado internacional cada vez mais competitivo e no desejo de tornar os territórios mais pujantes e competitivos, as atividades económicas articulam-se com as instituições de ensino superior e os centros de investigação para assim conseguirem desenvolver parcerias que formem capital humano especializado, para ser absorvidos pelas empresas.

Esta evidente relação entre Governo-Universidades-Empresas, remete-nos para a ideia de que o desenvolvimento e crescimento económico e social, pode-se basear no conhecimento. Smith (2007) afirma que conhecimento, inovação tecnológica e competitividade empresarial são conceitos conexos.

A conexão entre estas três esferas, governo, universidades e empresas (figura2) está presente em inúmeros países e são vários os exemplos de sucesso. O modelo da hélice tripla tornou-se então reconhecido como uma das chaves possíveis para o desenvolvimento, neste caso baseado no conhecimento (Ferreira, 2012).

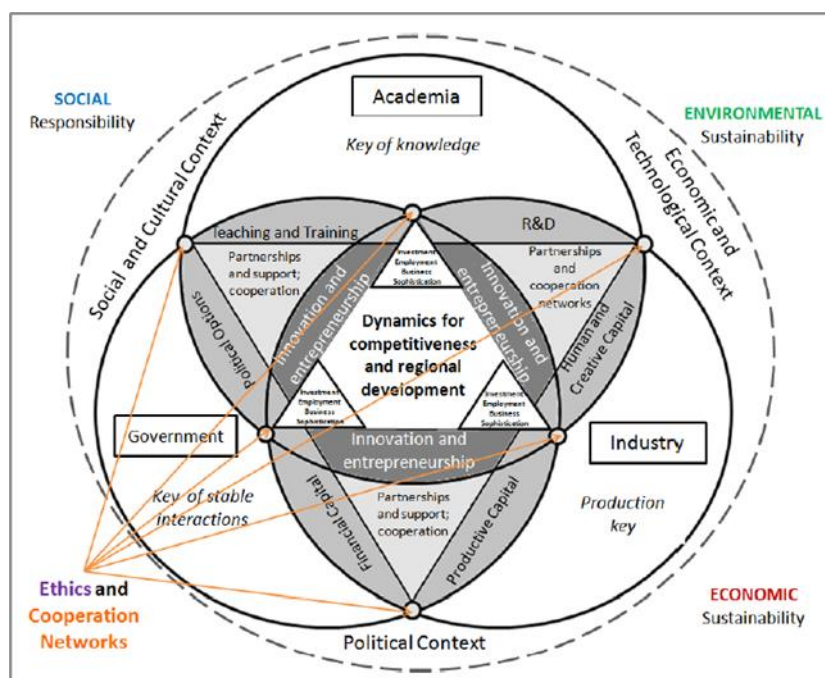


Figura 2 – Modelo Hélice Tripla. Fonte: Ferreira (2012).

Sem querer detalhar uma explicitação rigorosa do fenómeno acima, este foi abordado de forma a explicar como uma maior densidade possibilita, hipoteticamente, a formação de um cluster de conhecimento. Este cluster do conhecimento foi referido na Agenda Territorial de 2007, como sendo um exemplo de opção estratégica de cooperação em rede entre várias entidades que promove a competição e a inovação¹. Uma das prioridades dos fundos da Política de Coesão para Portugal é possibilitar o compromisso entre empresas e instituições de ensino com intuito de incrementar as trocas de conhecimento².

O desenvolvimento económico urbano varia com a densidade na medida em que, quanto maior for a concentração de capital, instituições de conhecimento, empresas e habitantes na mesma área, maior serão os benefícios e as vantagens a retirar por todos os intervenientes. Para além da elevada concentração, também a diversidade de atores é fundamental para a sustentabilidade do desenvolvimento.

Um ambiente urbano denso “promove interações entre empresas e residentes, promove espaços verdes naturais e rentabiliza o uso de transportes públicos como das demais infraestruturas e equipamentos” (Le, Y, & Meyer, P, 2005, p.8).

Todas estas particularidades passíveis de serem aplicadas em tipologias urbanas com alta/ótima densidade, conduz-nos por fim à ideia de economia de aglomeração (Turok & McGranahan, 2013).

¹ “Growth zones should be enlarged beyond the economic core area of the EU through a policy of cooperation and networking. One way of combining strenghts can be through the creation of suitable and innovative clusters where business community, the scientific community and administrations work together.” (Territorial Agenda, 2007)

² Boosting R&D knowledge transfer between academia and businesses, strengthening research and innovation systems in enterprises and developing an innovation-friendly business environment. (Cohesion Policy and Portugal, 2014)

Este fenómeno leva a que o preço final do produto ou serviço produzido, seja mais baixo, devido ao menor custo de transação, induzido por uma melhor acessibilidade e pelo maior acesso à rede de informação. Esta rede de informação ou rede de relações é várias vezes descrita como um dos fatores mais relevantes para a boa performance das atividades económicas (Lundberg & Andresen, 2011, como citado em Ferreira, 2012).

Hildreth (2006) refere que as vantagens para a produtividade decorrentes desta aglomeração de agentes económicos deviam-se a três fatores: maior mercado empresarial, maior mercado de trabalho e as trocas de conhecimento ou “*Knowledge spill-overs*”. Um mercado empresarial vasto é sinónimo de maior variedade de empresas, beneficiando quem procura um serviço ou produto e quem o produz. O maior mercado de trabalho permite que as entidades contratantes possam responder de forma mais rápida as suas necessidades quanto ao pessoal a contratar, sobretudo quando se exige um conhecimento especializado. Por fim estas trocas de conhecimento são benéficas porque permitem às empresas adaptar e aprender pela observação e troca de ideias com outras.

Henderson (1997) também refere que a presença de uma economia de aglomeração e a consequente troca de informação entre empresas, gera gradualmente uma especialização da economia da cidade.

Esta especialização faz com que o produto ou serviço seja mais diverso e de melhor qualidade na medida em que pela troca constante de informação, as empresas terão um melhor conhecimento do mercado e se adequem para retirar todas as potencialidades.

É muito importante mencionar que a globalização foi um propulsor desta progressiva concentração de atividades nas grandes cidades. O aumento da competitividade e a melhoria nas condições de acessibilidade vieram impulsionar este fenómeno. Do ponto de vista do desenvolvimento do território, a sustentabilidade do desenvolvimento das PMC pode estar ameaçada, principalmente se estiverem na área de influência destas grandes cidades, sobretudo se esta em termos funcionais não se complementar com a grande cidade (Schneidewind et al. 2006, p.60). Sanz & Fernández-Maroto (2019) referem a importância da resiliência urbana neste contexto territorial. É essencial que a cidade mais pequena se consiga adaptar de maneira a manter as suas funções.

Como foi referido, a diversidade de atores é fundamental, em especial na população. Uma população bastante heterógena quanto ao sexo e idade, é benéfica para as atividades económicas porque estas vêem o seu *target* mais abrangente e o serviço ou produto produzido, torna-se mais rentável devido à multiplicidade de características do público alvo.

A diversidade funciona como palavra-chave. Hoje, mais do que alguma vez, se pretende recriar um ambiente urbano “múltiplo”, em que o *mix* de usos do solo, uma tipologia variável do edificado e várias formas de mobilidade, permitem atrair uma maior variabilidade de grupos demográficos. Com base no explicitado anteriormente, pode-se assim deduzir que quando estamos perante uma tipologia urbana com uma maior diversidade de atores, há uma maior probabilidade desta se desenvolver.

Porém, e já num período mais recente, quando as questões urbanas adquirem uma perspectiva mais económica, a valorização que a aglomeração das atividades económicas tem para o desenvolvimento nas grandes cidades começa a ser posta em causa. Dijkstra, Garcilazo & McCann (2013) afirmam que nem sempre é possível estabelecer a ligação entre dimensão e produtividade, contestando neste caso a hipótese de que quanto maior e mais densa for a aglomeração, melhor será a sua produtividade.

Meijers, Burger & Hoogerbrugge (2016) afirmam que a presença e a boa prestação de funções urbanas estão cada vez mais associadas a uma boa rede do que à dimensão ou a própria densidade urbana, sugerindo que uma progressiva complementaridade entre áreas urbanas do mesmo sistema será benéfica para o seu desenvolvimento. Considerando a característica do sistema urbano europeu com a premissa de que o desenvolvimento pode ser alcançado tendo em conta uma melhor cooperação entre áreas urbanas, Meijers, Hoogerbrugge & Cardoso (2017) reforçam a urgência de fortalecer os laços funcionais, institucionais e culturais entre cidades num sistema urbano policêntrico. No entanto, salientam que situações económicas e institucionais podem dificultar esta cooperação entre áreas urbanas. Sem uma verdadeira articulação institucional e estratégica, duas cidades, mesmo que próximas e com algumas similaridades em termos funcionais, nunca conseguiram ultrapassar ou aproximar-se dos benefícios relativos à aglomeração de uma cidade.

A articulação entre áreas urbanas integradas num sistema urbano policêntrico, assemelhar-se-á a uma grande cidade. Estes autores partem do pressuposto de que uma melhor complementaridade entre áreas urbanas pode fazer com que existam funções de carácter metropolitano de maneira a que as redes possam ser substitutas da aglomeração e densidade. Nesta “*sinergy in networks*” são consideradas principalmente as redes entre empresas, transportes e comunicação (Meijers, 2005, p.776).

(Página propositadamente em branco)

2. Dinâmicas de transformação das pequenas e médias cidades

2.1 Conceito de pequenas e médias cidades

Quanto ao conceito é importante referir que sofreu mudanças, sobretudo na metodologia aplicada na sua classificação passando de meramente quantitativa, normalmente usando apenas o número de habitantes, para uma forma qualitativa e mais dinâmica, introduzindo novos indicadores. Numa ótica geral está subentendido na própria designação de cidade média que esta ocupa uma posição de “meio da tabela” na hierarquia urbana pois, em termos funcionais, está compreendida entre um grande centro urbano e as vilas ou aldeias.

As origens das cidades médias remetem aos anos sessenta, quando surgem embutidas nas políticas de correção dos desequilíbrios regionais implementados nos vários países da Europa ocidental, como cidades-polos de crescimento em alternativa às capitais. Mas é em França nos anos oitenta, que as cidades médias dão nome a uma política, cujo objetivo era equilibrar o sistema urbano francês, promovendo desenvolvimento económico (Marques da Costa, 2000). Nos finais dos anos oitenta refirma-se a preocupação com as questões relacionadas às disparidades regionais. Ocorreram diversas transformações nas sociedades e nas atividades económicas, em grande parte devido às inovações tecnológicas. Estas novas dinâmicas vieram reforçar a revisão do conceito de cidade média, não por estar conceptualmente errado, mas por não se ajustar à atualidade.

A introdução de um conceito muito mais qualitativo e atual como o de “cidade intermediária”, foi proposto por Gault (1989) como referido em Ferrão, Henriques & Neves (1994).

“Apesar de o conceito de cidade intermédia/intermediária encerrar ainda uma noção dimensional, a sua identificação parece ultrapassar já o plano de critérios estatísticos. Na verdade, (...) a noção de cidade intermédia/intermediária, pelo contrário, tem implícitos valores de natureza qualitativa” (Ferrão, Henriques & Neves, 1994, p.1128).

A inclusão deste conceito induz à desvalorização de uma posição rígida na hierarquia urbana e induz uma progressiva valorização da posição de ligação e de agregador do território, principalmente entre áreas rurais e urbanas, indo ao encontro da lógica do desenvolvimento do território policêntrico e em rede.

Países	Perspetiva Morfológica		Perspetiva Funcional		Perspetiva Administrativa	
	Densidade	Continuo urbano	Regiões urbanas	Áreas de mercado de trabalho	Tamanho do município	Imposição administrativa
Áustria	E	N	E	N	E	E
Bélgica	E	N	E	E	N	N
Rep. Checa	N	N	N	N	E	N
Finlândia	E	N	N	E	N	N
França	E	N	E	E	N	N
Alemanha	N	E	N	N	E	E
Grécia	E	N	N	N	N	N
Hungria	N	N	E	N	E	E
Irlanda	E	N	E	N	N	N
Itália	N	N	E	E	E	E
Noruega	E	N	N	E	N	N
Polónia	E	N	E	N	E	E
Espanha	E	N	E	N	E	N
Suécia	E	N	N	E	N	N
Holanda	N	E	E	N	N	N
Inglaterra	E	N	E	N	N	N
E: existe definição ; N: não existe definição						

Tabela 1 – Definição das áreas urbanas tendo em conta a metodologia usada por país da UE. Fonte: Schneidewind et al., traduzido, (2006)

Estes critérios estão presentes no projeto “The Role of Small and Medium-Sized Towns” do ESPON realizado por Schneidewind et al., (2006). Foram identificadas três abordagens que ainda hoje são usadas por vários países da UE para classificar os vários tipos de tipologias: morfológica, administrativa e funcional.

A “perspetiva morfológica” define cidade tendo em conta o número de habitantes com limite mínimo definido, pela proporção entre a área administrativa e a área edificada ou pela densidade populacional.

A “perspetiva administrativa” define-a tendo em conta aspetos legais ou por imposição administrativa, fazendo com que a tipologia seja uma unidade territorial onde possam existir várias áreas urbanas.

Por fim a “perspetiva funcional” define-a conforme a situação urbana em seu redor tendo em conta as interações com outras áreas urbanas de diferentes níveis hierárquicos. Os parâmetros mais comuns nesta perspetiva são os movimentos pendulares (Schneidewind et al, 2006).

A tabela 1 explicita a forma como os países da UE definem as variáveis que podem ser aplicadas no conceito de tipologias urbanas. Outra característica que é necessária ter em conta nesta classificação e que certamente a faz variar é a situação atual do sistema urbano ou até mesmo do contexto nacional. Esta diversidade vai decididamente influenciar os limites estabelecidos para as variáveis ou indicadores usados.

A tabela 2 exemplifica a diversidade em vários aspetos que se pode verificar nos países da UE.

	Países Baixos	Portugal	Alemanha	Croácia
População total	17 097 130	10 226 187	83 517 045	4 130 304
Densidade populacional km²	507	111.7	239.6	73.8
% População urbana	91.9	65.8	77.4	57.2
Superfície total km²	41 542	92 226	357 376	56 594

Tabela 2 – Diferenças sociais e territoriais entre países da UE. Fonte: UNDATA (2019). Elaboração própria

Esta pequena contextualização quanto ao método para classificar as áreas urbanas indica que esta é algo muito individual. Tanto o exemplo das diferenças quanto ao tipo de indicadores ou variáveis e os seus limites como os vários aspetos sociais ou territoriais, torna esta classificação única para cada país, descrita também como incomparável (Schneidewind et al., 2006).

Marques da Costa (2000) refere quatro obstáculos a uma definição exata de um critério: a diversidade do conceito urbano, a diversidade das formas de organização político-administrativa, a relatividade no espaço a temporalidade do conceito. Desta forma é possível tirar como conclusão que à priori o conceito varia de país para país e está dependente, em parte, do propósito e contexto da classificação.

Não obstante, e muito pela designação dada à tipologia em foco, as PMC, existe uma nítida referência que nos remete para algo diminuto ou mais reduzido. Esta noção, embora subjetiva, foi essencial para criar uma abordagem comum.

Num estudo mais recente desenvolvido no âmbito do programa ESPON (European Spatial Planning Observation Network) apresenta-se uma nova metodologia para a delimitação de pequenas cidades.

Pretendia-se identificar as PMC a um nível europeu numa ótica de servirem como agentes agregadores do sistema urbano, contribuindo sobretudo para a eliminação de disparidades entre as áreas urbanas e rurais. A metodologia foca-se na perspetiva morfológica.

	Unidade	Definição	Características distintivas	Critério
Perspetiva Morfológica	Cidade	Área construída (área com características físicas urbanas) de tamanho mínimo de população	Concentração de edifícios (distinção de espaços abertos) e população (acima do limite mínimo)	<ul style="list-style-type: none"> Área urbana compacta Distância entre áreas urbanas Densidade da área urbanizada

Tabela 3 – Perspetiva usada na classificação das PMC. Fonte Servillo et al., traduzido, (2014)

Estabelecida a perspetiva metodológica era altura de definir os limites quanto ao número de habitantes e densidade populacional. Ao contrário das PMC, as grandes cidades foram sempre os preferenciais alvos de estudo e isso foi aproveitado para perceber quais as diferenças demográficas de forma a estabelecer o limite máximo dos critérios a aplicar.

Dijkstra & Poelman (2012) em *Cities in Europe. The new OECD-EC definition* delimitavam as cidades e as restantes áreas urbanas em seu redor, as pendulares, com o objetivo de harmonizar a classificação destas tipologias nos vários países pertencentes à Organização para a Cooperação Desenvolvimento (OCDE), usando apenas o número de habitantes e a densidade populacional.

		Critério densidade populacional (hab. / km ²)		
		< 300	> 300 e < 1500 km ²	> 1500 km ²
População residente	< 5000	Outras tipologias	Vilas pequenas	Vilas pequenas
	5000 a 50000	Outras tipologias	Pequenas e médias cidades	Pequenas e médias cidades
	> 50000	Outras tipologias	Pequenas e médias cidades	Grande cidade

Tabela 4 – Critérios para a definição das PMC. Fonte: Servillo et al., traduzido, (2014)

Os “high-density urban clusters”, uma tipologia urbana que tinha como limite mínimo os 50000 habitantes e uma densidade populacional superior a 1500 hab por km², serviram de limite máximo para as pequenas e médias cidades (small and medium-sized towns-SMST) e as pequenas vilas (very small towns -VST), nomeadamente as existentes em contexto rural. A tabela 4 apresenta um quadro conceptual final, referente aos limites mínimos e máximos e quais os critérios adotados para a classificação das PMC.

É importante indicar que nesta metodologia subsiste uma valorização do papel da densidade populacional. As “very small towns” são classificadas apenas pela densidade populacional, não especificando mínimo populacional, fixando apenas 5000 habitantes como máximo. Esta valorização vai ao encontro ao proferido no primeiro capítulo deste trabalho, em que diferentes estados de densidade afetam o desenvolvimento. Neste caso em concreto, os investigadores consideraram que a maior concentração populacional numa determinada área, tem mais impacto para a definição desta tipologia urbana que o número de habitantes.

Classes	Critérios	Contagem	População média	Área média km ²	Densidade	Total população por classes	% de espaço ESPON
Centros urbanos densos	Pop. > 50000 Densidade pop. > 1500 hab/km ²	850	275476	92,3	2927,1	234,154,670	46,3%
PMC grande	Pop. > 50000 Densidade pop. < 1500 hab/km ²	100	132331	101,8	1299,6	13,233,142	2,6%
PMC média	25000 < pop. < 50000 Densidade pop > 300 hab km ²	966	35162	19,7	2060,6	33,967,357	6,7%
PMC pequena	5000 < pop. < 25000 Densidade pop. > 300 hab km ²	7348	10241	7,6	1470,1	75,254,510	14,9%
vila pequena	Pop. < 5000 Densidade pop. > 300 km ²	69043	1193	1,7	699,3	82,376,586	16,3%

Tabela 5 – Resultados obtidos usando a metodologia morfológica. Fonte: Servillo et al., traduzido, (2014)

A tabela 5 revela os resultados da aplicação das metodologias empregues nos trabalhos acima referidos. Podemos tirar como conclusão de que as PMC têm uma ampla relevância no sistema urbano europeu devido ao seu número.

Estes números dão força ao papel que esta tipologia urbana seguramente tem de ter numa política urbana que tem como objetivo, um sistema urbano europeu policêntrico e a eliminação das disparidades regionais.

É importante referir que existem várias outras classificações, mas aquela que foi referida acima, pareceu ser a que melhor coincide ao caso português. Apesar de ao longo dos anos se ter registado uma subida da taxa de urbanização, esta continua baixa quando comparada com outros países da UE. Estatisticamente é possível saber o número de residentes das cidades portuguesas e, ao analisarmos esse número, temos a perceção da presença de cidades fora das áreas metropolitanas que registam valores entre os 5000 e os 60000 habitantes (INE, 2018).

Para além das PMC serem um conceito diferenciado das outras tipologias urbanas por indicadores quantitativos, estas possuem características singulares nas dimensões sociodemográficas, económicas e ambientais. Desta forma o conceito pode variar tendo em conta a diversidade de características intrínsecas a esta tipologia.

É difícil tentar traçar um perfil sociodemográfico, económico ou ambiental comum às PMC ou a qualquer outra tipologia. A diversidade e os inúmeros fatores que as transformam, faz com que esta caracterização só seja viável se elaborada para uma escala nacional. Ao analisarmos a situação das PMC nos sistemas urbanos e conjugando-os com a mobilidade, é possível identificar tipologias regionais de localização. Antes de tudo é importante referir que qualquer tipologia elaborada envolve uma simplificação da realidade.

Foram vários os autores, entre os quais Marques da Costa (2000) e Schneidewind et al. (2006), que identificaram três tipologias regionais:

- Cidades médias na envolvente das áreas metropolitanas
- Cidades médias como parte de um sistema policêntrico
- Cidades médias independentes

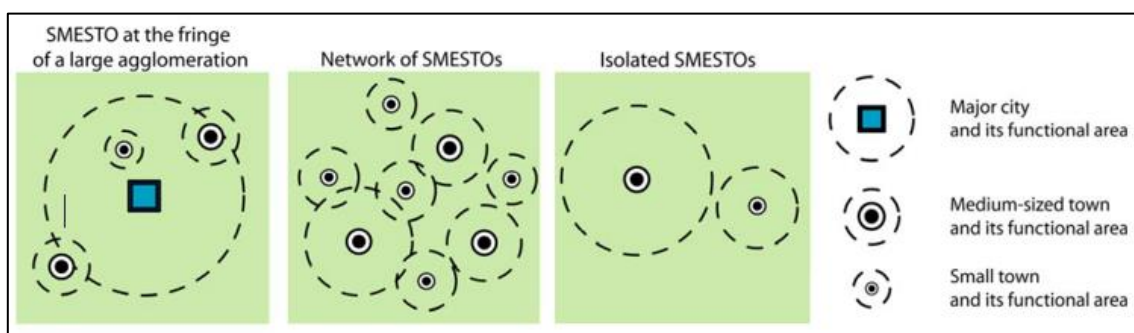


Figura 3 – Exemplos de tipologias regionais de PMC. Fonte: Schneidewind et al., (2006)

O primeiro caso é referente às PMC situadas na envolvente de uma grande cidade. O normal desenvolvimento nestes casos depende das relações entre áreas urbanas, sendo que tanto podem desenvolver um estado de pouca autonomia funcional e estratégica ou conseguir preservar a sua identidade, articulando-se com a grande cidade. No segundo caso, podemos concluir que em termos hierárquicos todas as cidades ocupam a mesma posição, correspondendo a um sistema policêntrico. Nesta situação é essencial o desenvolvimento das dinâmicas e dos laços funcionais entre as diferentes áreas com intuito de suprimir o fenómeno da pouca especialização da atividade económica (Schneidewind et al., 2006, p.62). Por fim o terceiro exemplo, é característico de um sistema urbano em áreas rurais em que as PMC surgem como áreas urbanas de hierarquia superior, enquanto as vilas e aldeias são de hierarquia inferior.

A delimitação destas tipologias, para além da vertente de caracterização do sistema territorial, adquire uma importância extra no que concerne à definição de estratégias de desenvolvimento. Esta pode ser encarada como uma ferramenta, um instrumento a partir do qual se apoie na definição de estratégias e diretrizes no presente como também numa perspetiva estratégica para o futuro.

No entanto é importante não esquecer que o processo de desenvolvimento de qualquer tipologia urbana e dos sistemas urbanos é algo muito dinâmico, diverso e pouco homogéneo.

Tipologias regionais para PMC	Descrição
1)	Região densamente povoada, com várias PMC de vários tamanhos. Hierarquia fraca e forte estrutura policêntrica. Boa acessibilidade e bom desempenho económico.
2)	Região densamente povoada, mas monocêntrica com uma grande aglomeração e várias PMC ao redor: forte hierarquia, menor grau de acessibilidade na periferia da região, enquanto boa para o centro metropolitano, desempenho económico relativamente bom, mas concentrado na grande aglomeração.
3)	Região periférica, baixa densidade populacional, poucas PMC, baixa hierarquia com áreas rurais circundantes, desempenho económico fraco. As PMC com menor número de população desempenham uma função de serviço na área.
4)	Regiões altamente rurais com densidade populacional muito baixa e poucas PMC. Baixa acessibilidade e baixo desempenho económico.
5)	Região rural em áreas centrais/interiores, com grande aglomeração e poucas PMC na envolvente: boas acessibilidades, função residencial, bom desempenho económico.

Tabela 6 – Exemplos de tipologias regionais de PMC. Fonte: Schneidewind et al., traduzido, (2006)

Os projetos do programa ESPON elaboraram várias tipologias tendo em conta diferentes contextos temporais, políticos, territoriais e bem como das respetivas temáticas abordadas. Schneidewind et al (2006) basearam-se em diferentes tipologias regionais temáticas, de vários estudos prévios do ESPON³, com propósito de conceber um exemplo de tipologias regionais para as PMC. Neste caso foram tidos em conta aspetos como acessibilidade, dinâmicas sociodemográficas e económicas.

³ ESPON 1.1.1: Policentric Development; ESPON 1.1.2: Urban-rural relations in Europe; ESPON 1.2.1: Transport services and networks; ESPON 2.1.1: Territorial impact of EU transport and TEN policies

Mais recentemente, dando outro exemplo de uma nova abordagem, Hamdouch, Demazière & Banovac (2017) criaram uma tipologia de PMC tendo em conta a sua performance económica, sendo que os objetivos eram identificar quais as tendências e relacionar esta performance com os perfis socioeconómicos. Estes autores, ao basearem-se na pesquisa do ESPON de 2006, definiram as quatro tipologias que posteriormente testaram nas 31 PMC que serviram como caso de estudo no ESPON 2014:

- “Growing – towns gain both jobs and population, particular in the number of jobs in knowledge and creative sectors.
- Declining – towns lose both jobs and population.
- Potentially-developing – towns have an increase in employment in creative and knowledge-based sectors. This accompanied by investment in infrastructure and relying on potential niches as advantageous drives for further development.
- Restructuring or in transition – towns lose jobs but gain population, or vice-versa. This evolution is usually combined with a change in profile, whatever it might be.”

(Hamdouch, Demazière & Benovac, p.6, 2017)

O que faria variar a performance económica seriam mudanças em seis variáveis: alterações na população, mudanças no emprego, população ativa, estrutura do emprego, saldo migratório e alterações na habitação.

Apesar de no início ter referido que seria inglório elaborar uma caracterização desta tipologia, é possível identificar alguns padrões ao nível europeu. É consensual, tendo em consideração os cenários da evolução demográfica na maioria dos países europeus e integrando-o com o processo de urbanização devido ao êxodo rural, afirmar que as PMC que se situem fora da área de influência das grandes cidades têm experienciado uma gradual perda de população, sobretudo população jovem.

Cidades maiores tendem a diversificar e ao mesmo tempo especializar a sua oferta de serviços, enquanto cidades de menor dimensão tendem a oferecer aqueles que são mais comuns. Na generalidade o produto produzido também tende a sofrer alterações sendo que a produção de bens mais tradicionais é normalmente concentrada em PMC, enquanto que os produtos mais específicos ou “estandardizados”, tendem a ser produzidos em grandes cidades (Henderson, 1997, p.6).

Quanto aos meios de transporte nas PMC, seguindo a lógica da densidade podemos tirar duas conclusões: as PMC que se situam no raio de influência das grandes cidades tendem a usufruir de melhores acessibilidades, sobretudo pela existência de uma rede de transporte público, enquanto nas que se encontram mais isoladas, as populações tendem a optar pelo transporte individual (Valtenbergs et al., 2015) . A maior densidade populacional permite uma maior rentabilidade dos transportes públicos.

A crise de 2008 veio expor as fragilidades, sobretudo daquelas que se localizam em regiões menos resilientes ou que a composição do sistema urbano em seu redor implique desvantagens quanto à criação de relações com outras tipologias (Servillo et al., 2014).

2.2 Potencialidades, fragilidades e desafios das PMC

Quanto às potencialidades, fragilidades e desafios das PMC, há que novamente frisar a diversidade entre áreas urbanas pertencentes a esta categoria. Diferenças em termos económicos, sociais, infraestruturais ou funcionais como também da própria situação territorial, que podem advir das condicionantes geográfico/funcionais e estratégico/políticos.

Apesar desta diversidade há desafios que são comuns a todas: o de se tornarem mais competitivas, promover o seu desenvolvimento sustentável e proporcionar aos seus cidadãos todos os benefícios que advêm do desenvolvimento económico, sem nunca comprometer a equidade social, assegurando também a proteção do ambiente com a finalidade de se tornarem áreas atrativas.

Como foi descrito no primeiro capítulo, a urbanização tem modificado, em vários aspetos, a composição das cidades sendo que o crescimento que estas experienciaram nos últimos anos veio a reforçar o peso e contributo que têm no desenvolvimento económico dos países. A problemática centra-se na forma como esse crescimento se tem repercutido pelas diversas tipologias urbanas, presumindo à priori que o mesmo não se manifesta da mesma maneira, sobretudo devido às inúmeras combinações de fatores tanto externos como internos. Presume-se que os desafios serão diferentes tendo em conta o contexto geográfico, funcional, institucional e socioeconómico das PMC.

Antes de retratar as potencialidades, fragilidades e os desafios há que fazer uma abordagem das condicionantes, numa ótica em que estas de facto condicionam o desenvolvimento das PMC.

Antes de mais, podemos dividir em dois grupos os fatores chave que condicionam o desenvolvimento futuro das PMC: geográfico/funcionais e estratégico/políticos (Demazière, Banovac & Hamdouch, 2013). Os mesmos autores referem que, a continua interação entre os dois grupos de condicionantes, refletir-se-á na tomada de decisões por parte das populações e das atividades económicas.

Geográfico/Funcional:

- Aproveitamento dos recursos endógenos
- Proximidade a outros centros urbanos
- Características do sistema urbano (relação entre áreas urbanas)

Os condicionantes geográficos para esta análise serão retratados de modo a identificar as possíveis consequências para as dinâmicas económicas, sociodemográficas e para a relação que as PMC têm com outras áreas urbanas.

Como já foi referido anteriormente, a produtividade económica de uma área urbana está, em parte, associada à proximidade ou à aglomeração entre os diversos agentes económicos. Se transpusermos esta questão para o sistema urbano pressupomos que a distância entre áreas urbanas tem repercussões no desenvolvimento das mesmas. Venables (2006) admite que a distância entre agentes económicos por vezes pode não adquirir tanta significância, sobretudo quando se trata de atividades mais ligadas ao setor terciário em que os custos dos bens transacionados sejam reduzidos ou praticamente nulos.

Numa lógica de cooperação entre áreas urbanas com funções complementares este condicionante tanto pode ser um entrave como um facilitador destas relações. Este depende da qualidade das acessibilidades como também da distância física entre agentes.

Tendo em conta as conclusões retiradas do caso de estudo⁴ realizado, Servilo et al., (2014) referem que a posição de uma PMC em relação a outras áreas urbanas apenas explica uma parte do seu desenvolvimento ou da sua estagnação. Para além da proximidade ou acessibilidade, há que perceber o tipo de relações existentes e que se podem potenciar entre áreas urbanas. “Para além das vantagens relativas da aglomeração, a robustez das relações entre áreas urbanas é crucial” (Valtenbergs et al., traduzido, 2015, p.52).

A relação entre as áreas urbanas está então dependente da constituição do sistema urbano. Simmons (1981) refere que um sistema urbano é composto por várias áreas urbanas, de diferentes dimensões e funções, características que ditam a sua posição na hierarquia urbana. A “magnitude”, a “extensão espacial” e o número, são aspetos destas relações que variam consoante a posição hierárquica de cada área urbana (Simmons, 1981, p.136). No caso das PMC, a relação com outras áreas urbanas, por vezes pode ser imposta, caso na sua envolvente, exista uma grande cidade que regionalmente exerça uma forte influência no desenvolvimento do sistema, ocupando um lugar hierárquico alto. Esta imposição advém da concentração de serviços e funções especializados ou de nível superior, equipamentos e empresas, nas grandes cidades.

Apesar desta característica, as áreas urbanas de diferentes hierarquias podem, de maneira conjunta, desenvolver funções complementares e com base neste apoio mútuo permitir que se afastem de um tipo de relação de antibiose⁵.

Marques da Costa (2000) refere que o aproveitamento dos recursos endógenos possibilitou o desenvolvimento, sobretudo de atividades relacionadas com o turismo. Os recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais locais podem ser exponenciados ao ponto de permitirem o desenvolvimento das PMC, principalmente daquelas que se encontram mais distantes de grandes cidades. Este aproveitamento é sinónimo de criação de dinâmicas económicas próprias que permite um crescimento mesmo quando a situação territorial não lhe seja favorável.

Embora a localização geográfica das áreas urbanas afete o desempenho no desenvolvimento das PMC, Servilo et al., (2014) chegam a conclusão de que este fator por si só está longe de ser determinista e corroboram esta afirmação com o facto de algumas, apesar do desfavorável contexto territorial, terem feito um ótimo aproveitamento dos recursos endógenos.

Estratégico/políticos

- Modelos governativos (capitalista *versus* socialista)
- Lógicas de desenvolvimento (políticas regionais de desenvolvimento)
- Descentralização/democratização

⁴ Estudo sobre 31 PMC da Bélgica, França, Suécia, Inglaterra, País de Gales, Eslovénia e do noroeste italiano.

⁵ Conceito de biologia em que um organismo prejudica ou impede o desenvolvimento do outro.

Para os condicionantes estratégicos/políticos as opiniões vão no sentido de corroborarem a afirmação de que as instituições políticas têm capacidade de alterar trajetórias de desenvolvimento, em vários âmbitos, principalmente pela imposição de reformas e estratégias. No entanto, as opiniões divergem quanto ao seu “peso” real na contribuição para a mudança, tendo em conta o clima político atual como do passado. Este clima político vem ao encontro do fator da democratização do estado. Henderson & Wang (2007) afirmam que os efeitos de diferentes níveis de democratização são sentidos de formas diferentes nas várias tipologias urbanas. Enquanto que os avanços tecnológicos e a mobilidade afetam em parte o desenvolvimento em cidades de maior dimensão, nas PMC, que na sua generalidade têm uma base económica mais tradicional, menos diversificada e menos resiliente, faz com que os estímulos de entidades governamentais tenham maior impacto.

Outro aspeto importante nesta democratização, é a descentralização da tomada de decisão para níveis inferiores. Esta progressiva autonomia e consequente aumento do poder de decisão por parte de entidades governamentais regionais e locais, é para estes dois autores um meio para o reconhecimento das tipologias urbanas que se encontrem sobre a sua administração. Parte-se do princípio que a tomada de decisão passaria para indivíduos com um conhecimento mais abrangente e ao mesmo tempo detalhado do território e acima de tudo afastado da opinião da elite política.

Servillo et al., (2014) de uma forma original fazem corresponder o nível administrativo com as PMC, comparando o nível administrativo mais baixo, o local, e a característica da tipologia implícita ao objeto de estudo “pequeno”. Esta correspondência entre termos, remete-nos para a ideia de que a elaboração de estratégias que permitam lidar com os desafios específicos das PMC é sem dúvida afetada pela entidade que a produz.

São vários os países europeus que com o passar dos anos têm relegado cada vez mais competências para as autarquias. Portugal é um exemplo disso, sendo que em 2019 eram inúmeros os municípios que exerciam as competências transferidas ao abrigo da Lei nº50/2016, de 16 de agosto, entre as quais as relacionadas com a educação, gestão de praias e equipamentos culturais, estacionamento público, saúde ou áreas protegidas (Direção-Geral das Autarquias Locais [DGAL], 2019). Competências que têm a sua importância e que quando bem geridas podem trazer vários benefícios, porém, aquelas que são relevantes para o desenvolvimento económico e social, estão sob a alçada dos órgãos regionais ou nacionais.

O desenvolvimento das PMC pressupõe uma contínua cooperação com as restantes áreas urbanas que integram o sistema urbano, pelo facto de cada uma cumprir com a sua função nesta hierarquia urbana (Servillo et al., 2014). Para o sucesso de um desenvolvimento policêntrico do sistema urbano, sobretudo em áreas fragilizadas, independentemente das tipologias e suas características, há que conhecer a natureza das relações entre elas e por aí trabalhar sobre estratégias de colaboração. Em países em que esta colaboração esteja dependente de órgãos administrativos de níveis superiores, há que tornar as dinâmicas institucionais mais flexíveis ou favorecer a descentralização, principalmente dotando os órgãos de competências e meios que permitam desenvolver estas estratégias locais.

Uma questão colocada pelos mesmos autores é se estes órgãos locais têm realmente capacidade para definir estratégias que por sua vez são muito complexas. Esta capacidade refere-se tanto aos recursos económicos como humanos.

Outros fatores a ter em consideração é o *background* e a situação atual de organização institucional de cada país. Um dos exemplos referidos são os das ex-colónias de vários países europeus. São vários que tardam a desenvolver-se muito por culpa da posterior estratégia colonial imposta. Os episódios de descolonização que se seguiram foram, em muitos casos, marcados pela chegada ao poder de elites (Acemoglu & Robinson, 2010, p.5). Esta concentração do poder de decisão num número restrito de pessoas, apesar de gerar algum crescimento económico, a sustentabilidade do mesmo acaba por ser nula na medida em que fica refém do interesse de uma minoria (Acemoglou & Robinson, 2010). Os mesmos autores dão o exemplo do crescimento ocorrido na China em 1978 após mudanças políticas⁶, para contraste com o descrito anteriormente

A ideologia política por trás da tomada de decisão pode também ditar o rumo do desenvolvimento das cidades. Martin (2005) refere que especialmente nesta época em que o modelo económico neoliberal, aliado ao fenómeno da globalização, tem tornado o papel do estado quase que “irrelevante” e “impotente”, praticamente refém do capital privado, mas que ainda tem capacidade para moldar o desenvolvimento futuro.

O mesmo autor deu o exemplo de como o governo inglês promoveu o crescimento de Londres e da sua área metropolitana, influenciados pela retórica da “cidade global”, em sacrifício de outras cidades ou regiões menos favorecidas.

Partindo do princípio de que diferentes ideologias preconizam diferentes posições em várias matérias quanto à tomada, ou não, de decisão, esta característica é particularmente evidente entre estados mais liberais ou mais sociais. De um modo geral, um estado liberal tende a ter uma posição menos interventiva, de apoio a um mercado livre e de uma maior facilitação do movimento do capital, assumindo apenas o papel de regulador. Pelo contrário, o estado social tem papel muito mais interventivo e organizador em vários âmbitos. Eguren (2017) refere que por vezes não é a ideologia política que tem tanta importância, mas sim a forma de como é sentido o impacto e como é dada a resposta perante as rápidas mudanças impostas numa época marcada pela globalização.

A ideologia política tem capacidade de influenciar por meio de estratégias produzidas que por sua vez terão consequências no território. Como já foi referido no capítulo 1.2, o estado tem um papel acrescido pelo facto de ter de munir o território de características essenciais e propícias ao bom funcionamento das atividades económicas. Esta promoção de um ambiente propício pode acontecer em diferentes contextos territoriais: na promoção de uma região, de uma área urbana e por exemplo em infraestruturas ou em estímulos ao desenvolvimento económico. A questão central desta promoção é levantada por Martin com o argumento dos “trade-off”. A promoção da eficiência económica pode por vezes ser feita à custa da equidade social ou vice-versa, e que assegurar esta equidade social ou uma maior coesão territorial poderá ter consequências no crescimento económico nacional.

⁶ “Growth did not occur because the culture of the Chinese changed, or because previously the Chinese were mistaken about the correct form of policy (...) growth occurred because the political equilibrium changed in a way that gave more power to those who wanted to push through reforms” (Acemoglou & Robinson, 2010 p.26)

Um exemplo europeu de como diferentes backgrounds ideológicos podem ter diferentes repercussões no território, é a diferença dos sistemas urbanos entre estados “centrais” e federais. Valtenbergs et al., (2015) refere que os estados mais “centrais” tendem a promover aglomerações de capitais e funções administrativas, enquanto os federais fazem a sua redistribuição. Estados federais são na sua maioria caracterizados por sistemas policêntricos, próprios da Europa central.

Como se pode verificar pela descrição dos condicionantes geográfico/funcionais e dos estratégico/políticos, existe uma multiplicidade de fenómenos que podem alterar as dinâmicas das PMC. É de extrema importância perceber de que forma os dois tipos de condicionantes afetam o desenvolvimento das PMC, porque ao influenciarem, estão de certa forma a limitar ou a regular a sua resposta aos desafios.

Quanto aos desafios há que expor à partida as diferenças, principalmente entre as grandes cidades e as PMC. Vandecasteele et al., (2019) definiram que os principais desafios que as grandes cidades têm vindo a experienciar, ou espera-se que experienciem são: questões habitacionais, envelhecimento, mobilidade, exclusão social e questões ambientais. Estes, na sua maioria causados pela rápida urbanização, conseguem de certa forma ser mitigados ou ultrapassados tendo em conta a melhor articulação entre os vários níveis administrativos, pela elaboração e aplicação de políticas e também pela disponibilidade de recursos económicos.

Valtenbergs et al., (2015) referem que, em alguns casos, as PMC partilham dos mesmos desafios que as grandes cidades, no entanto, é possível detalhar quais os desafios próprios das PMC:

- Integração no mercado económico global;
- Criação de um espaço atrativo para empresas;
- Cativar população jovem;
- Rentabilização de infraestruturas, equipamentos ou serviços especializados;
- Acessibilidade e mobilidade;
- Desenvolver relações funcionais sustentáveis com outras áreas urbanas;

Os mesmos autores referem que a singularidade está na forma como estas respondem. Esta, que na sua maioria é limitada, devido à sua tipologia, capital humano, menor conectividade e às dinâmicas económicas.

Como já foi referido anteriormente, são as grandes cidades, os espaços que tendem a oferecer às atividades económicas um maior número de benefícios decorrentes das dinâmicas próprias de uma economia de aglomeração. Esta atratividade na maioria das vezes não se verifica nas PMC, principalmente nas mais isoladas, com piores condições de acessibilidade e/ou que os seus setores económicos sejam menos diversos e mais tradicionais. As PMC caracterizadas por uma menor densidade ou menor número de habitantes, veem o investimento em infraestruturas ou equipamentos cortado, ou pontualmente aplicado, pelo facto de geralmente não ser possível a sua rentabilização, tornando praticamente impossível promover um ambiente, neste caso infraestrutural, que potencie o desenvolvimento das suas atividades económicas. Por vezes esta característica afeta também a prestação de serviços públicos.

Quando estamos perante um número reduzido de habitantes ou onde haja uma grande representatividade, sobretudo de população reformada, alguns serviços migram para áreas urbanas de nível hierárquico superior. Estas características fazem com que a maioria das empresas olhe para estes territórios com alguma desconfiança e ceticismo. Tendo em conta este hipotético cenário negativo, cativar população jovem torna-se um desafio árduo.

Para Wirth, Elis, Müller & Yamamoto (2016) a gradual perda de competitividade económica, a escassez de capital de investimento, o êxodo rural e a pouca integração nos mercados económicos, são fenómenos sinónimos de periferização. Como consequência, as PMC tendem a sofrer perdas quanto às suas funções territoriais. Este cenário negativista é muito perigoso, sobretudo em PMC isoladas que ocupam lugares cimeiros na hierarquia dos sistemas urbanos. Todas as tipologias de hierarquia inferior que dependiam da PMC, sobretudo porque esta fornecia acesso a serviços especializados, veem agora a sua situação territorial ainda mais periférica.

É possível afirmar que as tipologias regionais em que as PMC se inserem desempenham um papel crucial na manifestação dos desafios sentidos. PMC em sistemas isolados, dependendo das próprias dinâmicas, tendem a sofrer um maior número de desafios e de forma mais severa. Num sistema polinucleado ou na área de influência de uma grande cidade, os desafios terão diferentes dimensões e repercussões.

As PMC situadas na área de influência de uma grande cidade sofrem, por vezes de um fenómeno apelidado de “*borrowed size*” (Alonso, 1973, como citado em Camagni, Capello & Caragliu, 2015). Este fenómeno parte do pressuposto que as vantagens da aglomeração não são constrangidas pelos limites físicos da cidade e por isso podem espalhar-se pelas restantes áreas urbanas à sua volta. Estas externalidades por vezes ajudam as PMC em redor da grande cidade a desenvolver-se.

Já as PMC em sistemas regionais policêntricos, quanto melhor for a sua integração funcional, institucional e cultural, maior será a probabilidade da sua performance se equiparar à de uma grande cidade (Meijers, Hoogerbrugge & Cardoso, 2017, p.18).

Quanto às potencialidades e fragilidades, tendo em conta esta descrição e os condicionantes e desafios a que estas são sujeitos, torna-se mais fácil elaborar uma análise SWOT das PMC. A SWOT será executada diferenciando a tipologia regional em que se encontram as PMC, pois como já foi descrito, a situação territorial influencia o modo como estas se desenvolvem.

“As cidades médias, fora da influência das áreas metropolitanas, apresentam um conjunto de potencialidades ao nível económico, social, ambiental e político-institucional que deve ser sublinhado e utilizado como recurso para a implementação de políticas.” (Marques da Costa, 2000, p.138).

Por esta afirmação, para além de uma evidente diferença quanto às dimensões físicas e populacionais, número de habitantes e área urbana ocupada, as PMC diferenciam-se das grandes cidades pelo facto de possuírem dinâmicas muito próprias, característica que as fez adaptarem-se de formas diferentes aos inúmeros fenómenos que experienciaram.

PMC na área de influência de uma grande cidade	
Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Custo de vida mais baixo • Existência de equipamentos • Preço m² de solo mais baixo 	<ul style="list-style-type: none"> • Menor dinâmica económica • Prevalência da função residencial
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Externalidades decorrentes da interação entre cidades • Aproveitamento das redes de transporte • Proximidade a serviços especializados 	<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmica funcional estática • Baixa autonomia estratégica • Dependência económica face à grande cidade
PMC em sistemas urbanos policêntricos	
Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade de vida • Representatividade • Proximidade entre cidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Sentimento de pertença
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Complementaridade funcional • Disponibilidade de fundos no âmbito da Política de Coesão 	<ul style="list-style-type: none"> • Pouca articulação funcional • Baixa autonomia administrativa • Ausência de rede de transportes
PMC isoladas	
Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade de vida • Preocupação pela tradição 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa dinâmica demográfica • Dependência transporte rodoviário • Poucas externalidades da concentração de atividades económicas
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Recursos endógenos • 2ª casa • Disponibilidade de fundos no âmbito da Política de Coesão 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa acessibilidade • Fraca integração no mercado económico • Periferização

Figura 4 – Análise SWOT das PMC em diferentes contextos regionais. Elaboração própria a partir de Marques da Costa (2000), Meijers, Hoogerbrugge & Cardoso (2017), Servillo et al. (2014), Valtenebergs et al. (2015)

A análise SWOT torna-se assim uma ferramenta importante que permite sintetizar elementos, externos e internos, de forma a efetuar uma espécie de diagnóstico às PMC. A descrição das temáticas como a urbanização, a densidade, a abordagem ao conceito de PMC e aos seus condicionantes, foram essenciais para a sua descrição atual. Na análise foram tidos em conta elementos de PMC de várias situações territoriais, administrativas e demográficas.

No entanto, há que reconhecer uma limitação nesta análise. Para além de ser uma representação generalizada, é uma ferramenta algo estática. Esta apenas representa a situação atual e, numa época em que as cidades sofrem constantes transformações, pode rapidamente desatualizar-se.

Como conclusão destes pontos anteriores percebemos que houve uma mudança de paradigma e uma reconversão na forma de perceber as PMC, o que estas representam nos diferentes sistemas urbanos e como alteraram o *core* das políticas regionais europeias.

A evolução das sociedades, as inovações tecnológicas e um mercado económico cada vez mais global e competitivo entram em conflito com os modelos de desenvolvimento territorial anteriores. Passamos do favorecimento dos grandes centros urbanos e de uma hierarquia urbana rígida para a aposta no modelo de desenvolvimento policêntrico.

Devido a variedade de contextos relativos aos sistemas urbanos as soluções têm tendencialmente de se mostrar mais flexíveis, *bottom-up* e quase personalizadas pois, como foi referido ao longo dos capítulos, é impossível identificar padrões. Depende então de o estado procurar as tais soluções eficazes que criem nas PMC vantagens em relação a outras tipologias porque, ao estimular um ambiente propício à inovação e ao desenvolvimento das atividades económicas, estão desta forma a recriar uma imagem atrativa e alternativa da cidade, não só para empresas, como também para as populações e área envolvente.

Desta análise a vários âmbitos é possível perceber que os processos de desenvolvimento locais dependem em grande parte de dois fatores: a capacidade de gerar consensos e articulação entre níveis de poder, neste caso local e regional e que sobretudo o mesmo integre uma base territorial extensa e por fim consensos também ao nível dos atores locais, desde os agentes económicos até às populações.

(Página propositadamente em branco)

3. Política Urbana Europeia – Breve contextualização

3.1 A política urbana europeia

O panorama urbano dos 27 países que da UE, é muito diversificado. Cada país tem a sua cultura e sua história e isso, sem dúvida, reflete-se no sistema urbano europeu. Esta multiplicidade de fatores intrínsecos às populações, aliadas às características físicas do território, molda não só o sistema como também as próprias tipologias urbanas. Como se pode observar pela figura 5, não é possível identificar um padrão tendo em conta a distribuição, por população, das tipologias urbanas no território da UE. Analisando a configuração do sistema urbano europeu, é possível identificar quatro tipos de estruturas: linear, policêntrico, disperso e monocêntrico (Nabielek, Hamers & Evers, 2016).

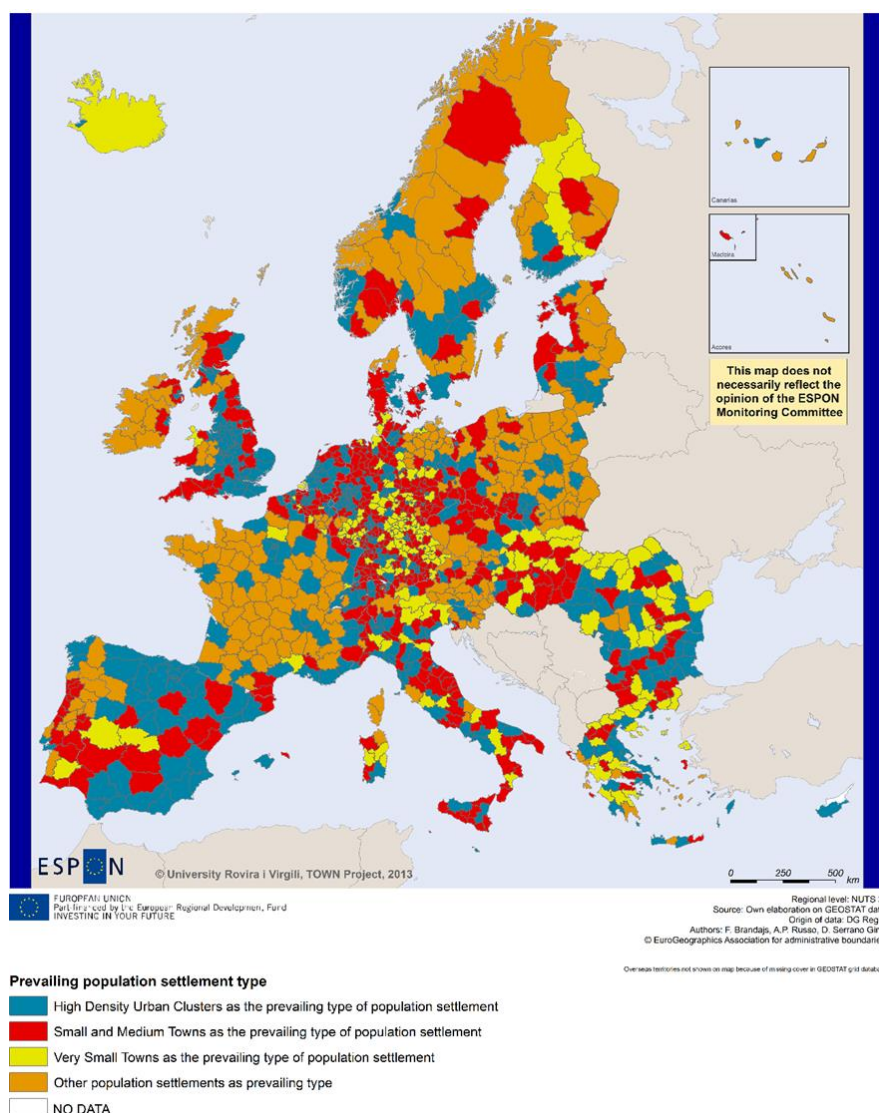


Figura 5 – Tipologias urbanas europeias. Fonte ESPON (2006)

Durante décadas as PMC foram o principal agente da urbanização na Europa e é por isso que esta tipologia assume uma grande importância para o desenvolvimento territorial, sendo a mais presente no continente (Valtenbergs et al., 2015). Esta importância deve-se ao facto, de acordo com o projeto TOWN realizado em 2014 pelo ESPON, terem sido registadas cerca de 8400 núcleos populacionais com número de residentes entre os 5000 e os 50000 habitantes e com uma densidade populacional entre os 300 e os 1500 hab km².

No entanto, apesar desta grande representatividade no território europeu, estas PMC têm tido um papel secundário ao longo dos anos, sendo que a tipologia com maior notoriedade junto das instituições são as grandes cidades ou os extensos núcleos urbanos (Hospers, 2003). Esta subvalorização das dinâmicas territoriais intrínsecas às PMC estão espelhadas, por exemplo, na formulação de teorias ou modelos sobre o desenvolvimento territorial e socioeconómico europeu. Estes circunscrevem áreas consideradas como polos de desenvolvimento, tendo em conta características sociodemográficas, económicas e infraestruturais.

Em 1989, uma equipa de geógrafos liderada por Roger Brunet, delimitava a “Espinha Dorsal da Europa”, um eixo metropolitano que se iniciava em Londres e percorria cidades como Amesterdão, Bruxelas, Frankfurt, terminando em Milão que mais tarde como ficou conhecida como a “Banana Azul”. Esta supremacia que 111 milhões de habitantes e um setor tecnológico e industrial fortíssimo que se impunha às restantes áreas da Europa, levou a CE a encontrar alternativas. Já uns anos mais tarde, numa perspetiva de criar dinâmicas territoriais e numa lógica de fortalecer a coesão territorial com base na cooperação transfronteiriça, em contraponto com a teoria anterior, foi delimitado o “Arco Mediterrâneo”. Este arco vulgarmente apelidado de “Banana Amarela” era uma área que interligava Valência a Génova, passando por Barcelona e Marselha (Pablo, Quintela, Tortella, Ibañez, 2011).

Geza & Kincses (2014) e Turlouw (1996) afirmam que para a delimitação destas áreas foram considerados dezenas de indicadores sociodemográficos, económicos e aspetos mais dinâmicos tais como a capacidade de inovação. Este método fez com que grandes cidades ou núcleos urbanos muito extensos sobressaíssem e que fossem as forças motrizes ou as bases do desenvolvimento territorial europeu.

Os dois modelos acima apresentados são, sem dúvida, uma ótima ferramenta base, pois conseguem ilustrar uma diferenciação territorial complexa tendo em conta vários indicadores e, desta forma, serem usados para a elaboração de estratégias de desenvolvimento económico e territorial.

Acontece que temas como a coesão territorial, o desenvolvimento sustentável das áreas rurais e urbanas, a problematização das disparidades territoriais e a maior consciencialização pelo ambiente começavam a ganhar peso nas agendas da UE. A introdução destes assuntos no prisma das entidades, tanto nacionais como europeias, impunha novas conceções para a elaboração de estratégias de desenvolvimento regional.

Parkinson (2005) afirma que a evolução da política urbana e todos os temas com ela relacionados, pode ser dividida em quatro fases: a primeira entre 1975-1988, a segunda entre 1989-1998, a terceira entre 1994-1999 e a última entre 2000-2006.

A primeira fase influenciou a realização de trabalhos idênticos à delimitação da “Banana Azul”, uma clara referência a uma crescente preocupação das disparidades regionais pelo facto de estas serem uma barreira constante à integração económica.

Era evidente uma priorização das regiões em vez das cidades, sendo que durante este período não havia evidência dela na política urbana europeia (Parkinson, 2005, p.6). A segunda pode ser designada como a emergência das questões urbanas junto das instituições e, como prova disso, relembro os três documentos a seguir referidos, todos eles elaborados dentro do período a que esta fase está atribuída. A terceira, que intercala, num determinado período temporal, com a segunda fase, mas que realiza a consolidação da agenda urbana como uma matéria muito relevante. Exemplo desta consolidação é o facto de os fundos estruturais terem visto o seu “*budget*” duplicado, para o apoio a programas de sucesso como os “*Urban Pilot Projects*”, projetos que promoviam a coesão social e económica nas cidades (Parkinson, 2005, p.6).

Foi durante a realização dos trabalhos do Tratado de Amesterdão que uma nova perspectiva sobre o território se começou a difundir pela Europa. Assinado em Amesterdão no dia 2 de outubro de 1997 e que entraria em vigor no dia 1 de maio de 1999, este tratado veio introduzir várias mudanças, entre as quais a importância das cidades para a coesão territorial e para a redução das disparidades.

O artigo 130A refere isso mesmo “Em particular, a Comunidade terá como objetivo a redução das disparidades dos níveis de desenvolvimento das várias regiões e o atraso das regiões ou ilhas menos favorecidas, incluindo áreas rurais” (CE, traduzido, 1997, p.41).

Durante este período, foram também produzidos três documentos de grande relevância para as questões abordadas acima. A “*Towards an Urban Agenda in the European Union*” em 1997, o “*Sustainable Urban Development in the European Union: A Framework For Action*” em 1998 e, por fim, o “*European Spatial Development Perspective (ESDP): Towards Balanced and Sustainable Development of the Territory of the European Union*” em 1999.

É importante reproduzir a posição da CE na altura sobre o papel das cidades: “...dínamos da economia europeia, que permitem à UE manter uma forte posição na económica global, oferecendo ao mesmo tempo vantagens em vários âmbitos, como a criação de emprego e a resolução de problemas ambientais além de proporcionar uma boa qualidade de vida para os seus cidadãos.” (CE, 1998, como citado em Atkinson, 2001, p.386).

O “*Towards an Urban Agenda in the European Union*” seria, aos olhos da CE, o documento que iria corroborar a importância das cidades, pois o seu papel era crucial para a consecução e materialização de grande parte das políticas da UE. Esta agenda tinha como objetivo envolver instituições, com níveis de atuação a várias escalas, do âmbito do planeamento e urbanismo, na elaboração e implementação de políticas (Purkarthofer, 2019, p.92). Esta era uma necessidade da UE visto que no continente europeu, apenas superado pela América do Norte, a maior parte da população residia em áreas urbanas, para ser mais exato, cerca de 70% em 1995 (*World Bank*, 2020). Para além disto, as mudanças económicas e tecnológicas por vezes não iam ao encontro ao esperado e era comum assistir-se ao aumento do desemprego e exclusão social em áreas urbanas (Atkinson, 2001)

Este documento é composto por três pontos. O primeiro aborda os desafios das cidades europeias, o segundo refere quatro políticas que podem promover o seu desenvolvimento e o último especifica temas e problemas futuros.

A “Urban Agenda” identificava quatro políticas que na sua ótica permitiriam tratar os problemas de forma sustentável, numa abordagem multissetorial. Isto porque a cidade pode ser considerada como um fenómeno que necessita de ser alvo de uma abordagem sistémica, muito por culpa das suas inúmeras dimensões como também a existência de fatores externos e internos que levam a constantes transformações.

As políticas eram: promoção da competitividade e do emprego, aposta na coesão social e no desenvolvimento económico, inserção das cidades numa rede internacional urbana europeia e promoção do desenvolvimento sustentável e da melhor qualidade de vida (CE, 1997, p8).

Tendo em conta as várias dimensões da cidade, Atikson (2001) afirma que é fundamental que a “Urban Agenda” se venha a desenvolver junto com outras iniciativas, como os fundos estruturais, a Política de Coesão, políticas de crescimento económico e competitividade, de transporte e comunicação ou relacionadas com o ambiente, na medida em que estas tornem a sua linha de ação mais “urbana”.

O “*Sustainable Urban Development in the European Union: A Framework For Action*” publicado em 1998 surge no culminar de um longo processo, levado a cabo pela CE e restantes instituições nacionais que têm uma posição relevante nestas matérias, sobre o papel das cidades como forças de transformação da Europa.

Está organizado em quatro políticas que se relacionam numa perspetiva da sustentabilidade. A primeira tem a ver com o reforço da prosperidade económica e do emprego nas cidades. A segunda com a promoção da igualdade, inclusão social e regeneração das áreas urbanas. A terceira com a proteção e a melhoria do ambiente urbano. Por fim a implementação de estratégias que promovam a inclusão da população, no sentido de lhes dar poder de decisão (CE, 1998, p.5). Os temas anteriormente referidos fariam, na ótica da CE, uma abordagem coerente e multidisciplinar (Atkinson, 2001).

Por fim, o “*European Spatial Development Perspective (ESDP): Towards Balanced and Sustainable Development of the Territory of the European Union*” fora relegado para um papel mais informal, não sendo os Estados-Membros obrigados a segui-lo, apesar de ser notório o esforço que os vários ministros responsáveis pelo planeamento territorial e os membros da CE responsáveis pelos assuntos da política regional, tinham colocado na produção deste documento (Faludi, 2006).

Este tinha como objetivo recomendar opções estratégicas integradas e multissetoriais para um desenvolvimento territorial mais sustentável, fazendo a integração das várias dimensões. É importante destacar que o ESPON surgiu para dar apoio à aplicabilidade das diretrizes expostas no ESDP.

No total, são três as diretrizes e todas elas são essenciais de referir, pois cruzam-se com o objeto deste trabalho (as cidades): i) pretende-se desenvolver um sistema urbano policêntrico e estreitar as relações entre espaços rurais e urbanos com o propósito de criar sinergias e potenciar áreas mais deprimidas, tendo como principal agente, as cidades; ii) promoção do transporte e comunicação como um conceito integrado, que servirá de suporte a esta rede urbana policêntrica e que, deste modo, seja possível reduzir disparidades quanto ao acesso às infraestruturas e ao conhecimento; e iii) a promoção do desenvolvimento sustentável, de uma boa gestão dos espaços naturais e culturais, de forma a se contrapor a este desenvolvimento urbano numa perspetiva mais física e que sem dúvida altera a forma urbana (CE, 1999).

Resumindo, a ESDP pretendia potenciar a competitividade dos territórios e, ao mesmo tempo, compensar os mais periféricos reforçando, desta maneira, a coesão territorial.

Neste relatório, existem três opções estratégicas que referem as PMC:

- Reforçar as PMC em áreas rurais como polos de desenvolvimento regional e promover o estreitar de relações em rede.
- Apostar na manutenção de serviços essenciais e no transporte público nas PMC
- Promover o estabelecimento de projetos de parcerias entre PMC á escala nacional e se possível transnacional, de forma a trocar experiências.

(ESDP, traduzido, 1999)

Apesar das limitações constatadas à sua aplicabilidade, o ESDP veio a provar-se marcante e decerto fez a diferença na elaboração de medidas futuras. O seu carácter não obrigatório e o facto da UE sempre ter relegado as questões do planeamento territorial as instâncias de cada país, fez com que houvesse constrangimentos quanto à real perceção da sua aplicabilidade. Estes foram os fatores pela qual o ESDP, quer a nível local como regional, não tenha assumido muita relevância (Nordregio, 2007, p.2). No entanto, o alargamento de 2004 fez com que as disparidades entre países fossem mais notórias, originando uma nova realidade espacial. Esta nova realidade fez surgir a necessidade de produção de políticas e estratégias, sendo que há referencias às três diretrizes nos fundos estruturais de 2000-2006 e na sua coordenação com a Política de Coesão ou por exemplo na PAC (Política Agrícola Comum) (Nordregio, 2007).

Resumindo esta pequena introdução ao início da política urbana europeia, destacamos o visível reconhecimento que a cidade tem vindo a ter, mas a diferenciação entre tipologias, é um aspeto mais recente. Como já foi referido, é um facto que quanto maior ou mais próximo de um estado ótimo de densidade uma tipologia urbana se encontra, mais favorável e harmonioso será o seu desenvolvimento, no entanto, este não é alcançado sem um sistema urbano complexo e funcionalmente complementar entre os vários níveis hierárquicos de tipologias urbanas.

Esta conectividade e complementaridade entre áreas urbanas com diferentes características torna-se fundamental para que não só todas se desenvolvam, como também para que se construam conexões de interdependência e de cooperação. Estas relações acabam por exponenciar o crescimento regional e a eliminação das disparidades territoriais, promovendo a célebre coesão territorial.

3.2 As pequenas e médias cidades na política urbana europeia

É, então, neste contexto do favorecimento de uma evolução do sistema urbano de uma forma policêntrica e, sobretudo na aplicação de políticas urbanas que congreguem o “triângulo de objetivos” (Marques da Costa, 2000, p.173), a competitividade, a sustentabilidade e a coesão social e económica, que as PMC começam a ganhar maior relevância. O esquema de desenvolvimento do estado comunitário (ESDP,1999) como primeiro documento europeu centrado no desenvolvimento territorial, frisa a importância das PMC para o desenvolvimento equilibrado do sistema. Este documento traz para cima da mesa os conceitos de “policentrismo” e de “relação urbana-rural”, enquadrando as PMC no estabelecimento de redes urbanas policêntricas e numa nova forma das cidades se relacionarem com os territórios envolventes

O policentrismo que tantas vezes é advogado como a característica fundamental para um sistema urbano equilibrado, é um conceito particular que, levado à letra, classifica algo como tendo muitos centros. O Nordregio (2004) no relatório “*Potentials for polycentric development in Europe*” identificava três dimensões do policentrismo: tamanho, localização e conectividade. A partir destas três seria possível medir ou tentar identificar quais os países com um sistema urbano policêntrico.

A gradual valorização do papel das PMC por parte das entidades europeias está patente na elaboração de estratégias recentes, como transparece na Agenda Territorial. Este documento estratégico foi elaborado pela CE em 2007 com o intuito de fornecer diretrizes para as entidades nacionais dos restantes países da UE relativamente a questões do âmbito da coesão territorial, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável do sistema urbano europeu.

A Agenda Territorial partilha o mesmo objetivo que as anteriores políticas: reforçar a coesão territorial, promovendo o desenvolvimento de um sistema urbano policêntrico. Esta conceção ganhava mais peso, num período de grandes mudanças, sobretudo com o aumento das disparidades, provocados pela entrada de vários países do Leste.⁷

Como já foi referido anteriormente, o ESDP teve um grande impacto, corroborado pelo facto de a Agenda Territorial ter sido elaborada a partir das três diretrizes por ele delimitadas. Esta influência está espelhada nos seis objetivos prioritários para o desenvolvimento territorial:

1. Desenvolvimento policêntrico através da rede de cidades
2. Promoção de novas formas de governança entre áreas rurais e urbanas
3. Promoção de clusters regionais de competição e inovação na Europa
4. Reforçar e aproveitar as redes transeuropeias
5. Promoção da gestão transeuropeia de questões relacionadas com os impactos das alterações climáticas e de riscos
6. Reforçar o papel dos recursos ecológicos/ambientais e culturais como partes imprescindíveis para o desenvolvimento

(Agenda Territorial, traduzido, 2007)

⁷ A UE em 2004 passaria a ser constituída por 25 países. Nesse ano Chipre, República Checa, Estónia, Hungria, Lituânia, Letónia, Malta, Polónia, Eslováquia e Eslovénia entraram para a EU.

Antes de tudo, é notória por parte das entidades responsáveis, uma visão do sistema urbano europeu muito mais discriminatória, no sentido de dar importância às diferentes tipologias urbanas presentes e, sobretudo, às suas singularidades, de forma a valorizá-las. Esta característica vem afirmar a função das PMC, que aparecem então relacionadas aos três primeiros objetivos que têm uma maior materialização territorial.

O modo como a Agenda Territorial de 2007 foi concebida e as propostas por ela apresentadas remetem-nos para a quarta e última fase identificada por Parkinson (2005), o reconhecimento do contributo das cidades.

Mais recentemente, a Agenda Territorial 2020, para além dos seus objetivos territoriais, procurava estandardizar a dimensão territorial nas políticas de diferentes âmbitos facilitando a implementação da estratégia Europa 2020, fazendo uma ponte entre ela e os princípios da coesão territorial (Agenda Territorial, 2020).

Os seus principais objetivos são:

1. Promoção do desenvolvimento territorial policêntrico e equilibrado
2. Desenvolvimento integrado em áreas urbanas, rurais e regiões específicas
3. Integração territorial das regiões transnacionais
4. Promover a competitividade internacional das regiões promovendo económicas locais
5. Melhorar a conectividade territorial para indivíduos, comunidades e empresas
6. Gerir e conectar os valores ecológicos, paisagísticos e culturais das regiões

(Van Lierop, traduzido, 2020)

Esta versão da agenda territorial prioriza as regiões que se encontram em transição industrial e que sofrem de problemas demográficos profundos de forma a equilibrar e igualar as condições de desenvolvimento entre regiões. As PMC surgem mais uma vez como a base territorial destas áreas na lógica do desenvolvimento policêntrico. Para os decisões políticos, a chave para alcançar a coesão territorial prevalece sobre o sistema urbano policêntrico (Van Lierop, 2020).

A promoção das áreas metropolitanas, grandes cidades ou extensos contínuos urbanos tem de ser evitada, relembrando os princípios da coesão territorial. Para tal, surge a necessidade de proceder a uma continua discriminação territorial até ao nível macrorregional, empoderando as PMC. Para além de polos locais de desenvolvimento, têm de ser o elo agregador com as restantes áreas rurais envolventes.

Por fim, a recém Agenda Territorial 2030. Esta define dois objetivos abrangentes: uma Europa justa e uma Europa verde. Pelo seu significado percebemos que, de certo modo, ao longo dos anos o foco destas políticas permanece inalterado. Continua a aposta no desenvolvimento harmonioso do território e é perceptível um crescente envolvimento das questões relacionadas com o meio ambiente e preservação dos recursos naturais. (CE, 2020)

As PMC voltam a destacar-se pela mesma lógica que fora explicitada na Agenda Territorial de 2020, sobretudo com as questões do desenvolvimento policêntrico dos sistemas urbanos.

Resumindo os dois capítulos anteriores, é perceptível a forma como a política de coesão, sobretudo as versões que advogam o policentrismo associado a uma melhor coesão territorial, empoderam o papel das PMC como agentes fundamentais para a concretização desse objetivo. Tendo em conta a sua representatividade no sistema urbano europeu (tabela5), as PMC são a ponte e local onde as diretrizes da política de coesão se podem materializar no território.

(Página propositadamente em branco)

4. As pequenas e médias cidades em Portugal Continental – Tendências de desenvolvimento

4.1 Definição PMC segundo os vários autores nacionais

Este recente contexto em que a cidade é sujeita a novas configurações devido à introdução de novos conceitos, modelos e fenómenos, levou à necessidade de uma nova abordagem sobre este objeto territorial. A evolução das sociedades que se tem vindo a repercutir na dimensão física/morfológica das cidades e também nos próprios sistemas urbanos, leva à rutura de modelos caracterizados por uma certa verticalidade e rigidez, quase que deterministas. Estas evoluções evidenciam novas tendências que requerem um olhar para as cidades, entre as quais as PMC.

Em termos gerais assiste-se a definições mais dinâmicas e igualmente abrangentes quanto aos âmbitos de abordagens setoriais. O limiar populacional em que estas estão inseridas cifra-se entre os 10000 e os 100000 habitantes, isto para cidades fora das áreas metropolitanas, como discutido anteriormente.

Sobre as PMC em Portugal, existem algumas definições e abordagens que as classificam quer pelo número de habitantes, quer por fatores ligados às relações funcionais (Ferrão, 1995; Gaspar, 2000; Sá Marques, 2004; Marques da Costa, 2000, 2002, 2007, 2017, 2019). Para além destes estudos, importa destacar o Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos Planos Diretores Municipais (PROSIURB) em 1998. Este propunha uma definição de cidades médias numa ótica de desenvolvimento do interior com vista a melhoria da competitividade nacional, em que as cidades estivessem compreendidas entre os “10000 e os 100000 habitantes e que prestassem serviços “intermediários”, fazendo uma ligação entre as áreas metropolitanas e o mundo rural (Almeida et al., 1998, p.16).

As cidades médias que encaixavam nesta definição, eram lugares que se evidenciavam tanto pelos vários tipos de serviços prestados, como também pelas várias infraestruturas urbanas, encurtando desta forma a distância funcional para as grandes cidades, enquanto mantinham “níveis de tranquilidade e qualidade ambiental proporcionados por centros de escalões inferiores” (Simplício, 2000, p.7).

Marques da Costa (2000) propôs uma classificação de PMC diferenciando-as de acordo com a sua posição geográfica, acessibilidade, nível de funções e desempenho económico e social. Divididas em três grupos, de acordo com as suas funções, cidades intermédias-sustentáveis, cidades intermédias e polos locais, estas cidades estavam compreendidas entre um intervalo populacional entre os 10000 e os 100000 habitantes. A posição geográfica permitiu distribuir as cidades, diferenciando aquelas situadas no litoral e as do interior.

Cidades	Litoral	Interior	Interior integrado em eixos rodoviários de nível internacional
Intermédias-Sustentáveis	20 000 (-Marinha Grande, Alcobaça) 100 000 (Braga e Coimbra)	20 000 (Bragança) – 30 000 (Covilhã)	20 000 (Guarda) – 50 000 (Évora)
Intermédias	20 000 (Vila Real de Santo António, Abrantes) – 50 000 (Guimarães)	10 000 (Mirandela) – 20 000	15 000 (Elvas-Mangualde)
Pólos locais	< 10 000	<15 000	-

Tabela 7 – Tipologia de cidades médias. Fonte: Marques da Costa (2000)

Pela tabela 7, fica evidenciada a diferença entre o litoral e o interior, onde cidades de menor dimensão populacional desempenham o mesmo papel que outras maiores localizadas no litoral. Esta leitura permite fazer a ponte para uma diferenciação territorial muito aproximada àquela que se irá tratar neste trabalho, as áreas de alta densidade e baixa densidade.

4.2 Principais características do sistema urbano em Portugal Continental

“O sistema urbano é um dos elementos mais estruturantes na organização do território. Reflete as dinâmicas de urbanização, identifica as centralidades funcionais, constrói comunidades interurbanas e regiões funcionais e projeta os centros urbanos em matéria das redes regionais, nacionais ou internacionais” (DGT, 2018, p.117)

Pela afirmação anterior podemos concluir que a estrutura urbana de qualquer país é ditada principalmente pela constante conexão entre centros urbanos tendo em conta a sua influência, imposta pelas suas dinâmicas territoriais.

A realidade do sistema urbano português era, nos anos 60, muito distante da atual. Lisboa e Porto não tinham o mesmo peso que têm atualmente sendo um país com uma baixa taxa de urbanização, apenas 23% (Marques da Costa, 2000).

Os anos seguintes foram marcados por fenómenos que vieram introduzir novas dinâmicas demográficas e urbanas, particularmente com o regresso de mais de meio milhão de portugueses provenientes das ex-colónias. As duas áreas metropolitanas a partir da década de 80 começam a experienciar uma acalmia no crescimento populacional. Registaram-se pequenos aumentos populacionais em cidades como Leiria ou Coimbra e noutras PMC do interior (Marques da Costa, 2019, slide 27). A considerável melhoria na rede de transportes e a banalização da utilização do automóvel permitiu “encurtar” temporalmente as distâncias nos movimentos pendulares de casa-trabalho, proporcionando o crescimento destas áreas, tanto em número de habitantes como em área urbana.

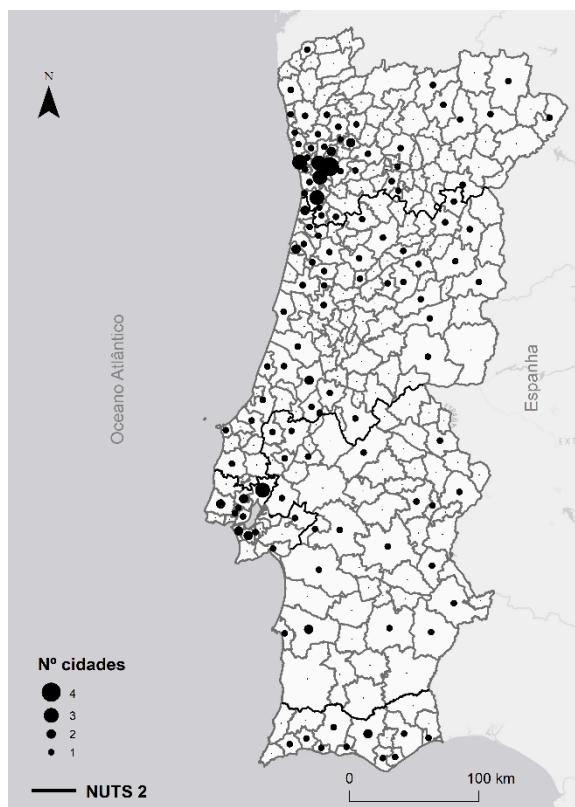


Figura 6 – Número de cidades por município em Portugal Continental. Fonte: CAOP 2018 e INE 2018. Elaboração própria

Como se pode observar pela figura 6, esta é a situação atual do sistema urbano português tendo em conta o número de cidades, em que é possível vislumbrar as diferenças entre as duas áreas metropolitanas e o restante país.

Ao total existem 146 cidades em Portugal Continental.

As grandes características do sistema urbano português atual são: a sua bipolaridade, assente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (Marques, 2016, p.19), a sua litoralização, entre Viana do Castelo e Setúbal e a existência de cidades médias no interior do território que sustentam a estrutura urbana regional (DGT, 2018).

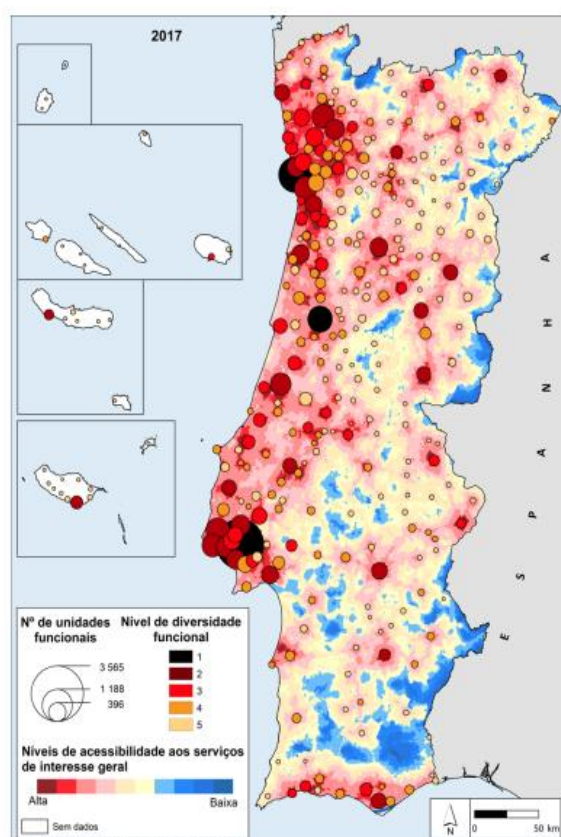


Figura 7 – Número, diversidade e acessibilidade das funções urbanas. Fonte: DGT, PNPOT (2018)

Na figura 7 é perceptível a existência de três cidades que, pelas suas funções, têm uma grande importância para a estruturação do território ao nível nacional: Lisboa, Porto e Coimbra. Excluindo as áreas do litoral entre Viana do Castelo e Setúbal, observamos que as principais centralidades são as capitais de distrito. Muitas não têm uma influência nacional, porém, têm um forte peso na estrutura urbana regional. Outra ilação que se pode retirar da figura 7, sobretudo nas áreas do interior, é a falta de cidades com relativo peso funcional (DGT, 2018).

As figuras 8 e 9 são apresentadas para reafirmar as principais particularidades do sistema urbano em Portugal Continental: a elevada densidade populacional na faixa litoral entre Viana do Castelo e Setúbal, lembrando a litoralização e a bipolarização, destacando-se as duas áreas metropolitanas. Já na faixa litoral algarvia sobressaem principalmente os concelhos de Faro, Portimão e Loulé. Quanto ao restante interior existem diferenças, sobretudo entre as regiões, onde se destacam as cidades capitais de distrito. Quanto à figura 9 é possível observar os fenómenos com as mesmas diferenças territoriais porém, neste caso, relativamente as percentagens de população por diferentes tipologias de áreas urbanas (TIPAU⁸) que se dividem em: área predominantemente urbana (APU), área maioritariamente urbana (AMU) e área predominantemente rural (APR). Nas áreas do litoral há uma maior percentagem de população em APU, enquanto no interior já se obtêm valores mais repartidos entre as três classes.

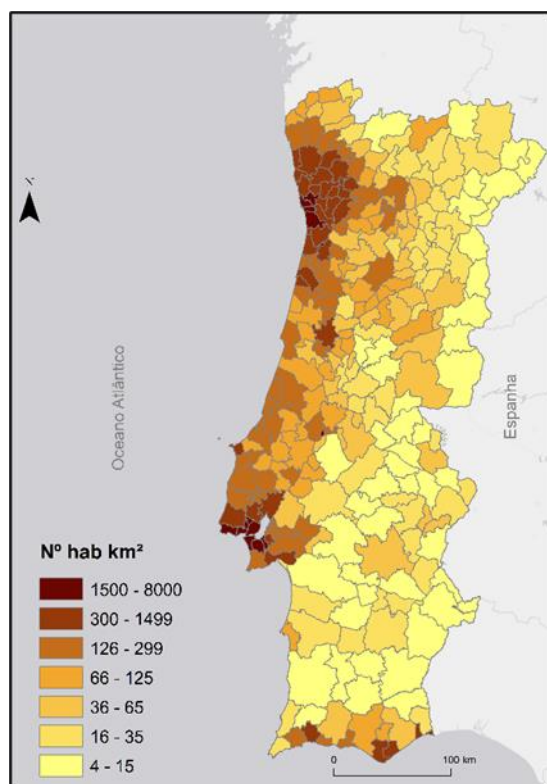


Figura 8 – Densidade populacional. Fonte: CAOP 2018, INE 2018. Elaboração própria

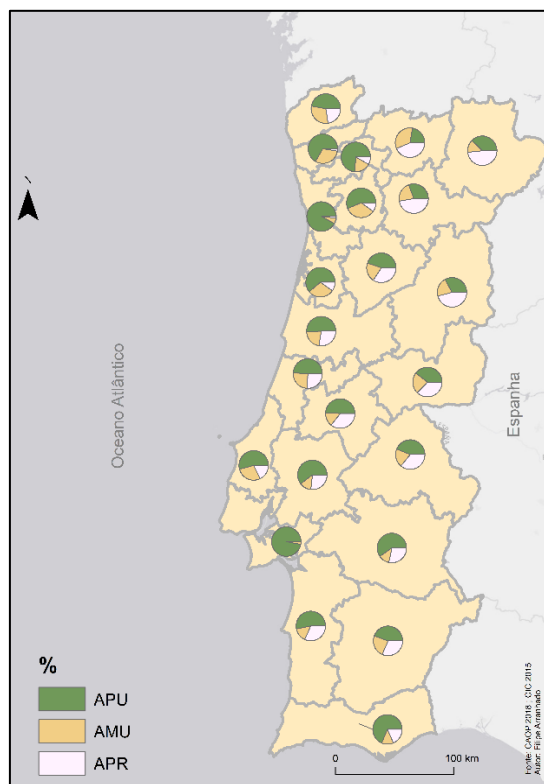


Figura 9 – Percentagem de população residente por TIPAU em NUTS3. Fonte: CAOP 2018 e INE 2011. Elaboração própria

Assistimos a uma dicotomia quanto às questões demográficas: um litoral dinâmico e com maior capacidade para atrair população devido as funções que oferecem e um interior que se apresenta com uma menor capacidade de atração e com uma distribuição populacional em áreas mais rurais.

⁸ A metodologia para a definição das tipologias teve em conta: critérios de classificação do solo, densidade populacional e número de habitantes. Em número de habitantes a APU é igual ou superior a 5000, AMU igual ou superior a 2000 e inferior a 5000 e por fim a APR não integra lugar igual ou superior a 2000 habitantes.

4.3 Metodologia para a identificação e análise das PMC em diferentes contextos territoriais

O presente ponto consiste na definição metodológica para delimitar o foco de estudo: as pequenas e médias cidades nas áreas de baixa densidade.

A informação recolhida será dividida em: estatística e cartográfica. Dados sobre aspetos sociais, demográficos, económicos ou territoriais, que servirão de base para várias análises, serão recolhidos a partir do site do INE ou PORDATA. Já a informação de índole cartográfica será obtida a partir dos portais da DGT (Direção Geral do Território), a CAOP (Carta Administrativa Oficial Portuguesa), que servirá de base cartográfica em todas as peças produzidas para o território nacional. Após a sua recolha esta será examinada na ferramenta *software Microsoft Excel*, como também no *ArcMap 10.6*, sendo que esta última será também usada para a produção de cartografia.

No fim obter-se-á uma tabela com todos os municípios em Portugal Continental e todos os indicadores que foram selecionados para análise. Para além destes indicadores, é necessário especificar tanto as unidades territoriais a que os municípios pertencem, em diferentes níveis administrativos, como outras características necessárias para a sua diferenciação. A tabela 8 sintetiza a sua elaboração.

Objeto	Classificações	Indicadores
Municípios em Portugal Continental	NUTS 2 / NUTS 3 / Área km2 / CIC 2015 / Tipologia urbana / Intervalos populacionais das cidades / Nº de residentes por cidade / Nº de residentes por concelho	Sociodemográficos / Socioeconómicos

Tabela 8 - Tabela metodologica sintese 1. Elaboração própria

O método para definir e classificar o objeto de estudo irá centrar-se na perspetiva quantitativa, com limite mínimo e máximo quanto ao número de residentes, conjugando-o com a distinção territorial criada pela CIC em 2015⁹ no contexto dos Programas Operacionais do Portugal 2020.

⁹ Decreto-Lei n.º 6/2015, de 8 de janeiro.

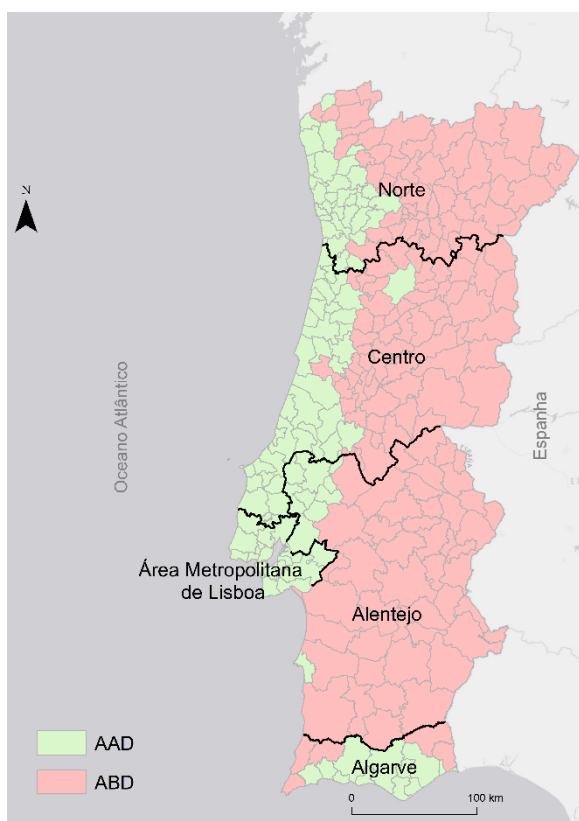


Figura 10 – Áreas de alta e baixa densidade. Fonte: CAOP 2018 e CIC 2015. Elaboração própria

A distinção territorial proposta pela CIC baseou-se em indicadores demográficos, económicos, de mobilidade e características físicas do território (CIC, 2015).

Esta discriminação positiva serve para a aplicação aos fundos europeus, fazendo com que os requerentes tenham “um tratamento diferenciado, através de três modalidades: abertura de concursos específicos, critérios de bonificação na apreciação de candidaturas e majoração da taxa de apoio” (CIC, 2015).

Dos 278 municípios em Portugal Continental, 164¹⁰ são considerados em ABD, ou seja, quase 60% do total de municípios. Estes localizam-se na sua maioria no interior do território continental português, dando ainda mais expressão à problemática da coesão territorial.

Apenas existem dois municípios que fogem à regra, Viseu e Sines, no entanto, estes são rodeados por outros pertencentes a ABD. Dos 164, 51 encontram-se na região Norte, 60 na região centro, 48 na região do Alentejo e por fim 5 na região do Algarve.

	Número de cidades	% Número de cidades	População Residente por Concelho 2018	% População Residente por Concelho 2018	Área concelho km2	Habitantes por km2 ²
AAD	59	40,4	3314119	33,9	17692,6	187,3
ABD	43	29,5	1897001	19,4	65019,5	29,2
AML	17	11,6	2846332	29,1	2826,9	1006,9
AMP	27	18,5	1722374	17,6	2025,0	850,5
Total Geral	146	100	9779826	100	87564,0	111,7

Tabela 9 – Distribuição do número de cidades e residentes dos concelhos por AAD, ABD e as duas áreas metropolitanas em Portugal Continental. Fonte INE 2018. Elaboração própria

A tabela 9 faz uma caracterização geral daquilo que é a realidade das ABD em relação às restantes. Apesar de estarem representados apenas três indicadores é notória a complexidade destes territórios, contendo poucas cidades e um valor baixo quanto à densidade populacional.

Devido às limitações de informação estatística, a escala de trabalho terá de ser ao nível do concelho pois, neste momento, é impossível obter dados de vários âmbitos à escala do aglomerado urbano. Neste aspeto as análises poderão incorrer em ligeiras incorreções quando examinando diferentes âmbitos.

¹⁰ Originalmente seriam 165, no entanto, não se tendo contabilizado Arouca pois integra a AMP.

Porém, este fato não representará um obstáculo ou impedimento visto que cada denominação de concelho em ABD está afeta a apenas uma cidade. Seria um problema se estivéssemos a analisar também as PMC em AAD pois, sobretudo nas áreas metropolitanas, são vários os concelhos que congregam mais que uma cidade dentro dos seus limites administrativos. A classificação do INE será o único critério usado para estabelecer os limites demográficos, englobando apenas o número de residentes.

Os critérios de seleção encontram-se descritos na tabela 10. Importa referir que o indicador utilizado é: População residente em cidades (Nº) por Local de Residência (NUTS – 2013); Não periódica, sendo daqui escolhidas apenas as que possuem mais de 5000 residentes.

Crítérios
<ul style="list-style-type: none"> • População residente em cidades > 5000 e < 60000 • Concelhos localizados em áreas de baixa densidade • Exclusão das cidades das áreas metropolitanas • Exclusão dos concelhos das regiões autónomas

Tabela 10 – Tabela metodológica síntese 2. Elaboração própria

É importante referir que a metodologia utilizada excluiu doze¹¹ municípios com cidade. Apesar destes em termos estatísticos serem considerados cidade, nenhuma tem uma população acima do limiar mínimo usado, os 5000 habitantes.

A opção de considerar apenas as cidades com mais de 5000 habitantes, justifica-se pela sua importância funcional e capacidade de captar investimentos e emprego, seguindo os escalões de dimensão mais comuns considerados na bibliografia de referência do quadro europeu.

¹¹ Miranda do Douro, Mêda, Sabugal, São Pedro do Sul, Trancoso, Pinhel, Vila Nova de Foz Côa, Tarouca, Santa Comba Dão, Gouveia, Valpaços e Borba.

O resultado da aplicação destes critérios está representado na figura 11. Ao total foram identificadas 30 PMC com mais de 5000 habitantes sendo que na figura também foram cartografadas as doze abaixo do limite mínimo de habitantes.

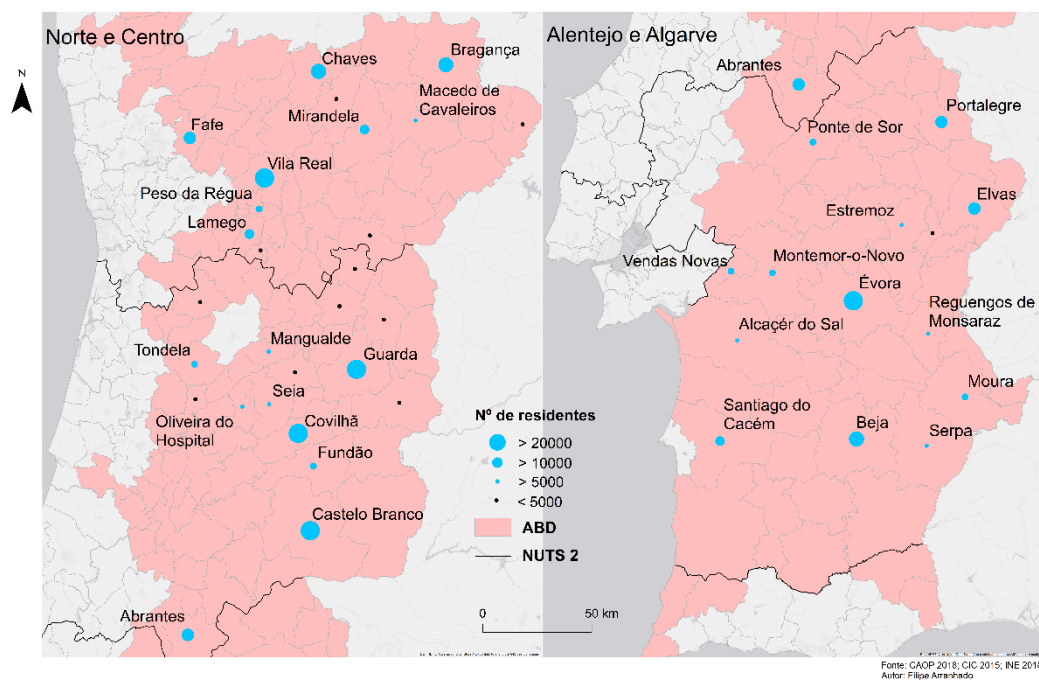


Figura 11 – PMC identificadas em Portugal Continental. Fonte: CAOP 2018, CIC 2015 e INE 2018. Elaboração própria

4.4 Evolução sociodemográfica das PMC nas ABD

Pela tabela 11, verificamos que a população tem decrescido, à exceção da AML, nas quatro restantes NUTS 2 e em todas as unidades territoriais representadas. Sucede que esta descida é mais acentuada nas ABD registando por vezes o triplo do valor das restantes. De acordo com o “*Our World*” in Data, em 2050 estima-se que o valor da população em áreas urbanas em Portugal atinga os 80% da população total.

	População Residente por Concelho em 2011	População Residente por Concelho em 2018	Taxa de Variação da População entre 2011 e 2018	Percentagem de População Residente por Concelho em 2018
Norte	3687224	3572583	-3,1	36,8
AAD	1195631	1164873	-2,6	32,4
ABD	732602	685336	-6,5	19,9
AMP	1758991	1722374	-2,1	47,7
Centro	2316169	2216569	-4,3	23,1
AAD	1551801	1510768	-2,6	67,0
ABD	764368	705801	-7,7	33,0
AML	2827050	2846332	0,7	28,2
Alentejo	754385	705478	-6,5	7,5
AAD	231939	224067	-3,4	30,7
ABD	522446	481411	-7,9	69,3
Algarve	446140	438864	-1,6	4,4
AAD	419779	414411	-1,3	94,1
ABD	26361	24453	-7,2	5,9
Total Geral	10030968	9779826	-2,5	100

Tabela 11 – Distribuição da população residente em Portugal Continental entre 2011 e 2018. Fonte: INE 2018 e CIC 2015. Elaboração própria

Para além de um Portugal cada vez mais urbano e com a população a fixar-se sobretudo nas áreas costeiras, caminhamos para uma estrutura etária cada vez mais envelhecida, sendo este o último fenómeno detetado.

	População Residente em 2011			População Residente em 2018		
	0 - 14 anos	15 - 64 anos	> 65 anos	0 - 14 anos	15 - 64 anos	> 65 anos
200000 - 600000	13,0	61,3	25,7	15,3	56,4	28,3
150000 - 199999	16,2	68,1	15,7	15,2	65,6	19,2
100000 - 149999	14,8	68,3	16,9	13,7	65,4	20,9
60000 - 99999	15,9	67,4	16,6	15,3	64,2	20,5
20000 - 59999	15,3	67,9	16,8	13,6	66,3	20,1
10000 - 19999	14,9	66,2	18,9	12,9	65,5	21,6
5000 - 9999	13,4	63,9	22,6	11,9	63,1	25,1
Outros	14,3	63,3	22,4	12,8	63,1	24,2

Tabela 12 - Evolução da população residente segundo faixas etária e escalão de dimensão das cidades. Fonte: INE 2018. Elaboração própria

Como se observa pela tabela 12, entre 2011 e 2018, enquanto que a faixa dos 0 - 14 e dos 15 - 64 assinalaram descidas, com exceção da população jovem nas maiores cidades, a faixa dos >65 anos aumentou em todos os intervalos populacionais. Esta situação pode comprometer a sustentabilidade do desenvolvimento em certas áreas na medida em que uma população maioritariamente idosa gera menos externalidades que aquela em idade ativa ou mesmo a jovem.

Por esta pequena e geral caracterização demográfica e urbana ao território continental sobressaíram algumas particularidades: uma diminuição da população, sobretudo nos territórios em ABD, uma população cada vez mais envelhecida, principalmente em PMC, vilas e aldeias e uma fixação da mesma predominantemente nas áreas costeiras. Três fenómenos que têm um grande impacto no desenvolvimento, com maior expressão nas áreas do interior.

Geograficamente é perceptível a forma como estes fenómenos estão afetos, ou adquirem maior expressão, nos municípios localizados em ABD. A figura 12 reflete esse padrão de distribuição no território. Esta perceptibilidade é explicada pelo facto de que se removêssemos a linha que divide os territórios em AAD e ABD, continuávamos a ter uma certa perceção de onde esta se poderia encontrar.

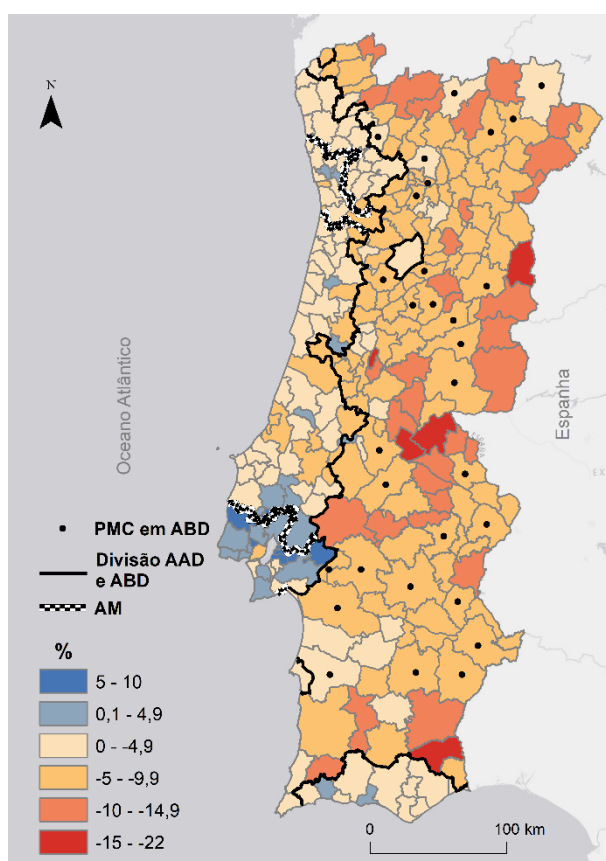


Figura 12 – Taxa de variação da população entre 2011 e 2018. Fonte CAOP 2018, CIC 2015 e INE 2018. Elaboração própria

Este padrão da distribuição, neste caso quanto à taxa de variação da população entre 2011 e 2018, vai ser muito idêntico aos das próximas análises. Na sua maioria iremos observar que os fenómenos terão uma maior/menor expressão nas ABD que nas AAD. Dentro das AAD as duas áreas metropolitanas irão sobressair, tal como acontece na figura 12, neste caso é na AML que quase todos os concelhos experienciaram um aumento de população.

Dos 164 municípios em ABD, apenas Vila Nova da Barquinha registou um aumento (0,83%). Quanto aos restantes nenhum conseguiu aumentar a população, sendo que 63% dos municípios registaram valores entre os -5 e os -9.9%. Esta situação é muito preocupante pelo facto de se estar a analisar um período temporal curto, 7 anos, e mesmo assim existem casos de municípios a perder entre 15 e 20% da população.

Com resultados pouco positivos estão as AAD. A grande maioria dos municípios registou valores entre os 0 e os -4,9%, no entanto, destacam-se pela positiva vários municípios da AML, Albufeira, Portimão, Valongo e a Maia. Numa perspetiva geral foi registada uma variação negativa da população portuguesa.

Portugal nas décadas finais do século XX e inícios do século XXI apresentava dinâmicas de crescimento populacionais que na sua maioria se deviam a um saldo migratório positivo. Entre 2001 e 2009 a população residente cresceu perto de 310.000, sendo que 90% deste crescimento deveu-se à entrada de emigrantes e apenas 10 % para o saldo natural (Carrilho & Patrício, 2010).

Tendo em conta a situação atual, para uma pormenorizada análise sociodemográfica, principalmente às PMC em ABD, foram selecionados quatro indicadores que conseguem clarificar a sua realidade. São eles: taxa de crescimento, saldo migratório, índice de envelhecimento e o poder de compra *per capita*. Desta forma serão abordadas temáticas dos movimentos da população, da natalidade, do envelhecimento e do poder de compra, indispensáveis para compreender as dinâmicas demográficas.

Quanto à análise que envolve os intervalos populacionais, estão contabilizados todos os concelhos que registaram valores no indicador da população residente em cidades (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Não periódica.

Taxa de Crescimento Natural

O crescimento natural é um indicador demográfico que faz a relação entre o número de nascimentos e o número de mortes. Caso o número de mortes seja superior ao número de nascimentos é apelidado de crescimento natural negativo, situação que incorre numa perda de população (não tendo em conta migrações).

A perda de população, proveniente de uma natalidade mais baixa que a mortalidade, é um fenómeno que está em linha com a maioria dos países desenvolvidos integrantes da última fase do modelo de transição demográfica. A tabela em anexo 2 e a figura 13 revelam a indesejável realidade quanto à dinâmica natural da população portuguesa da última década.

Em pouco mais de cinco décadas, as tendências de natalidade alteraram-se drasticamente. De acordo com dados do PORDATA, em 1960 Portugal registava 25 nascimentos por 1000 habitantes e apenas 11 mortes. No entanto, enquanto a taxa bruta de mortalidade se manteve praticamente inalterável, a taxa bruta de natalidade viria progressivamente a descer, até que em 2007 houve uma inversão¹² e atualmente a amplitude é maior.

¹² Em 2007 a taxa bruta de mortalidade era de 9,8 e de natalidade 9,7. Atualmente a primeira é de 11 e a segunda de 8,4.

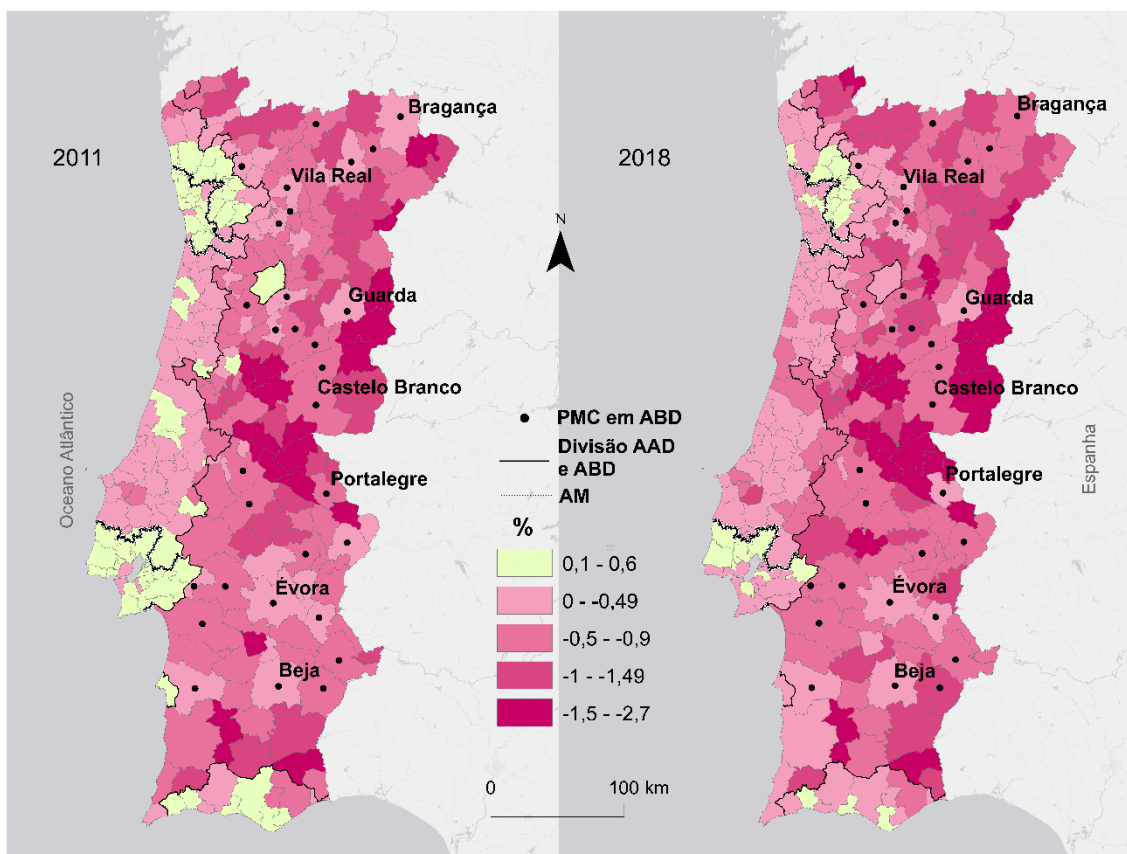


Figura 13 – Taxa de crescimento natural – Evolução 2011 - 2018. Fonte: CAOP 2018, CIC 2015 e INE 2018. Elaboração própria

Na figura 13 continuamos a presenciar o mesmo padrão de distribuição geográfico. Comparando com o fenómeno anterior, uma clara diferença entre o litoral e o interior, com a AML em evidência, sendo a única área que ainda consegue manter um crescimento natural positivo. As restantes unidades territoriais encontram-se em terrenos negativos com as ABD num patamar totalmente díspar.

	Taxa de Crescimento Natural 2011	Taxa de Crescimento Natural 2018
Norte	-0,001	-0,216
AAD	0,179	-0,012
ABD	-0,517	-0,739
AMP	0,091	-0,145
Centro	-0,346	-0,560
AAD	-0,156	-0,378
ABD	-0,731	-0,948
AML	0,206	0,035
Alentejo	-0,525	-0,720
AAD	-0,258	-0,474
ABD	-0,644	-0,835
Algarve	-0,013	-0,222
AAD	0,040	-0,179
ABD	-0,854	-0,949
Total Geral	-0,062	-0,257

Tabela 13 - Evolução da taxa de crescimento natural por NUTS2 segundo as AAD e as ABD 2011-2018. Fonte INE 2018 e CIC 2015. Elaboração própria

	Taxa de Crescimento Natural 2011	Taxa de Crescimento Natural 2018
AAD	-0,021	-0,231
100000 - 149999	0,178	0,016
60000 - 99999	0,140	-0,014
20000 - 59999	0,075	-0,135
10000 - 19999	-0,102	-0,355
5000 - 9999	-0,226	-0,421
Outros	-0,173	-0,367
ABD	-0,634	-0,844
20000 - 59999	-0,309	-0,562
10000 - 19999	-0,383	-0,614
5000 - 9999	-0,633	-0,860
Outros	-0,780	-0,972
AML	0,206	0,035
AMP	0,091	-0,145
Total Geral	-0,062	-0,257

Tabela 14 - Taxa de crescimento natural segundo escalão de dimensão das cidades em contexto AAD e ABD 2011-2018.
Fonte: INE 2018, CIC 2015. Elaboração própria

As tabelas 13 e 14 vieram introduzir uma nova perspetiva na análise ao crescimento natural, neste caso, conseguimos afirmar que são em aldeias, vilas e PMC compreendidas nos intervalos populacionais mais baixos principalmente em ABD, que a diferença entre valores das taxas fora mais expressiva, sobretudo nas duas primeiras tipologias. Esta característica do fenómeno acompanha a tendência semelhante daqueles em que a sua maior/menor manifestação está relacionada com a tipologia urbana, sobretudo das mais dinâmicas devido ao maior peso funcional e populacional.

Tendo em conta os resultados obtidos para as ABD, o que se perspetiva é que praticamente podemo-nos referir às cidades com menos de 5000 habitantes, às vilas e aldeias como lugares em perda. Como iremos relatar mais à frente, com o saldo migratório apesar de mostrar melhorias, negativo, assim como o crescimento natural, é uma questão de uma ou duas décadas até começarmos a ter um número crescente de aldeias inabitadas.

Apesar deste ser um cenário geral muito negativo para as ABD, é relevante referir que Portalegre e Ponte de Sor, apesar de continuarem com um registo negativo, foram as únicas PMC a conseguir encurtar o défice.

Saldo Migratório

O saldo migratório é a diferença entre o número de pessoas que entram, imigrantes, e as que saem, emigrantes, numa determinada área, representando tanto migrações internas como externas.

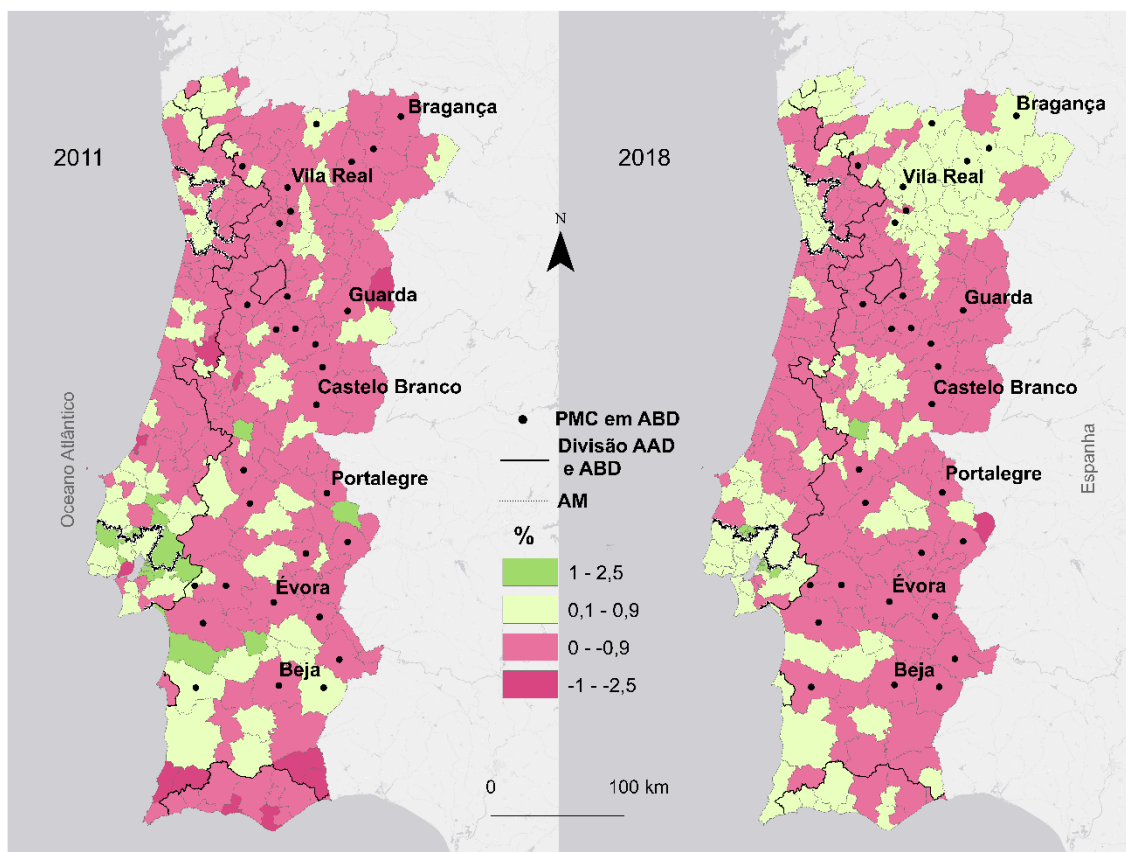


Figura 14 – Evolução da taxa de saldo migratório 2011-2018. Fonte: CAOP 2018, CIC 2015 e INE 2018. Elaboração própria

Pela tabela em anexo 3 e pela figura 14 é pouco perceptível, pois apenas se aborda dois períodos, mas foi em 2018 que ocorreu uma alteração na balança migratória portuguesa. Esta passou de negativa para positiva fenómeno que, de acordo com o INE, não se verifica desde 2011. Como se pode observar pela tabela 15 as maiores contribuições surgiram das NUTS 2 do Norte na AMP e ABD, AML e Algarve, sendo que o Centro apesar de registar um valor negativo conseguiu-o reduzir, enquanto o Alentejo foi o único a registar uma evolução negativa.

	Taxa Saldo Migratório 2011	Taxa Saldo Migratório 2018
Norte	-0,17	0,11
AAD	-0,13	-0,17
ABD	-0,15	0,13
AMP	-0,21	0,30
Centro	-0,32	-0,11
AAD	-0,27	-0,03
ABD	-0,43	-0,27
AML	-0,05	0,41
Alentejo	-0,05	-0,20
AAD	0,28	0,05
ABD	-0,19	-0,31
Algarve	-1,14	0,05
AAD	-1,13	0,05
ABD	-1,29	0,02
Total Geral	-0,21	0,12

Tabela 15 - Evolução da taxa de saldo migratório por NUTS2 segundo AAD e ABD 2011-2018. Fonte: INE 2018 e CIC 2015. Elaboração própria

	Taxa Saldo Migratório 2011	Taxa Saldo Migratório 2018
AAD	-0,29	-0,06
100000 - 149999	-0,65	0,02
60000 - 99999	-0,61	0,38
20000 - 59999	-0,36	-0,16
10000 - 19999	-0,24	-0,11
5000 - 9999	-0,31	-0,07
Outros	0,08	0,13
ABD	-0,28	-0,14
20000 - 59999	-0,48	-0,14
10000 - 19999	-0,40	-0,27
5000 - 9999	-0,30	-0,35
Outros	-0,19	-0,06
AML	-0,05	0,41
AMP	-0,21	0,30
Total Geral	-0,21	0,12

Tabela 16 – Taxa de saldo migratório segundo escalões de dimensão das cidades em contexto AAD ABD 2011-2018. Fonte: INE 2018 e CIC 2015. Elaboração própria

Restringindo o foco da análise para as AAD, ABD e as duas áreas metropolitanas percebemos que a mudança de trajetória quanto ao saldo migratório se ficou a dever, em parte, a situação detetada na AML. Comparando os intervalos populacionais em AAD e ABD, a tendência evolutiva geral é positiva e transversal à maioria das unidades territoriais, no entanto, foi em AAD que registou uma evolução positiva mais expressiva. A diferença entre as cidades é visível na tabela em anexo 4. Pela figura em anexo 4 e pela tabela 16 percebemos que as que obtiveram melhores resultados estão inseridas em intervalos populacionais maiores ou pertencem a concelhos inseridos na classe “outros”. As do Norte encontram-se agora com uma balança positiva, enquanto as do Centro reduziram o défice em metade. Esta particularidade pode sugerir que o imigrante recém-chegado seja de nacionalidade portuguesa. É certo que existem exceções, mas é pouca a percentagem de imigrantes que se fixam em áreas mais rurais ou longe dos grandes centros urbanos onde na generalidade existem menos oportunidades.

Enquanto a generalidade das PMC em ABD do Norte assinalam um registo positivo, o mesmo só é visível naquelas inseridas em intervalos de populacionais maiores nas regiões do Centro e do Alentejo. Quanto ao saldo migratório diferenciado por cenários, a tabela em anexo 5 conclui que 70% das PMC em ABD registam uma evolução positiva, sendo que apenas 30% uma evolução negativa. Apesar da balança migratória continuar negativa nas ABD é importante frisar que se está mais perto de a inverter. Em 7 anos a diferença foi reduzida em quase 25%.

Índice de envelhecimento

O último indicador demográfico essencial para fechar a ligação desta tríade explanatória da dinâmica demográfica recente é o índice de envelhecimento. Portugal apresenta-se a par de países como Itália, Alemanha ou Japão, como possuidor de uma estrutura etária mais larga no topo, ou seja, uma população mais envelhecida. Neste momento Portugal tem cerca de 22% da sua população com idade superior a 65 anos (World Bank, 2020).

O índice de envelhecimento é um indicador demográfico que faz a relação entre o número de população idosa (+65) com a jovem (0-14). Se o resultado desta relação for superior a 100, significa que existem mais idosos que jovens.

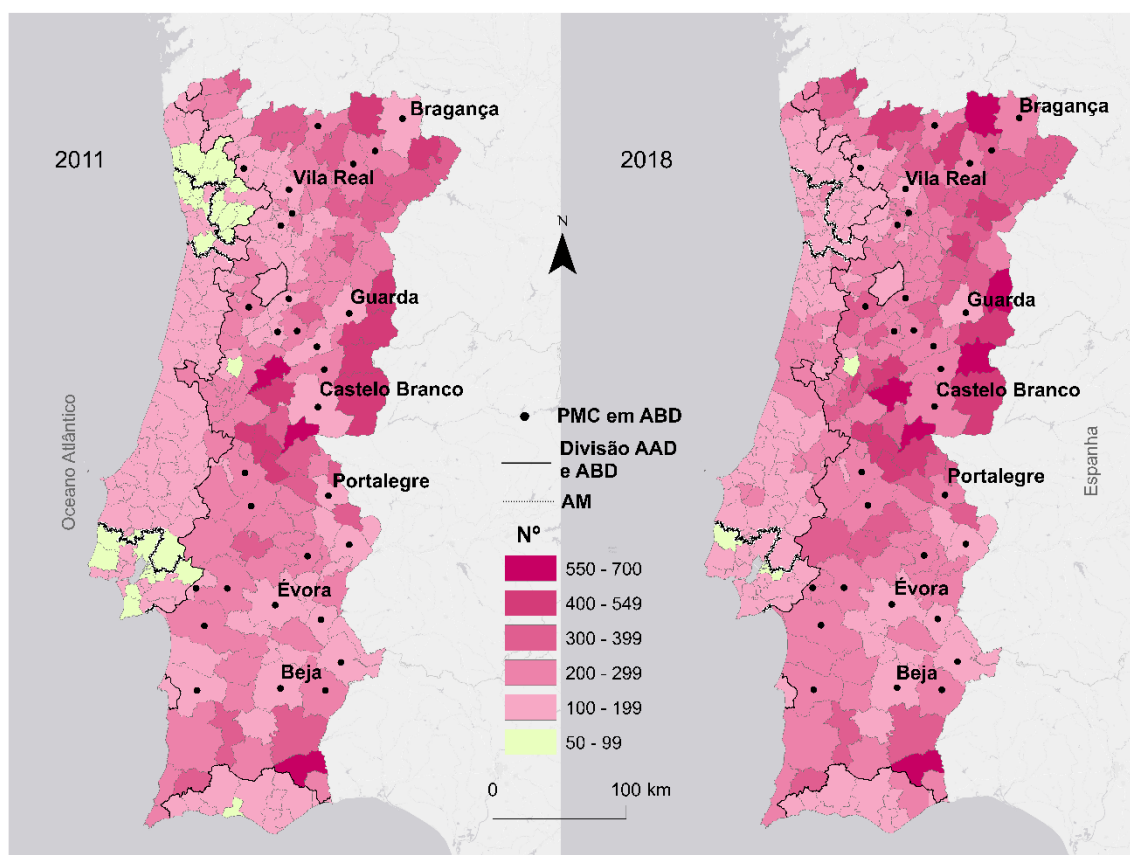


Figura 15 – Evolução do índice de envelhecimento. Fonte: CAOP 2018, CIC 2015 e INE 2018. Elaboração própria

Apesar de não ser perceptível através da figura 15, apenas 14 municípios¹³, ainda que registem valores elevados, conseguiram diminuir a diferença entre as faixas etárias observadas. Este registo pode ser algo enganador porque embora a diferença tenha diminuído, se observamos os valores tanto do saldo migratório como do crescimento natural, apenas Pampilhosa da Serra, Vimioso e Aljezur alcançam um cenário positivo nos três, o que pode ter a haver com a elevada taxa de mortalidade.

¹³ Vila Velha de Rodão, Vimioso, Alter do Chão, Lisboa, Pampilhosa da Serra, Gavião, Sabugal, Alvito, Ferreira do Alentejo, Vidigueira, Cuba, Monforte, Barrancos e Aljezur.

	% População Residente 0 - 14 anos 2011	% População Residente 65 e mais anos 2011	% População Residente 0 - 14 anos 2018	% População Residente 65 e mais anos 2018
Norte	14,9	17,0	12,8	20,5
AAD	16,0	14,1	13,3	17,6
ABD	13,1	23,3	10,9	25,5
AMP	14,9	16,3	13,3	20,4
Centro	13,7	22,0	12,2	24,3
AAD	14,4	19,8	13,0	22,5
ABD	12,2	26,3	10,6	28,2
AML	15,8	18,9	15,9	21,8
Alentejo	13,6	23,8	12,5	25,5
AAD	15,0	20,7	13,4	23,1
ABD	12,9	25,1	12,1	26,6
Algarve	15,6	19,5	15,0	21,6
AAD	15,8	18,8	15,2	21,1
ABD	11,1	30,7	11,0	31,4
Total Geral	14,8	19,3	13,7	22,2

Tabela 17 – Evolução da população residente por escalões etários por NUTS2 segundo as AAD e ABD, 2011-2018. Fonte: INE 2015 e CIC 2015. Elaboração própria

	% População Residente 0 - 14 anos 2011	% População Residente 65 e mais anos 2011	% População Residente 0 - 14 anos 2018	% População Residente 65 e mais anos 2018
AAD	15,2	17,8	13,4	20,6
100000 - 149999	14,7	16,4	13,6	20,4
60000 - 99999	14,6	17,0	14,0	19,9
20000 - 59999	15,4	16,6	13,5	19,8
10000 - 19999	15,4	18,5	13,4	21,0
5000 - 9999	14,3	20,3	12,6	22,9
Outros	15,2	19,3	13,3	21,4
ABD	12,7	25,0	11,1	26,9
20000 - 59999	13,4	21,5	12,3	24,4
10000 - 19999	13,5	21,8	11,7	24,7
5000 - 9999	12,6	25,4	11,1	27,6
Outros	12,3	26,6	10,6	27,9
AML	15,8	18,9	15,9	21,8
AMP	14,9	16,3	13,3	20,4
Total Geral	14,8	19,3	13,7	22,2

Tabela 18 – Evolução da população por escalões etários segundo escalões de dimensão das cidades em contexto AAD e ABD, 2011-2018. Fonte: INE 2018 e CIC 2015. Elaboração própria

Tanto a tabela 17 como a 18 revelam que quanto menor for a dimensão das cidades maior é a percentagem de população idosa em relação à jovem, ou seja, é nas aldeias, maioritariamente localizadas em ABD, onde o fenómeno mais se manifesta. Se observarmos os totais gerais das unidades territoriais conseguimos perceber que são as AAD, os territórios em que a evolução se revela menos significativa. Quanto aos resultados dos intervalos populacionais são na globalidade muito distintos, havendo apenas um ponto importante de referir. Assim que se chega aos intervalos em que as PMC estão inseridas o valor aumenta consideravelmente em relação ao intervalo superior tanto em AAD como nas ABD.

Quanto às PMC em ABD o comportamento evolutivo tem sido algo semelhante com as AAD, porém, totalmente díspar das aglomerações em intervalos mais baixos.

Tendo em conta o crescimento natural nulo e o gradual aumento da esperança média de vida, este cenário tende a agravar-se caso não se tomem medidas de favorecimento da natalidade, deixando estas áreas com sérios problemas demográficos que sem dúvida comprometem tanto a sustentabilidade demográfica como económica.

Poder de compra

O último indicador que faz parte desta análise sociodemográfica é o poder de compra *per capita*. Este tem como objetivo apresentar quais as áreas onde as populações têm uma maior ou menor disponibilidade financeira para a aquisição de bens ou serviços. As comparações serão feitas com base no valor 100 visto ser representativo do poder de compra *per capita* em Portugal.

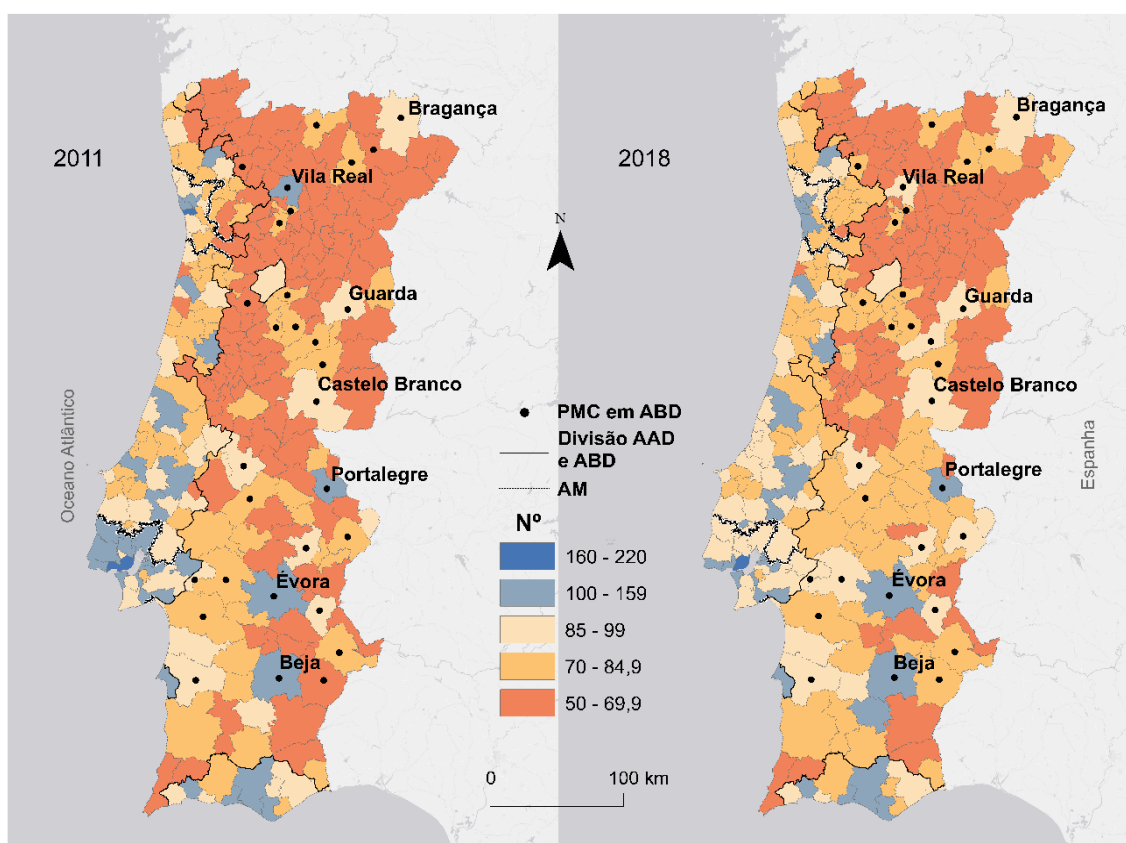


Figura 16 – Evolução do poder de compra per capita. Fonte: CAOP 2018, CIC 2015 e INE 2018. Elaboração própria

A análise deste indicador evidencia não acompanhar totalmente o mesmo padrão de distribuição que fora detetado nas análises anteriores. Como se pode observar pela figura 16 a divisão entre AAD, as duas áreas metropolitanas e as ABD está agora menos perceptível¹⁴. Se nas análises anteriores poderia passar despercebido, agora a existência ou não de cidades, tem um acrescido impacto na distribuição deste indicador.

¹⁴ Diferenciação entre áreas pela simbologia. Nas anteriores este fenómeno era facilmente identificado.

É certo que as cidades não estão representadas nas AAD, mas esta particularidade é nitidamente visível nas PMC em ABD, que na sua maioria registam valores mais elevados que os municípios sem PMC.

Outra singularidade passível de ser detetada pela figura é que nas duas áreas metropolitanas, é notório que vários municípios experienciaram uma queda no poder de compra, em grande parte devido a crise de 2012, inclusive que as fez descer de classe. Na AMP não foi tão claro, no entanto, dos 18 municípios da AML entre 2011 e 2017, 15 registaram uma descida, ou seja, 80 % dos municípios, muito longe dos 38% em AAD e dos 7% em ABD. Dos 164 municípios em ABD, 151 registaram uma subida quanto ao poder de compra *per capita* das populações o que não deixa de ser uma característica positiva de mencionar.

	Média de Poder de Compra Per Capita 2011	Média de Poder de Compra Per Capita 2017
Norte	72,00	76,08
AAD	76,17	80,73
ABD	62,51	66,84
AMP	96,05	98,90
Centro	75,25	77,28
AAD	87,20	87,53
ABD	67,28	70,44
AML	114,59	109,07
Alentejo	78,47	82,00
AAD	94,06	93,09
ABD	75,22	79,69
Algarve	84,85	87,05
AAD	94,77	96,73
ABD	63,04	65,76
Média Geral	78,02	80,51

Tabela 19 – Evolução do poder de compra *per capita* por NUTS2 segundo as AAD e ABD, 2011-2017. Fonte: INE 2018 e CIC 2015. Elaboração própria

	Média de Poder de Compra Per Capita 2011	Média de Poder de Compra Per Capita 2017
AAD	86,61	87,97
100000 - 149999	117,93	117,84
60000 - 99999	126,68	123,09
20000 - 59999	93,47	94,69
10000 - 19999	88,83	90,40
5000 - 9999	81,54	83,51
Outros	78,75	80,11
ABD	67,99	71,89
20000 - 59999	96,51	96,88
10000 - 19999	85,65	87,75
5000 - 9999	78,09	81,56
Outros	64,24	68,48
AML	114,59	109,07
AMP	96,05	98,90
Média Geral	78,02	80,51

Tabela 20 – Evolução do poder de compra *per capita* segundo escalões de dimensão das cidades em contexto de AAD e ABD, 2011-2017. Fonte: INE 2018 e CIC 2015. Elaboração própria

Os dados da tabela 19 e 20 mostram que foi nas ABD que ocorreu um aumento mais expressivo do poder de compra *per capita*, mas é onde os valores se mantêm mais baixos, sendo que a maior recuperação foi registada nas ABD da região norte. Quanto aos valores em intervalos populacionais, percebemos que as PMC foram aquelas que registaram uma variação positiva. Contudo, é de sublinhar que esses valores crescem à medida que aumenta o escalão de dimensão da cidade, tanto em AAD como ABD, já em sentido contrário e com uma variação negativa, temos as grandes cidades em AAD. Pelas tabelas não está discriminado, mas foram as capitais de distrito como Évora e Beja aquelas que registaram uma variação positiva mais expressiva.

Outro aspeto importante de mencionar é o facto da maior subida, tendo em conta as unidades territoriais em estudo, foi registada nos concelhos sem cidade.

Antes de retirar qualquer conclusão da análise destes indicadores sociodemográficos é importante explicar que, apesar de termos um objeto muito bem definido, as PMC, um estudo das mesmas seria impensável sem também abordar e retratar a sua envolvente, neste caso, os restantes concelhos pertencentes à mesma unidade territorial. A importância desta inclusão surge devido à complementaridade

entre municípios e os benefícios que se podem retirar desta relação, numa perspetiva de perceber se esta existe ou não nestes territórios.

Ao longo deste trabalho muito se tem vincado a importância da relação entre áreas urbanas/urbanas ou urbanas/rurais e o impacto que pode gerar num mundo cada vez mais competitivo. Desta forma, é essencial perceber qual a realidade dos restantes concelhos e qual a forma que estes têm evoluído ao longo dos anos.

A conclusão, será abordada com a mesma sequência com que os indicadores foram apresentados. Antes de mais, é importante para as conclusões não esquecer da situação apresentada pela figura 12, apenas um município em ABD registou um aumento populacional entre 2011 e 2018.

O saldo migratório veio introduzir uma nova perspetiva sobre a realidade dos movimentos da população nestas áreas. Como ficou explícito, em 2018 houve uma mudança na balança migratória em Portugal, fenómeno que se sentiu de forma global por todo o continente, mas com maior impacto na NUTS 2 do Norte. Percebemos que as áreas preferenciais são as duas áreas metropolitanas e tanto em AAD e ABD, as PMC inseridas em intervalos populacionais mais elevados. Há que destacar os valores obtidos nas cidades com menos de 5000 habitantes, vilas e aldeias, que comparando com o registo anterior, experienciaram uma evolução positiva.

Este pormenor sugere que, com o passar da crise financeira, existiu uma menor necessidade de emigrar e também que o motivo dos movimentos populacionais, tanto internos como externos, estejam ainda associados à busca de boas condições de vida, acima de tudo um trabalho bem remunerado, esclarecido pelos valores obtidos nas duas áreas metropolitanas. A questão é que, mesmo com uma balança migratória positiva, poucas serão as consequências positivas principalmente no que toca à perda de população isto porque a esmagadora maioria dos aumentos registados não passam de decimas.

21 das 30 PMC com mais de 5000 habitantes localizadas em ABD encontram-se num cenário positivo, embora com balanças ainda negativas. No reverso da moeda, 40% dos municípios sem PMC nas ABD viram o défice aumentar. Se esta tendência se verificar nos próximos anos, do ponto de vista da coesão territorial, será pouco favorável à existência de uma rede de centros urbanos (policentrismo) na medida em que progressivamente se caminha para um sistema urbano regional monocêntrico, situação em evidência na NUTS2 do Alentejo.

Se por um lado o saldo migratório parecia dar algum entusiasmo, o mesmo fora rapidamente dissipado pela análise ao crescimento natural das ABD. Em 2018, apenas um município teve um crescimento natural positivo, o que revela graves problemas quanto à natalidade destas áreas. Como foi referido, nenhum conseguiu registar valores positivos, sendo que o problema tem maior repercussão à medida que se vai descendo nos escalões de dimensão urbana. Neste caso as PMC em ABD de dimensão superior, conseguem manter um ritmo evolutivo semelhante as cidades em AAD. Se já se previa um sistema urbano cada vez mais monocêntrico, as particularidades do crescimento natural, irão certamente potenciar que tal aconteça.

Se para além de um saldo migratório incapaz de se sobrepor e mitigar um crescimento natural negativo, o fenómeno do envelhecimento populacional vai aprofundar um cenário que já não se percecionava otimista.

Uma das várias evidências decorrentes dos melhores níveis de vida, mede-se pelo aumento da esperança média de vida e, tendo em conta o que se antevê, esta terá tendência a aumentar.

Para áreas que já têm vários problemas estruturais, possuírem uma estrutura demográfica cada vez mais “idosa”, constitui um desafio para a própria sustentabilidade dos sistemas territoriais.

Um excesso de população idosa pode ser encarado como um entrave ao desenvolvimento destas áreas na medida em que esta faixa etária determina necessidades específicas das da população ativa ou jovem. Neste caso em concreto, o contributo é referente, entre outros, ao consumo de bens e às externalidades que estão associadas ao emprego ou a deslocações. Para além de um decréscimo na produção bruta, visto que cada vez existem menos jovens, haverá aumento dos gastos, sobretudo nos setores da saúde e na segurança social.

As questões do envelhecimento da população anteriormente apontadas são mais notórias nos municípios em ABD, principalmente aqueles ocupam os lugares mais baixos na hierarquia urbana, nas vilas e aldeias.

Por último, mas não menos importante, o poder de compra *per capita*, que certamente trouxe várias interpretações dos resultados. Estes foram muito positivos em especial para as ABD e as suas PMC. Como se pode relatar pelas tabelas 19 e 20, apesar de durante o período observado ter sido marcado por uma forte crise económica, 93% dos municípios em ABD conseguiram aumentar o poder de compra das populações o que não deixa de ser um fenómeno notável, especialmente quando comparado com os valores obtidos nas restantes unidades territoriais. Outro aspeto muito positivo é que foram os lugares hierarquia inferior onde o poder de compra das populações mais aumentou entre os períodos em análise.

A tabela no anexo 7, congrega todos os indicadores abordados na análise demográfica fazendo uma síntese dos mesmos.

Se ao longo do trabalho a constatação de que uma maior complementaridade entre áreas seria benéfica para o desenvolvimento, neste caso, a pouca interação, sobretudo com os centros de influência nacional ou mesmo regional que pelos vistos já é congénita, possibilitou que ao longo dos anos se construísse uma relação de complementaridade a nível micro/local, relembrando o conceito de “cidades interdependentes”, tornando estas áreas mais resilientes a episódios externos. Neste caso foram as cidades metropolitanas que, pelo facto de terem conexões já a um nível internacional, mais expostas aos problemas económicos internacionais, foram mais afetadas.

Para fechar as conclusões e sintetizando as mesmas, as PMC das ABD apresentam-se, em vários âmbitos, semelhantes as suas homologas em AAD e, ainda que mais distantes, às cidades metropolitanas, pelo facto de, na sua generalidade, partilham dos mesmos problemas. Envelhecimento, questões migratórias e a natalidade são dilemas observados nas quatro unidades territoriais, no entanto, foi possível confirmar que estes têm maior expressão nas PMC das ABD.

Perspetiva-se uma mudança quanto à situação do saldo migratório, porém, com uma taxa de crescimento natural negativa, a situação volta a um cenário pessimista. Colaborando para este cenário está o envelhecimento da população, sobretudo nos municípios sem PMC das ABD.

Para além de uma comprovada importância que assumem evidenciada a partir da análise aos indicadores, o panorama na envolvente às PMC, faz com que consigam sobressair de forma mais positiva como agentes dinamizadores do território. Em termos funcionais, progressivamente terão um maior peso e influência na estrutura urbana regional, no entanto, esta particularidade deve-se principalmente à situação dos concelhos vizinhos, que por falta de atributos, não conseguem cativar a população a ali permanecer ou ser suficientemente atraentes para a fixação das empresas.

Relembrando o mote de partida deste trabalho, a perda de coesão territorial nestes territórios, apercebemo-nos que uma das causas são os fenómenos demográficos. Como se pode deduzir pelas conclusões, existe uma propensão para que o sistema territorial das áreas de baixa densidade seja cada vez mais monocêntrico, característica que pode favorecer a perda de coesão. São sobretudo os municípios constituídos por cidades de hierarquia inferior, vilas e aldeias, que os fenómenos demográficos adquirem maior expressão. Se o paradigma não se alterar, será extremamente difícil obter qualquer externalidade positiva destes territórios com uma composição demográfica diminuta e acima de tudo idosa.

4.5 Evolução económica das PMC em ABD

Finalizada a análise sociodemográfica prossegue-se agora com os dados relativos ao emprego e às atividades económicas. Estes indicadores económicos irão complementar a análise anterior pelo facto de revelarem as dinâmicas e o perfil económico do objeto de estudo, da sua envolvente e das demais unidades territoriais. Posteriormente, ao perceber a dinâmica económica dos centros urbanos, será possível relacioná-la com os fenómenos demográficos anteriormente identificados.

Para tal, foram usados três indicadores¹⁵: pessoal ao serviço dos estabelecimentos, número de empresas e volume de negócios (€) das empresas. Estas foram recolhidos tendo em conta o critério de divisão da CAE (classificação das atividades económicas) REV.3. Esta classificação reparte as atividades económicas pelo tipo atividade desenvolvida. Inicialmente, distribuídas em dezassete categorias, foram reagrupados em sete com o intuito de facilitar o tratamento dos dados. A tabela 21 em baixo mostra o resultado dessa operação.

¹⁵ Para a NUTS 3 Alentejo Central, no indicador volume de negócios em 2011, o INE não regista qualquer valor. A variação dos resultados entre 2011 e 2018 para a NUTS 2 do Alentejo, poderá ser demasiado expressiva.

Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; Indústrias extrativas	Indústrias transformadoras; Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição; Construção	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos; Transportes e armazenagem	Alojamento, restauração e similares
Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Atividades de informação e de comunicação; Atividades imobiliárias; Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Atividades administrativas e dos serviços de apoio; Educação; Atividades de saúde humana e apoio social	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; Outras atividades de serviços	
Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7	

Tabela 21 – Reconversão dos grupos de atividade. Elaboração própria

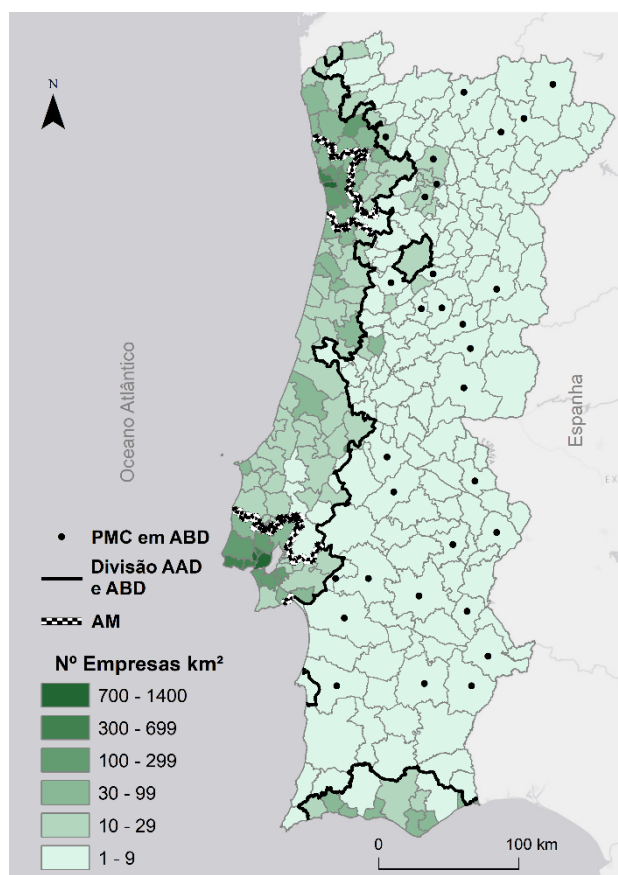


Figura 17 – Densidade empresarial em 2018. Fonte: CAOP 2018, CIC 2015 e INE 2018. Elaboração própria

Pela figura 17 é possível observar o mesmo padrão de distribuição, neste caso da densidade empresarial, já identificado na maioria dos indicadores sociodemográficos.

O fenómeno da densidade previamente abordado permitiu perceber o porquê de ser uma característica territorial de relevo para o desenvolvimento dos territórios. A baixa densidade empresarial impossibilita a que as empresas beneficiem dos aspetos positivos que surgem da sua aglomeração.

Apesar de grande parte dos municípios em ABD serem maiores em área, relativamente àqueles em AAD, a disparidade entre valores é abismal, inclusive as PMC em ABD não conseguem sobressair.

2011	Agricultura, produção animal, caça floresta e pesca, indústrias extrativas	Indústrias transformadoras; electricidade, gás, vapor de água quente e fria e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição; construção	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos; transporte e armazenagem	Alojamento, restauração e similares	Atividades de informação e de comunicação; atividades imobiliárias; atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Atividades administrativas e dos serviços de apoio; educação; atividades de saúde humana e apoio social	Atividades artísticas de espetáculos, desportivas e recreativas; outras atividades de serviços	Total Geral
Norte	3,6	18,4	26,0	7,5	13,0	24,9	6,6	100
AAD	3,2	23,6	26,4	7,6	11,7	21,4	6,1	100
ABD	9,5	19,4	27,5	10,3	8,6	18,8	5,9	100
AMP	1,8	15,0	25,3	6,5	15,4	29,1	7,1	100
Centro	5,9	18,0	26,1	7,6	11,9	22,7	6,7	100
AAD	5,4	18,2	25,5	6,9	12,9	24,3	6,8	100
ABD	7,3	21,0	27,6	9,2	9,6	18,9	6,5	100
AML	1,6	10,3	21,1	6,6	19,7	30,7	9,9	100
Alentejo	18,5	12,7	23,8	9,3	9,3	19,8	6,7	100
AAD	11,8	13,5	26,4	7,8	10,8	22,3	7,3	100
ABD	21,1	12,3	22,7	10,0	8,6	18,8	6,4	100
Algarve	6,5	14,5	22,5	13,4	13,0	22,0	8,0	100
AAD	8,0	14,4	22,5	13,2	13,3	22,5	8,1	100
ABD	15,1	15,2	22,0	17,5	8,6	14,9	6,7	100
2018								Total Geral
Norte	12,6	15,1	20,5	7,4	13,4	24,2	6,9	100
AAD	7,0	20,8	22,4	7,2	12,9	22,6	7,1	100
ABD	38,6	12,6	16,5	7,0	6,6	14,1	4,6	100
AMP	3,5	12,7	21,2	7,7	17,0	30,1	7,8	100
Centro	11,9	15,8	21,0	7,7	12,5	24,1	7,0	100
AAD	9,5	15,4	20,7	7,5	13,6	26,1	7,3	100
ABD	17,6	17,0	21,6	8,3	9,8	19,2	6,5	100
AML	2,3	8,3	17,1	8,7	21,4	32,9	9,4	100
Alentejo	24,4	10,5	19,3	9,0	9,7	20,4	6,7	100
AAD	14,6	11,7	22,5	7,6	11,9	24,3	7,5	100
ABD	28,1	10,0	18,0	9,6	8,9	19,0	6,4	100
Algarve	8,6	11,1	16,2	20,2	12,8	23,0	8,0	100
AAD	8,1	11,1	16,3	20,0	13,1	23,4	8,1	100
ABD	16,5	12,0	15,3	25,1	7,7	16,0	7,3	100

Tabela 22 – Evolução da estrutura das empresas por setor de atividade por NUTS2 em contexto as AAD e ABD, 2011-2018. Fonte: INE 2018 e CIC 2015. Elaboração própria

2011	Agricultura, produção animal, caça floresta e pesca, indústrias extrativas	Indústrias transformadoras; electricidade, gás, vapor de água quente e fria e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição; construção	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos; transporte e armazenagem	Alojamento, restauração e similares	Atividades de informação e de comunicação; atividades imobiliárias; atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Atividades administrativas e dos serviços de apoio; educação; atividades de saúde humana e apoio social	Atividades artísticas de espetáculos, desportivas e recreativas; outras atividades de serviços	Total Geral
Norte	2,0	41,3	24,7	6,0	7,8	15,3	3,0	100
AAD	1,6	54,1	21,3	4,9	5,5	10,2	2,4	100
ABD	6,2	37,7	27,0	8,3	5,7	11,5	3,6	100
AMP	1,2	33,8	26,3	6,1	9,8	19,5	3,3	100
Centro	4,0	37,4	28,1	6,8	7,1	13,4	3,2	100
AAD	3,6	36,5	28,4	6,6	7,5	14,3	3,2	100
ABD	5,0	40,2	27,5	7,3	5,9	10,8	3,4	100
AML	1,0	17,6	26,8	8,9	15,1	26,0	4,6	100
Alentejo	15,4	27,1	27,0	8,0	6,4	12,7	3,3	100
AAD	9,3	31,0	29,9	5,8	6,7	14,3	2,9	100
ABD	18,9	24,8	25,4	9,3	6,2	11,9	3,6	100
Algarve	3,9	18,0	27,1	20,8	8,8	16,3	5,2	100
AAD	3,8	17,8	27,2	20,7	8,9	16,5	5,1	100
ABD	7,1	22,0	23,3	24,4	5,7	10,1	7,4	100
2018								Total Geral
Norte	4,4	37,7	22,7	6,8	8,8	16,3	3,3	100
AAD	2,6	51,3	20,3	5,0	6,4	11,6	2,8	100
ABD	20,6	31,1	21,9	7,3	5,3	10,3	3,4	100
AMP	1,2	30,4	24,6	7,8	11,4	21,1	3,6	100
Centro	6,1	34,7	25,9	7,0	7,7	15,4	3,3	100
AAD	4,9	34,0	26,0	7,0	8,1	16,7	3,2	100
ABD	9,3	36,7	25,5	7,2	6,4	11,3	3,5	100
AML	0,9	14,5	24,2	10,5	17,4	28,1	4,5	100
Alentejo	19,8	23,6	24,7	8,5	7,1	12,7	3,6	100
AAD	10,4	28,4	28,9	6,1	8,3	14,3	3,6	100
ABD	24,7	21,1	22,5	9,7	6,5	11,8	3,6	100
Algarve	5,7	13,4	23,5	25,3	8,9	17,7	5,5	100
AAD	5,4	13,4	23,8	25,0	9,0	18,0	5,4	100
ABD	11,0	14,6	18,0	32,0	6,3	10,8	7,3	100

Tabela 23 – Evolução da estrutura do emprego por setor de atividade ao serviço por NUTS2 em contexto AAD e ABD, 2011-2018. Fonte: INE 2018 e CIC 2015. Elaboração própria

As tabelas 22 e 23 resumem uma porção da realidade quanto ao setor empresarial nas AAD e ABD das NUTS2.

Tanto pela evolução do número de empresas como de pessoal ao serviço, percebemos que o grupo 1 obteve resultados mais positivos em todas as unidades territoriais, com exceção na AML. Este fenómeno é sobretudo visível nas ABD da região Norte. Por outro lado, o grupo 2 e 3 foram aqueles que em todas as unidades territoriais registaram uma evolução negativa em ambos os indicadores. Em termos brutos, estes dois grupos de atividades económicas, tanto por número de empresas como pessoal ao serviço, são os mais expressivos. O grupo 4, referente ao turismo apresenta uma evolução particular. Pela tabela 22, observamos que em várias unidades ocorreu uma evolução negativa (região Norte e Alentejo), porém, a tabela 23 apresenta uma situação contrária. Áreas que registam uma diminuição do número de empresas deste setor, experienciaram um aumento do peso do número de pessoal ao serviço. Os grupos 5, 6 e 7, salvo raras exceções, registaram uma evolução positiva em ambos os indicadores.

Antes de prosseguir é pertinente explicitar um fenómeno particular. As ABD da região Norte, salvo a situação positiva do grupo 1, nos restantes registaram em todos os grupos uma evolução negativa.

No geral esta evolução apresenta-se linear. Num plano negativo os grupos 2 e 3, enquanto que os restantes em cenário positivo. Em contexto das unidades territoriais, as grandes “perdedoras” foram as ABD do Norte.

2011	Agricultura, produção animal, caça floresta e pesca, indústrias extrativas	Indústrias transformadoras; electricidade, gás, vapor de água quente e fria e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição; construção	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos; transporte e armazenagem	Alojamento, restauração e similares	Atividades de informação e de comunicação; atividades imobiliárias; atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Atividades administrativas e dos serviços de apoio; educação; atividades de saúde humana e apoio social	Atividades artísticas de espetáculos, desportivas e recreativas; outras atividades de serviços	Total Geral
AAD	5,2	19,0	25,4	8,1	12,4	23,0	6,8	100
100000 - 149999	1,1	12,4	21,5	6,2	18,2	33,2	7,4	100
60000 - 99999	1,8	13,8	22,2	6,4	17,7	30,8	7,4	100
20000 - 59999	4,2	19,8	25,2	8,0	12,6	23,5	6,7	100
10000 - 19999	5,5	19,9	26,5	9,6	11,3	20,3	6,8	100
5000 - 9999	8,1	20,3	26,1	8,6	11,1	19,1	6,7	100
Outros	9,0	20,2	27,1	7,8	9,8	19,6	6,5	100
ABD	12,2	17,8	26,0	9,9	8,9	18,8	6,3	100
20000 - 59999	7,9	13,5	23,7	9,3	12,3	26,1	7,2	100
10000 - 19999	10,2	16,2	25,5	9,6	10,2	21,6	6,6	100
5000 - 9999	16,3	15,8	26,6	9,2	8,5	17,4	6,2	100
Outros	13,1	20,2	26,8	10,4	7,6	16,0	6,0	100
AML	1,6	10,3	21,1	6,6	19,7	30,7	9,9	100
AMP	1,8	15,0	25,3	6,5	15,4	29,1	7,1	100
2018								Total Geral
AAD	8,8	16,1	20,6	9,5	13,2	24,5	7,3	100
100000 - 149999	3,5	10,7	18,1	6,6	19,5	33,9	7,7	100
60000 - 99999	4,1	12,4	18,3	7,4	18,9	31,4	7,4	100
20000 - 59999	6,9	17,2	20,7	9,1	13,6	25,0	7,5	100
10000 - 19999	8,7	16,4	21,2	12,3	11,9	22,2	7,3	100
5000 - 9999	13,6	16,7	20,3	10,8	11,0	20,4	7,1	100
Outros	15,3	16,7	21,3	8,0	10,2	21,7	6,8	100
ABD	28,9	13,3	18,5	8,4	8,2	17,0	5,7	100
20000 - 59999	20,8	10,8	18,6	8,3	11,7	23,1	6,7	100
10000 - 19999	21,8	13,3	20,1	8,4	9,9	20,0	6,5	100
5000 - 9999	29,9	12,1	19,3	7,8	8,3	16,7	5,8	100
Outros	32,3	14,4	18,0	8,5	6,8	14,6	5,3	100
AML	2,3	8,3	17,1	8,7	21,4	32,9	9,4	100
AMP	3,5	12,7	21,2	7,7	17,0	30,1	7,8	100

Tabela 24 – Evolução da estrutura das empresas por setor de atividade segundo escalões de dimensão das cidades em contexto AAD e ABD, 2011-2018. Fonte: INE 2018 e CIC 2015. Elaboração própria

	Agricultura, produção animal, caça floresta e pesca, indústrias extrativas	Indústrias transformadoras; electricidade, gás, vapor de água quente e fria e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição; construção	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos; transporte e armazenagem	Alojamento, restauração e similares	Atividades de informação e de comunicação; atividades imobiliárias; atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Atividades administrativas e dos serviços de apoio; educação; atividades de saúde humana e apoio social	Atividades artísticas de espetáculos, desportivas e recreativas; outras atividades de serviços	Total Geral
AAD	3,3	39,9	25,8	7,8	6,9	13,1	3,1	100
100000 - 149999	0,7	28,8	27,0	7,0	11,6	21,3	3,6	100
60000 - 99999	0,8	32,3	26,4	6,8	11,5	19,0	3,1	100
20000 - 59999	2,6	42,5	24,7	7,1	6,5	13,5	3,1	100
10000 - 19999	4,2	40,2	25,5	10,1	5,8	11,1	3,1	100
5000 - 9999	5,3	40,7	26,3	8,8	6,0	9,7	3,3	100
Outros	5,3	41,0	28,4	6,2	6,1	10,1	3,0	100
ABD	9,3	34,9	26,7	8,4	5,9	11,3	3,6	100
20000 - 59999	5,7	26,8	30,2	8,9	8,5	15,8	4,2	100
10000 - 19999	6,3	35,5	26,7	7,7	6,6	14,0	3,3	100
5000 - 9999	12,4	34,1	27,5	7,2	5,8	9,8	3,2	100
Outros	10,5	38,2	25,1	8,7	4,8	9,4	3,5	100
AML	1,0	17,6	26,8	8,9	15,1	26,0	4,6	100
AMP	1,2	33,8	26,3	6,1	9,8	19,5	3,3	100
2018								
AAD	4,5	36,9	23,8	8,8	7,7	14,9	3,4	100
100000 - 149999	1,4	25,7	26,2	7,4	13,6	22,0	3,6	100
60000 - 99999	1,5	29,2	24,2	7,2	12,5	22,3	3,1	100
20000 - 59999	3,5	40,5	22,3	7,8	7,0	15,4	3,4	100
10000 - 19999	5,4	35,9	23,8	12,6	6,6	12,2	3,5	100
5000 - 9999	6,7	37,2	22,4	10,2	6,2	13,8	3,5	100
Outros	7,6	37,0	27,3	6,7	6,8	11,4	3,1	100
ABD	17,5	30,2	23,3	8,3	6,1	11,1	3,6	100
20000 - 59999	11,4	25,0	27,1	8,9	8,3	15,1	4,2	100
10000 - 19999	13,2	31,5	24,6	7,8	6,5	13,0	3,4	100
5000 - 9999	18,8	30,2	24,5	7,3	6,2	9,7	3,2	100
Outros	20,3	31,9	21,4	8,4	5,1	9,5	3,4	100
AML	0,9	14,5	24,2	10,5	17,4	28,1	4,5	100
AMP	1,2	30,4	24,6	7,8	11,4	21,1	3,6	100

Tabela 25 – Evolução da percentagem da estrutura de emprego por setor de atividade segundo escalões de dimensão das cidades em contexto AAD e ABD, 2011-2018. Fonte: INE 2018 e CIC 2015. Elaboração própria

Por sua vez, nas tabelas 24 e 25 já se torna mais perceptível a existência de um padrão de distribuição tanto do número de empresas como do pessoal ao serviço nos diversos intervalos populacionais. Como foi referido anteriormente, ambos os indicadores apresentam uma distribuição muito relacionada.

Em termos gerais, tanto em ABD como em AAD, a distribuição do número de empresas e do pessoal ao serviço segue a mesma tendência. Quanto mais baixo for o intervalo populacional em que a cidade esteja inserida, em maior número os grupos 1 e 2 estão representados. Em sentido contrário, quanto mais alto o intervalo populacional, maior a expressão dos grupos 4, 5, 6 e 7. O único fenómeno transversal a todas os intervalos em ABD é o facto de os grupos 1, 2 e 3 representarem sempre mais de 50%, tanto de empresas como de pessoal ao serviço. Já em AAD, são os grupos 2, 3 e 6. Desta forma é perceptível que em termos gerais, são as atividades económicas do grupo 1 em ABD e as do grupo 5 em AAD que fazem a diferenciação.

2011	Agricultura, produção animal, caça floresta e pesca, indústrias extrativas	Indústrias transformadoras; electricidade, gás, vapor de água quente e frio; captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição; construção	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos; transporte e armazenagem	Alojamento, restauração e similares	Atividades de informação e de comunicação; atividades imobiliárias; atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Atividades administrativas e dos serviços de apoio; educação; atividades de saúde humana e apoio social	Atividades artísticas de espetáculos, desportivas e recreativas; outras atividades de serviços	Total Geral
Norte	37444,3	83212,6	127264,3	28720,4	49228,7	22200,7	21750,5	76102,1
AAD	40364,7	66998,9	106138,6	25965,7	36693,2	20068,4	14930,4	65195,6
ABD	29228,2	59456,4	85629,5	24230,8	26884,1	16620,8	13597,2	53299,8
AMP	44934,2	106352,7	148552,2	31591,5	56888,8	23709,4	27182,2	88610,9
Centro	70561,0	90743,0	110360,3	29290,1	34954,7	18012,9	16178,8	75209,5
AAD	75523,2	93203,8	113930,4	30063,8	36924,3	18644,2	17168,2	76986,0
ABD	60201,4	84358,3	99821,7	27299,2	27745,8	15612,5	13517,9	70124,9
AML	47904,3	143828,0	226261,6	39127,3	119794,5	34296,8	29645,1	118328,0
Alentejo	35261,0	74262,5	87257,1	22342,3	21720,7	14441,0	11936,3	54548,1
AAD	63705,2	129353,3	119246,7	30239,6	20125,0	23341,6	13908,8	88654,3
ABD	27328,9	35489,9	66052,8	19570,8	22688,9	8392,1	11049,4	35360,8
Algarve	28626,9	44738,8	69520,2	33861,8	32020,9	23749,6	19019,8	42681,5
AAD	28197,3	44744,6	69406,8	33772,9	31861,2	23991,6	19042,8	42674,1
ABD	34046,6	44626,7	72675,5	35659,9	38010,1	14337,5	18643,1	42857,4
Total Geral	46536,5	94919,5	151216,1	32895,3	80211,5	26929,0	23240,5	86850,4
2018								Total Geral
Norte	21388,2	89075,6	142722,0	33695,0	56864,7	24811,1	24480,7	79105,0
AAD	31022,5	75687,1	121714,1	31292,7	42796,3	22442,2	18403,8	71727,8
ABD	12895,5	68343,0	91053,4	26999,3	29683,0	18789,1	17733,5	50002,4
AMP	47526,5	109957,1	166768,4	36395,2	65632,7	26481,6	29410,3	91900,7
Centro	53677,9	105045,3	135696,9	33269,7	39823,8	18315,6	18531,3	83609,9
AAD	66911,7	105207,8	142024,0	34348,7	41337,5	18256,4	18706,0	85396,8
ABD	32969,7	104599,7	116635,6	30161,8	34162,7	18574,7	18058,1	78322,5
AML	58660,6	311752,1	262945,1	46969,8	106866,9	36418,0	38550,9	144727,4
Alentejo	52516,3	114732,8	119257,8	31920,0	39536,2	21722,1	28186,6	76260,5
AAD	73255,1	153722,1	140267,0	30753,3	23590,2	29608,5	34838,0	101126,0
ABD	47978,4	87501,3	105231,7	32300,3	50138,2	16767,4	24706,0	63328,8
Algarve	25717,9	55656,3	77134,8	38777,8	46993,2	26901,9	24774,7	47195,9
AAD	25904,3	56643,8	76838,9	38066,1	47195,9	27170,2	24962,3	47264,5
ABD	23597,1	34838,5	86169,8	51654,6	40324,7	16538,2	21597,0	45611,9
Total Geral	40568,4	131334,5	175351,1	39195,5	78315,4	29081,6	28965,0	99284,8

Tabela 26 – Volume de negócios (€) por pessoa ao serviço por NUTS2 em contexto AAD e ABD, 2011-2018. Fonte: INE 2018 e CIC 2015. Elaboração própria.

Quanto ao volume de negócios, este foi calculado ponderando o pessoal ao serviço, lembrando um volume de negócios *per capita*, porém, em vez de se usar a população residente usou-se o pessoal ao serviço.

Pela tabela 26 podemos confirmar que na esmagadora maioria dos grupos económicos e em várias unidades territoriais, as AAD registaram valores mais positivos quando comparando com as ABD. Uma característica que se figura na grande maioria dos casos transversal a várias unidades territoriais, foi o aumento dos valores nos vários grupos económicos. A única exceção foi o grupo 1 que registou uma evolução negativa. Esta particularidade é demonstrativa de que os grupos económicos têm conseguido progressivamente ultrapassar a crise.

Confirma-se que a sua evolução é condizente com aquela detetada no número de empresas. Até mesmo os grupos 2 e 3, que registaram uma redução do número de empresas, registaram valores superiores por comparação com o ano anterior.

2011	Agricultura, produção animal, caça floresta e pesca, indústrias extrativas	Indústrias transformadoras; electricidade, gás, vapor de água quente e frio; captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e depoluição; construção	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos; transporte e armazenagem	Alojamento, restauração e similares	Atividades de informação e de comunicação; atividades imobiliárias; atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Atividades administrativas e dos serviços de apoio; educação; atividades de saúde humana e apoio social	Atividades artísticas de espetáculos, desportivas e recreativas; outras atividades de serviços	Total Geral
AAD	60048,8	79502,4	105832,4	30457,0	34962,8	20250,9	16766,7	69001,9
100000 - 149999	32483,9	86726,3	108180,5	27358,7	42714,3	22628,9	16113,0	66700,7
60000 - 99999	48885,0	118346,7	84342,2	28997,4	53865,6	16221,9	16510,2	72707,5
20000 - 59999	61000,6	80366,8	98737,9	29728,9	32112,4	19378,2	19203,9	67542,1
10000 - 19999	53037,7	72206,4	98895,3	32263,4	32066,7	23920,8	14891,9	64741,8
5000 - 9999	60632,3	97886,1	103281,9	32698,6	28952,1	17502,3	14617,2	76979,3
Outros	70760,6	66713,7	139994,7	29289,7	33441,6	16693,6	14162,0	76787,8
ABD	34603,6	65661,3	85918,6	24276,5	26124,4	13814,0	12998,4	54646,0
20000 - 59999	35204,7	66295,0	64343,6	20059,1	19024,7	11886,9	12617,0	44984,4
10000 - 19999	38037,3	77530,6	82752,6	26704,9	33453,8	17072,2	13607,0	59050,3
5000 - 9999	21435,0	79536,5	75155,6	21083,8	15654,2	12273,9	11259,5	54455,0
Outros	38272,1	59760,5	100283,3	26276,2	32487,6	14520,0	13500,7	57642,1
AML	47904,3	143828,0	226261,6	39127,3	119794,5	34296,8	29645,1	118328,0
AMP	44934,2	106352,7	148552,2	31591,5	56888,8	23709,4	27182,2	88610,9
Total Geral	46536,5	94919,5	151216,1	32895,3	80211,5	26929,0	23240,5	86850,4
2018	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7	Total Geral
AAD	53002,1	89972,0	126151,3	35122,0	41681,4	21616,3	21015,2	75803,7
100000 - 149999	23655,2	107494,2	129589,8	29667,0	45792,7	26750,8	17943,8	76925,2
60000 - 99999	30331,2	121114,6	96067,1	34499,3	56277,0	14021,3	24239,5	72462,0
20000 - 59999	56820,1	89893,2	121786,9	35053,4	40964,4	22011,8	21957,8	75334,3
10000 - 19999	48062,8	84121,3	118183,2	36877,9	40634,4	22315,7	24337,3	71829,9
5000 - 9999	49763,9	103875,3	120605,1	35592,9	36765,9	14923,8	17700,7	77572,6
Outros	59915,0	75675,3	155845,6	34215,8	36257,0	19753,0	15810,5	82664,0
ABD	30181,1	87582,5	104771,0	31128,6	37476,5	18097,7	19844,1	63730,3
20000 - 59999	38562,8	101202,6	87855,6	29649,7	35777,1	19629,9	19631,0	62880,2
10000 - 19999	24975,9	100053,9	94970,9	31054,5	27203,5	17964,9	17847,3	65300,4
5000 - 9999	30303,5	116034,8	101576,9	33051,3	41594,4	17005,4	26287,8	73172,8
Outros	29045,9	74321,4	115944,7	31304,0	39811,6	17508,7	18806,4	61341,6
AML	58660,6	311752,1	262945,1	46969,8	106866,9	36418,0	38550,9	144727,4
AMP	47526,5	109957,1	166768,4	36395,2	65632,7	26481,6	29410,3	91900,7
Total Geral	40568,4	131334,5	175351,1	39195,5	78315,4	29081,6	28965,0	99284,8

Tabela 27 – Volume de negócios (€) por pessoa ao serviço segundo escalões de dimensão das cidades em contexto AAD e ABD, 2011-2018. Fonte: INE 2018 e CIC 2015. Elaboração própria

Quanto aos resultados observados na análise dos intervalos populacionais, também registaram uma evolução positiva tanto por unidade territorial como por grupo económico. O cenário que se verificou no grupo 1 na análise anterior, permanece inalterável. Nos dez intervalos populacionais, registou por seis vezes uma diminuição dos valores, sendo desta forma o único setor que não acompanha a tendência positiva.

Apesar da evolução positiva na maioria dos grupos económicos e nas unidades territoriais, aquela ocorrida nas ABD fora sem dúvida mais expressiva. Como se pode observar pela tabela em anexo 8, observam-se resultados positivos em ABD tanto por grupo económico como em intervalo populacional.

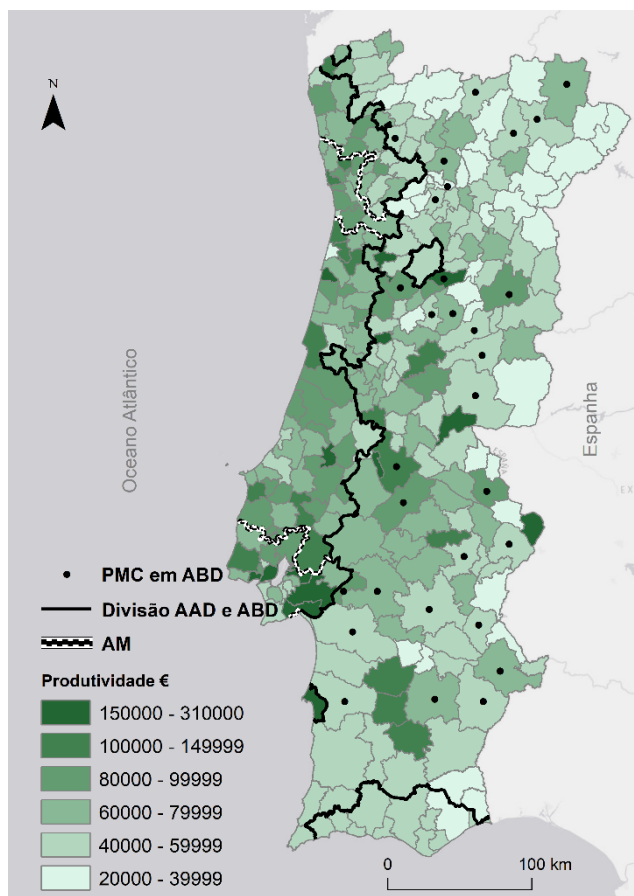


Figura 18 – Produtividade por concelho em 2018. Fonte: CAOP 2018, CIC 2015 e INE 2018. Elaboração própria

Considerou-se para efeitos de análise, que o volume de negócios por pessoa ao serviço será aqui considerado como indicador de produtividade.

É certo que conseguimos detetar um padrão na sua distribuição territorial, sobretudo entre as AAD e as ABD, no entanto, não parece ser tão expressiva como aquela observada nos indicadores sociodemográficos.

Desta figura há que destacar dois aspetos: os municípios situados em AAD tendem a ter valores de produtividade superiores que os em ABD e que as PMC em ABD se distinguem dos restantes municípios, porém, de uma forma não tão significativa.

A explicação destes fenómenos é mais clara quando exposta cartograficamente. As figuras 19, 20, 21 e 22 fazem o cruzamento da produtividade com os sete grupos de atividades económicas. É com base nestas figuras que chegamos à conclusão de que no geral os municípios que se apresentam mais produtivos, são aqueles em que a sua base empresarial apresenta maior importância do setor dos serviços, nomeadamente 4 e 5, em deterioramento do grupo 1. Podemos também relacionar a produtividade com a densidade empresarial, visto que os municípios mais produtivos por norma se localizam em AAD. É também por estas quatro figuras que temos uma perceção territorial do perfil de atividades económico dos municípios.

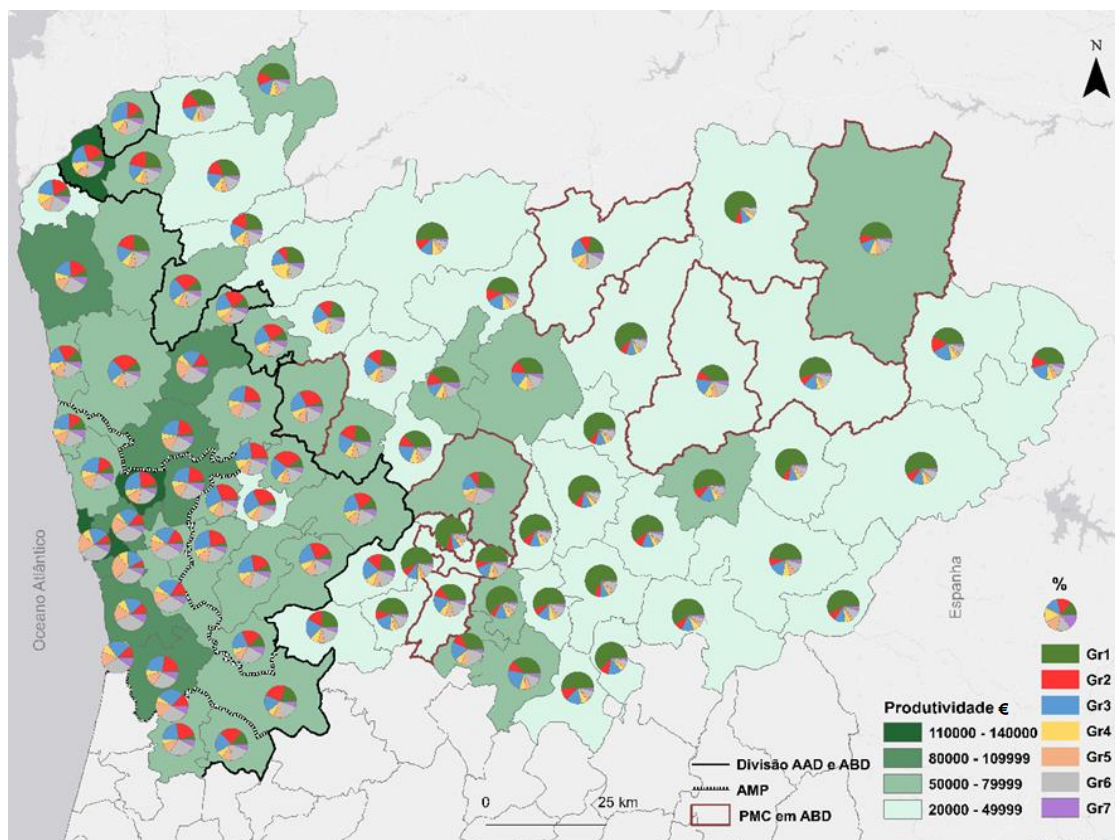


Figura 19 – Produtividade e setores de atividade na região Norte. Fonte: CAOP 2018, CIC 2015 e INE 2018. Elaboração própria

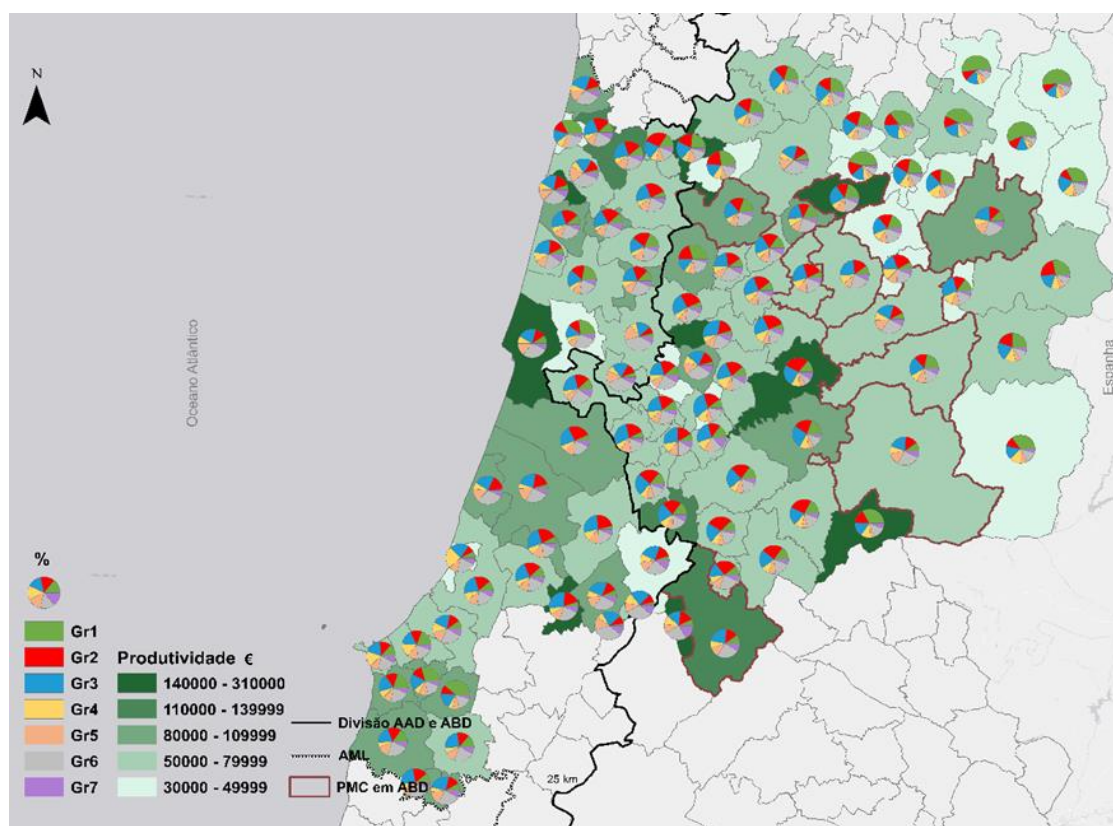


Figura 20 – Produtividade e setor de atividade na região Centro. Fonte: CAOP 2018, CIC 2015 e INE 2018. Elaboração própria

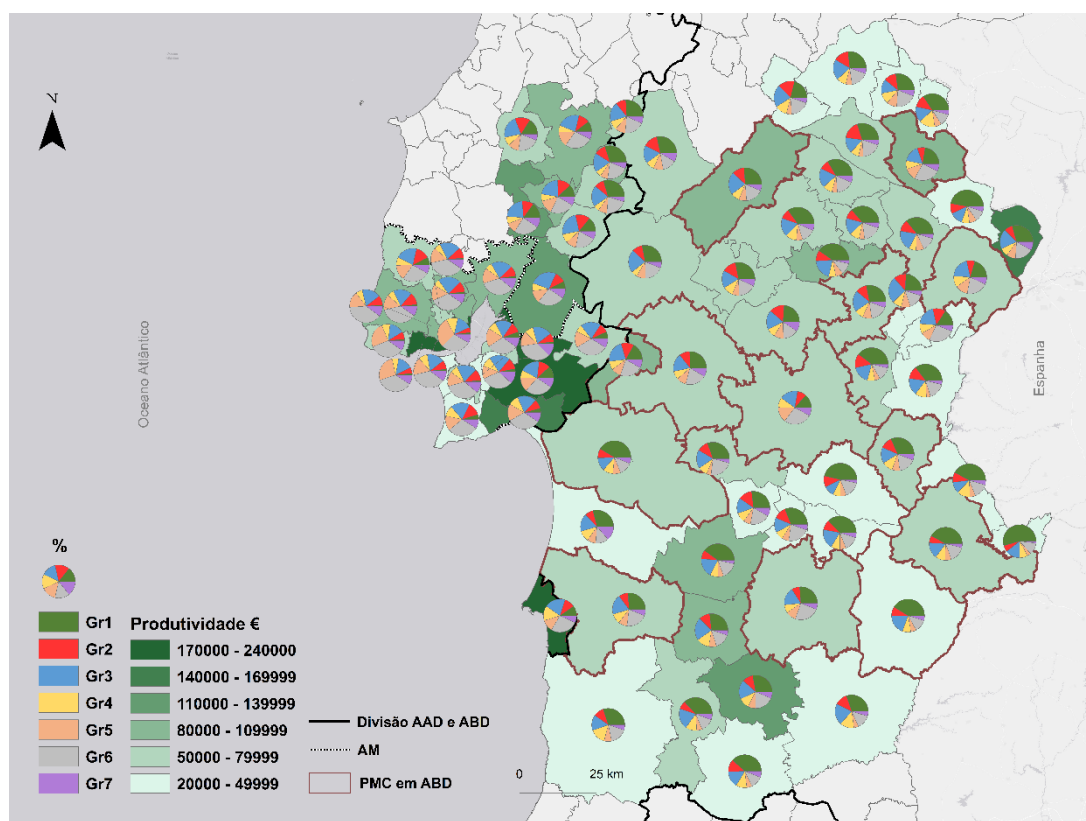


Figura 21 – Produtividade e setor de atividade na região da AML e Alentejo. Fonte: CAOP 2018, CIC 2015 e INE 2018. Elaboração própria

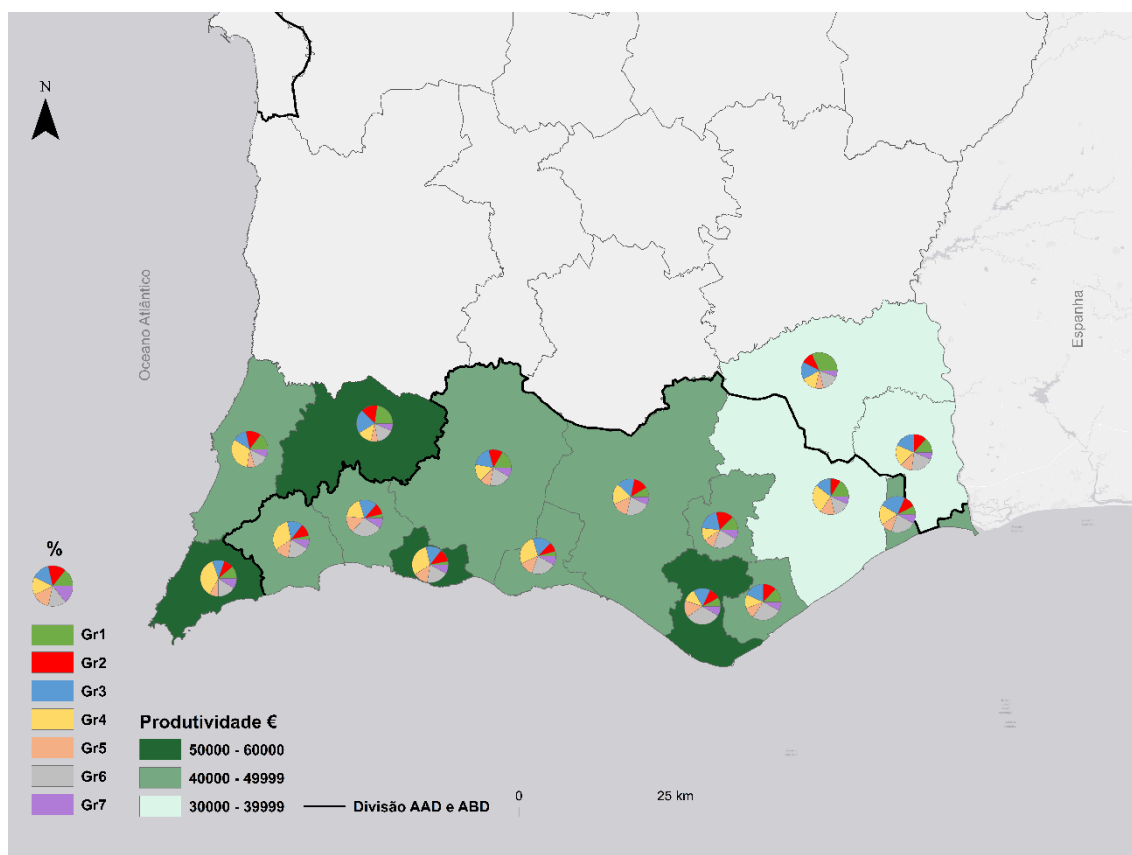


Figura 22 – Produtividade e setor de atividade na região do Algarve. Fonte: CAOP 2018, CIC 2015, INE 2018. Elaboração própria

No capítulo 1.2 foram abordados os conceitos de densidade e diversidade, neste caso aplicados ao território, como características essenciais para o seu desenvolvimento. As conclusões que se retiram da análise aos três indicadores económicos são passíveis de se relacionarem com a densidade e a diversidade reforçando desta forma a sua importância. Densidade porque como se constatou as áreas onde existe maior densidade empresarial, tendencialmente são mais produtivas em comparação com aquelas que registam valores mais baixos e diversidade, porque como já foi referido, é possível confirmar uma conexão entre maior produtividade e distribuição equitativa dos grupos de atividades económicas.

Concluindo esta análise económica e empresarial a toda as unidades territoriais em diferentes intervalos populacionais chegamos à conclusão que as PMC em ABD, seguem por um caminho semelhante das PMC em AAD, porém, em estados diferentes.

Assistimos ao crescimento dos grupos 4, 5, 6 e 7, ligados aos setores dos serviços e hotelaria/restauração e do grupo 1, principalmente em ABD, ligado às atividades agrícolas e indústria extrativa. Este crescimento verifica-se tanto em número de empresas como de pessoal ao serviço. Nota-se que o perfil económico das PMC em intervalos maiores é similar as suas homologas em AAD, porém com uma maior expressão do grupo 1. Uma característica transversal a estas unidades territoriais é que quanto maior for o intervalo em que a cidade está inserida, maior será a expressão que os grupos económicos ligados aos serviços vão ter.

Em termos do volume de negócios, em todas as unidades territoriais e em todos os grupos, foi registado um aumento, querendo isto dizer que houve uma boa recuperação económica à crise de 2012. Em termos percentuais aquelas que mais cresceram foram as PMC em ABD, sobretudo as inseridas no intervalo dos 5000 – 9999 habitantes.

Compilando as duas análises entre PMC em AAD e ABD, ambas percorrem o mesmo caminho, no entanto e realçando novamente, a ritmos diferentes. Na análise demográfica, percebemos que ambas padecem dos mesmos problemas, porém, também em estados diferentes.

Se restringirmos o foco para as PMC em ABD e a realidade da sua envolvente, podemos afirmar que as mesmas se destacam, tanto em termos demográficos como económicos. A situação demográfica dos municípios sem PMC em ABD, afigura-se problemática a longo prazo. No caso português, seguramente que uma estratégia para a coesão territorial das áreas do interior, naturalmente tem de passar por esta tipologia.

(Página propositadamente em branco)

5. Distribuição territorial do investimento realizado no âmbito do Portugal 2020

5.1 Política de Coesão

A UE tem sido palco de sucessivas transformações devido aos seus graduais alargamentos. Atualmente são 27 os países que a constituem e, deste grande conjunto, vislumbramos uma panóplia de situações contrastantes nas mais variáveis vertentes. Integrar um elevado número de países sobre o mesmo símbolo faz emergir situações de disparidade tanto económicas, sociais, etc..., no entanto, esta interação leva-os também a experienciar os múltiplos benefícios da integração no mercado europeu.

É neste sentido que a atual versão da Política de Coesão tem como objetivo reforçar as economias e a coesão social, reduzindo as disparidades entre regiões (Marek & Jacques, 2019). A Política de Coesão da UE tem adquirido uma importância cada vez maior representando uma grande fatia nos FEEI, tornando-se um tema chave no debate político nos diversos países europeus. As disparidades regionais manifestam-se por toda a Europa por isso cabe em parte às entidades europeias estudar e compreendê-las para que sejam desenvolvidas estratégias e políticas.

Molle (2008) refere que o conceito da coesão tem evoluído nos últimos anos e que atualmente o mesmo pode ser interpretado como: o grau de disparidades entre diferentes regiões ou populações em vários âmbitos. Neste caso, a UE define que para promover o desenvolvimento harmonioso é necessário fortalecer a coesão económica, social e territorial.

A Política de Coesão resulta em três programas de financiamento: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo de Coesão (FC) e por fim o Fundo Social Europeu (FSE). Ao total disponibilizam cerca de 477 mil milhões de euros, sendo que Portugal tem direito a 27 mil milhões¹⁶ (CE, 2014). Estes três fundos fazem parte dum “pacote” dos FEEI juntamente com o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP). Cerca de 32.5% do total do orçamento da UE para 2014-2020 está reservado para o financiamento da Política de Coesão e para alcançar os objetivos acima mencionados pretende-se: “criar emprego e crescimento, investir em pessoas, reforçar a investigação e a inovação, melhorar o ambiente, apoiar empresas e modernizar os transportes” (Comissão Europeia [CE], 2014).

Para a concretização dos objetivos existe uma estreita ligação que envolve a CE, os estados-membros e as regiões no caso português representadas pelas CCDR. Todos os fundos são geridos pelos próprios países através do estabelecimento de acordos de parceria com a CE dando-lhes desta forma autonomia sobre a melhor forma de aplicar e de os gerir. No caso português o acordo de parceria estabelecido denominou-se de Portugal 2020, que posteriormente vai dar origem a vários programas de investimentos.

¹⁶ Totalidade do fundo elegível.

Por fim a Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C) entra neste processo como autoridade de certificação, com um papel muito ativo na discussão sobre assuntos relacionados com a política de desenvolvimento regional e dos fundos comunitários da UE e assegura a coordenação geral dos FEEI em Portugal.

Os responsáveis pela Política de Coesão definiram onze Objetivos Temáticos (OT) que no seu entender levam a um crescimento e desenvolvimento sustentável. Cada fundo está responsável por determinados objetivos para uma maior coordenação e rapidez no processo. Esta organização entre fundos e objetivos permite uma melhor articulação prevenindo a fragmentação dos mesmos (CE, 2014). O FEDER apoia estes onze objetivos, porém os seus principais são 1-4, o FSE ficará encarregue dos 8-11 e por fim o FC do 4-7 e o 11.

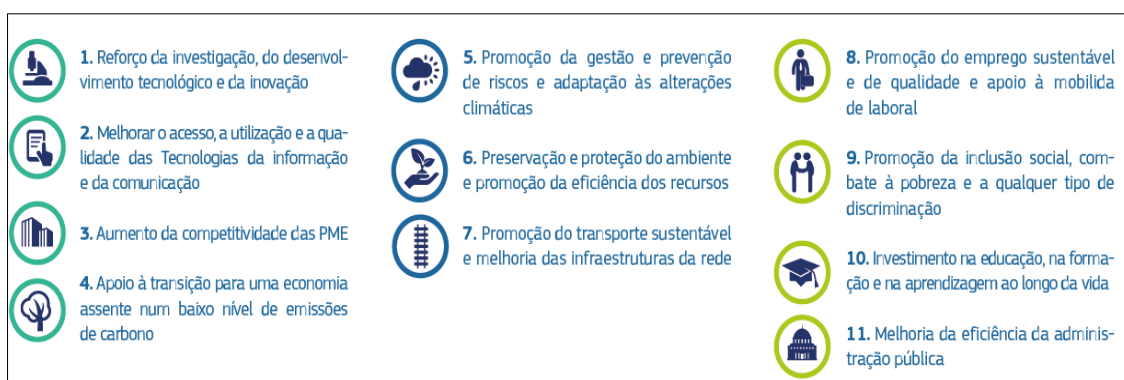


Figura 23 – Descrição objetivos temáticos da Política de Coesão. Fonte Brochura Política de Coesão 2020

FEDER - reforço e desenvolvimento da coesão económica e social das regiões menos desenvolvidas através de investimentos aplicados para a criação de empregos e capacitação das empresas.

FC - promove investindo em soluções que possibilitem um desenvolvimento sustentável e na melhoria das condições de conectividade dos estados-membros da UE, este só pode ser aplicado em situações em que o PIB seja abaixo de 90% da média da UE.

FSE – direcionado para o investimento social com intuito de aumentar as capacidades para assim aumentar também as suas oportunidades ao nível de emprego e de educação. Tem também como objetivo ajudar pessoas com algum tipo de carências, em risco de pobreza ou exclusão social.

São vários os beneficiários que podem usufruir destes fundos: organismos públicos, empresas, universidades, associações, ONG ou voluntariado. Dependendo da localização do requerente, este poderá ter um benefício de entre 50% a 85% do financiamento do projeto, caso esteja numa área denominada de: mais desenvolvida, em transição ou menos desenvolvidas. De acordo com a CE, as regiões do Norte, Centro, Alentejo integram a categoria de “Regiões menos desenvolvidas (GDP entre < 75% da UE), o Algarve na categoria “Regiões em transição (GDP entre 75% a 90% da UE) e por fim a Área Metropolitana de Lisboa nas “Regiões desenvolvidas (GDP>=90% da UE) (CE, 2014).

A melhor gestão e aplicação destes fundos ficou estabelecida no acordo de parceria entre Portugal e a CE, o Portugal 2020. Este acordo é definido tendo em conta as bases estratégicas delimitadas pela Estratégia Europa 2020 consagrando a visão para o território nacional em matéria de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial. O Portugal 2020 “define as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento necessárias para promover no nosso país o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e o cumprimento das metas da Europa 2020” (Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020, 2014). Por fim a implementação deste programa está organizada nos quatro domínios temáticos: Competitividade e Internacionalização (POCI), Inclusão Social e Emprego (ISE), Capital Humano (CH) e Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (SEUR).

Cada uma das regiões portuguesas, tendo em conta o que fora delineado nos acordos e programas de hierarquia anteriores, vai articular e definir as suas prioridades e estratégias de acordo com a realidade territorial. Existem sete programas operacionais (PO) Regionais, porém, neste trabalho só serão analisados os continentais. Cada PO Regional consoante as suas necessidades territoriais e estratégia delimitada pode canalizar ou dar mais expressão a certos OT, indo ao encontro do ajustamento entre o perfil da região e os condicionantes da Comissão na atribuição dos fundos de 2014-2020.

Programas Operacionais	Objetivos Temáticos
PO CH	OT10
PO ISE	OT8 ; OT9
PO CI	OT1 ; OT2 ; OT3 ; OT7 ; OT8 ; OT11
PO SEUR	OT4 ; OT5 ; OT6
PO Norte 2020	OT1 ; OT2 ; OT3 ; OT4 ; OT6 ; OT8 ; OT9 ; OT10 ; OT11
PO Centro 2020	OT1 ; OT2 ; OT3 ; OT4 ; OT6 ; OT8 ; OT9 ; OT10 ; OT11
PO Lisboa 2020	OT1 ; OT3 ; OT4 ; OT6 ; OT8 ; OT9 ; OT10
PO Alentejo 2020	OT1 ; OT2 ; OT3 ; OT4 ; OT5 ; OT8 ; OT9 ; OT10 ; OT11
PO Algarve 2020	OT1 ; OT2 ; OT3 ; OT4 ; OT6 ; OT8 ; OT9 ; OT10 ; OT11

Esta sobreposição de programas regionais e programas temáticos “(i) primado de uma gestão de proximidade versus gestão nacional consoante o tipo de intervenções; (ii) pertinência de uma diferenciação na aplicação dos instrumentos, em linha com a diferenciação das condições e estratégias regionais” (Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020, 2014).

Tabela 28 – Sobreposição dos objetivos temáticos nos vários Programas Operacionais. Fonte: Política de Coesão 2020. Elaboração própria

5.2 Metodologia para análise aos investimentos da Política de Coesão 2014-2020

Como já foi referido anteriormente o objetivo principal deste capítulo está dependente da união da tabela referente à análise das cidades com a da Lista de Operações do Portugal 2020, sendo os municípios em Portugal Continental o elemento de ligação entre elas.

É importante referir que a Lista de Operações do Portugal 2020 usada no trabalho está disponível para descarregar no site <https://www.portugal2020.pt/content/lista-de-operacoes-aprovadas>. A versão descarregada foi a versão de 20 de junho de 2020. Qualquer atualização posterior não será tida em conta. A partir da lista de operações aprovadas é possível identificar o perfil de investimentos aprovados por PO, tendo em conta o OT, o fundo elegível, aprovado e o nº de operações.

Sendo um dos objetivos a que este trabalho se propôs a caracterização dos investimentos, tanto pela distribuição como pelo seu perfil, a comparação será um método imprescindível na medida em que ira colocar em confronto valores nas diferentes unidades territoriais e outras classificações

Até à construção da tabela final foi necessário proceder ao tratamento estatístico de forma a fazer com que as duas tabelas se conectassem. Para tal foi fundamental uma funcionalidade da ferramenta *software Microsoft Excel*, as tabelas dinâmicas. Esta permite resumir e calcular dados de forma a executar várias análises. A Lista de Operações do Portugal 2020 foi a primeira tabela a ser analisada por esta funcionalidade.

Esta lista organiza previamente os fundos por várias categorias entre as quais NUTS2, NUTS3, por OT, PO, % de cofinanciamento, nome do beneficiário, etc..., atributo muito benéfico pois permitiu que se construíssem facilmente várias tabelas cruzando entre si diferentes classificações.

O primeiro passo foi colocar por linha as classificações NUTS2, NUTS3 e municípios e em coluna os valores relativos às despesas elegíveis, fundo aprovado e número de operações dos vários OT e PO. As classificações territoriais introduzidas segundo o seu nível hierárquico administrativo, permitiu que a listagem dos municípios e denominações de NUTS2 e 3 correspondessem com a mesma ordem na tabela da análise demográfica e económica.

É importante territorializar esta fatia de financiamento na medida em que chegam a representar uma elevada percentagem do total de investimento bem como um elevado número de operações. Neste capítulo apenas serão apresentados valores relativos a NUTS2 não regionalizáveis quando apenas se retratam as NUTS2, pois tanto as “NUTS3 não regionalizáveis” e “Municípios não regionalizáveis” são classificações que não coincidem com as várias unidades territoriais em estudo.

A análise será feita em dois grupos: o primeiro será relativo à importância no total da distribuição dos fundos por PO Regionais *versus* PO Temáticos e o segundo será referente aos OT. Desta forma iremos perceber para cada unidade territorial em análise, qual dos PO tem maior prevalência sendo que o mesmo objetivo serve para os OT.

Para explicitar as diferentes distribuições serão usadas variáveis em percentagens, os valores *per capita* e montantes médios por operação. Consequentemente será possível saber o peso que cada PO ou OT têm no geral e o quanto representa por residente. As variáveis retratadas são o fundo total aprovado e o número de operações. É ainda calculado o montante médio de cada operação.

A ordem de análise será idêntica à realizada para as dinâmicas sociodemográficas e económicas.

5.3 Investimento realizado no âmbito do Portugal 2020

A distribuição dos investimentos em termos brutos tendo em conta o fundo da Política de Coesão não adquire uma grande importância para o estudo pelo facto de como se pode observar pela tabela 29, a distribuição de financiamento por OT pode ter uma origem múltipla (PO temático ou PO regional), no entanto, não deixa de apresentar alguns dados curiosos.

	FC			FEDER			FSE			Total Geral Fundo Aprovado	Total Geral Nº de Operações	Total Geral Despesas Elegíveis Atribuídas às Operações
	Fundo Total Aprovado	% Fundo Total Aprovado	Nº de Operações	Fundo Total Aprovado	% Fundo Total Aprovado	Nº de Operações	Fundo Total Aprovado	% Fundo Total Aprovado	Nº de Operações			
Norte	642206324,5	8,4	657	3961177356,7	51,6	9639	3070881899,0	40,0	7087	7674265580,2	17383	11280754145
Centro	566038701,3	10,8	662	2829242728,4	53,8	7545	1861573782,6	35,4	5400	5256855212,2	13607	7811934047
AML	383512982,7	30,6	147	600492926,2	47,9	2468	270571426,9	21,6	804	1254577335,8	3419	2404001742
Alentejo	160854498,5	8,2	206	1186605140,3	60,5	3276	615030036,1	31,3	2350	1962489674,9	5832	2860690721
Algarve	116436647	29,4	74	194944497,6	49,2	831	85163785,0	21,5	244	396544929,5	1149	644779114,1
Não Regionalizável NUTS2	302237326,6	18,1	85	1012984638,9	60,7	1013	353604231,2	21,2	260	1668826196,7	1358	2357936959
Total Geral	2171286480,6	11,9	1831	9785447288,0	53,7	24772	6256825160,7	34,4	16145	18213558929,3	42748	27360096728

Tabela 29 – Distribuição dos fundos da Política de Coesão (€) por NUTS2. Fonte: Lista de Operações Portugal 2020. Elaboração própria

Como se pode observar pela tabela 29, até 20 de junho de 2020, estavam elegíveis cerca 27 mil milhões de euros, dos quais 18 mil milhões para financiamento de operações em Portugal Continental já aprovados, sendo o FEDER aquele que mais contribuiu, com 53% do total. Em termos regionais, a NUTS 2 que mais captou investimento participado foi a região Norte, com cerca de 7,6 mil milhões, 42,1%, seguindo-se a região Centro com 5,2 mil milhões, 28,8%, o Alentejo com 10,7% a AML com 6,8% e o Algarve com 2%. O panorama é idêntico para a distribuição do nº de operações. Um dado importante a retratar é o peso do não regionalizável NUTS2, representando 9,1% do total de investimento.

Pelas figuras 24, 25, 26 e 27, verificamos que a distribuição concelhia dos montantes por fundo já aprovados apresenta algumas singularidades, mas verificamos a existência de uma particularidade transversal entre regiões e unidades territoriais, o FEDER é aquele que na grande maioria dos concelhos assume uma principal fatia do investimento. Entre o FSE e o FC não se consegue encontrar um padrão de distribuição territorial

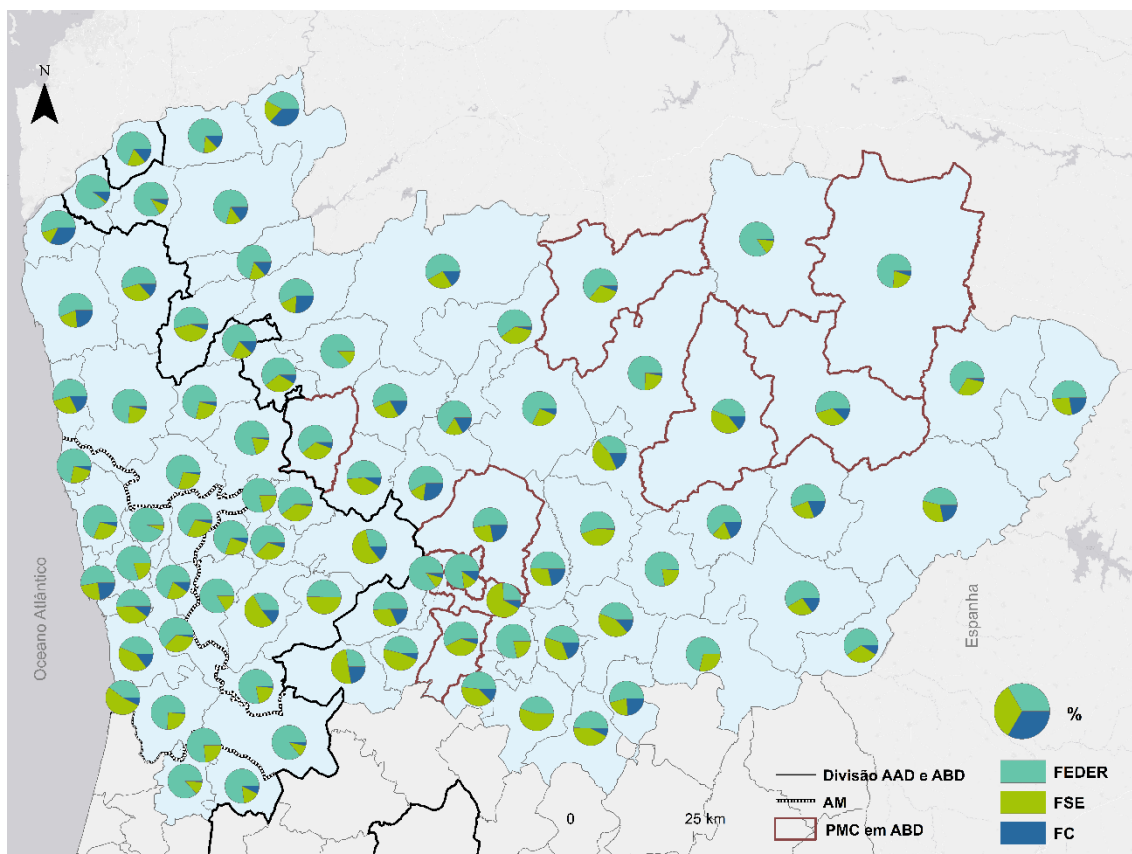


Figura 25 – Distribuição do investimento compartilhado por fundo aprovado nos concelhos da região Norte. Fonte: CAOP 2018, CIC 2015 e Lista de Operações Portugal 2020. 20 de junho de 2020

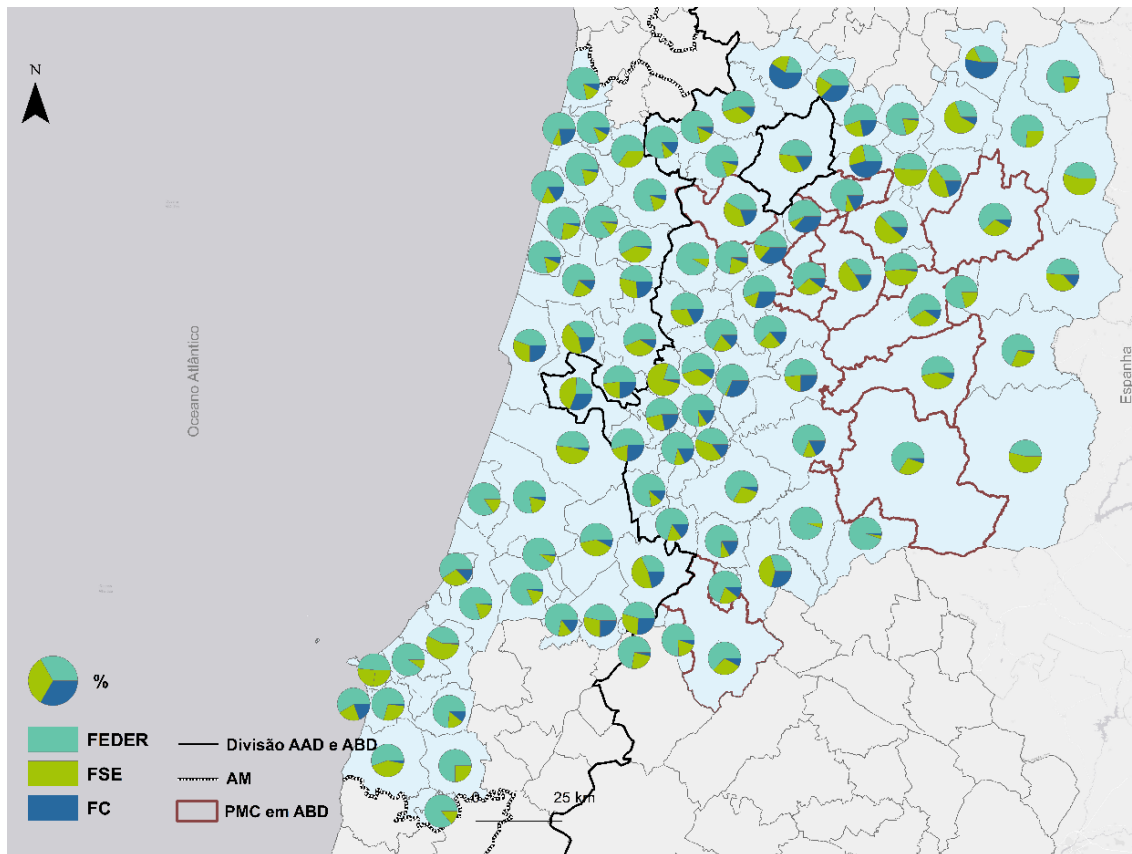


Figura 24 – Distribuição do investimento compartilhado por fundo aprovado nos concelhos da região Centro. Fonte: CAOP 2018, CIC 2015 e Lista de operações. 20 de junho de 2020

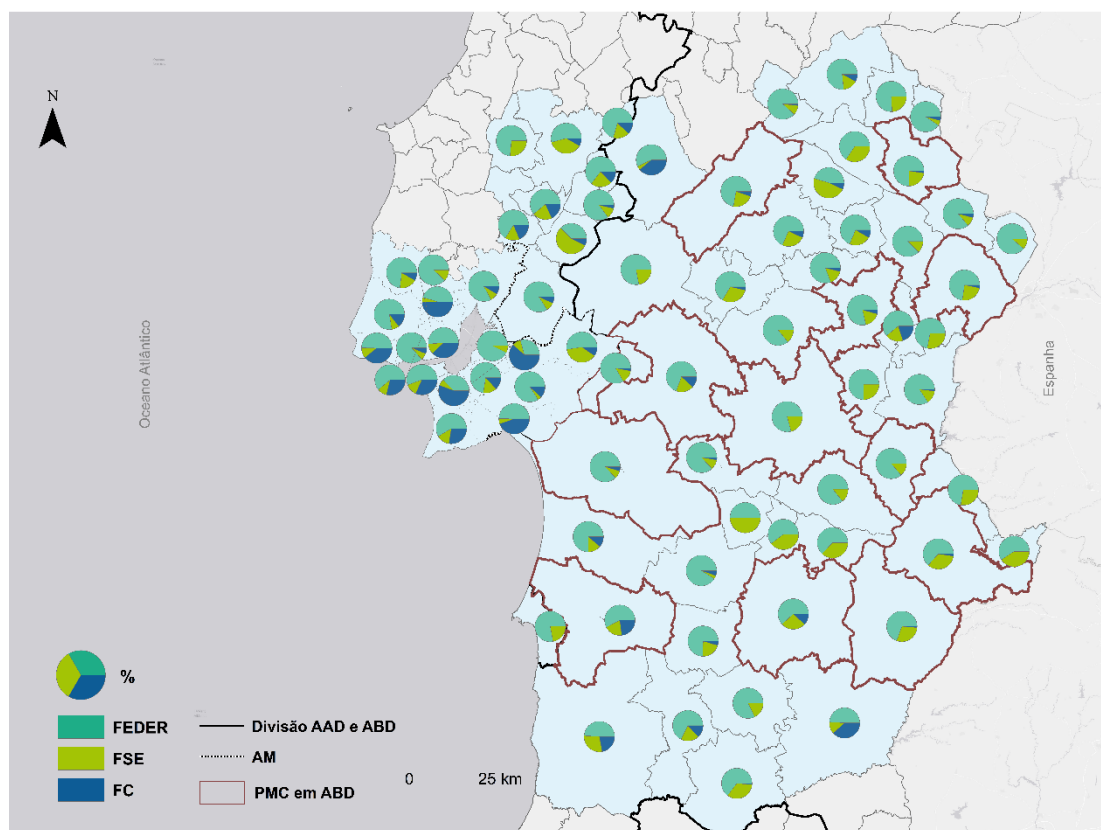


Figura 27 – Distribuição do investimento participado por fundo aprovado nos concelhos da região da AML e Alentejo. Fonte: CAOP 2018, CIC 2015 e Lista de operações. 20 de junho de 2020

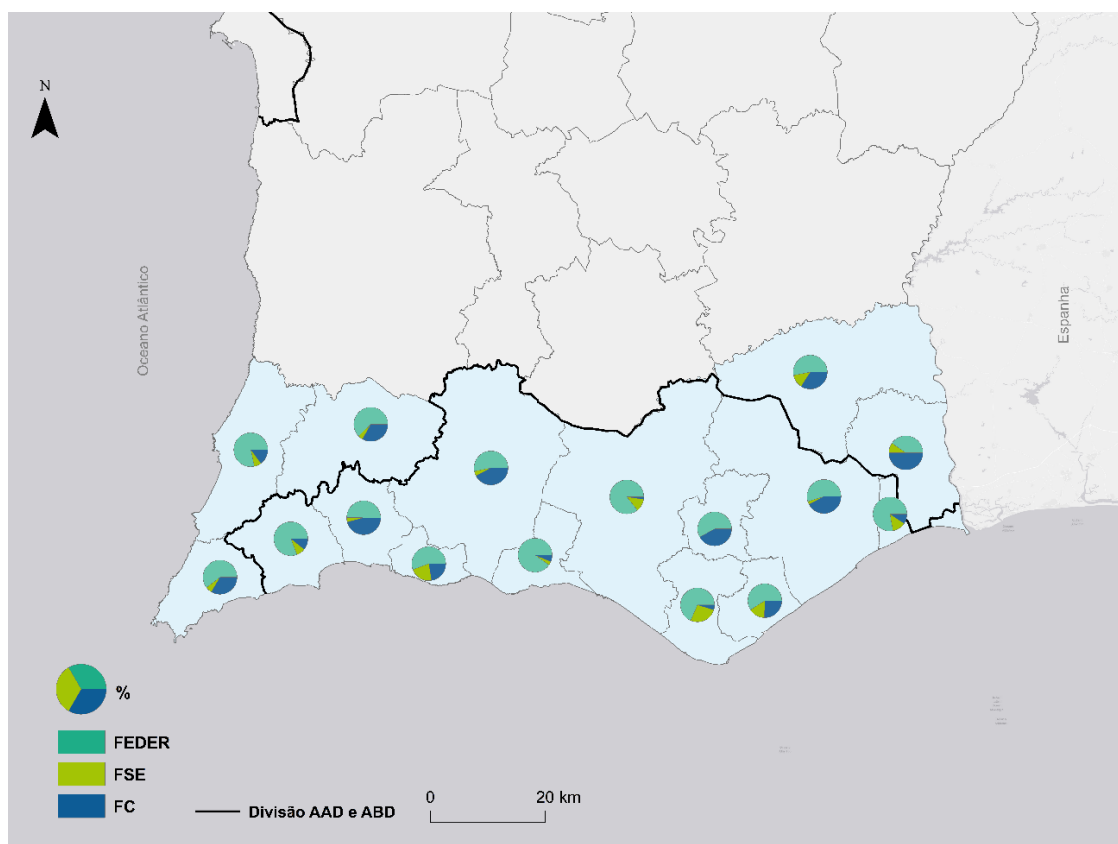


Figura 26 – Distribuição do investimento participado por fundo aprovado nos concelhos da região do Algarve. Fonte: CAOP 2018, CIC 2015 e Lista de Operações. 20 de junho de 2020

Outro fenómeno que sobressai é aquele verificado na AML e na região do Algarve. Se nas restantes unidades territoriais existia uma primazia do FEDER e entre o FC e o FSE variava, para estas duas regiões o FC, em vários municípios, constitui uma importante fatia no investimento. No total, tanto na AML como no Algarve, este representa cerca de 30%, enquanto que nas restantes não passa dos 10%.

Quanto à distribuição do número de operações conseguimos destacar alguns fenómenos, surgindo novamente a dicotomia entre litoral e interior. Como mostra a figura em anexo 9 são sobretudo nos municípios com cidades capitais de distrito em AAD que têm um maior número de operações. Já em ABD, Évora ocupa o lugar cimeiro, seguindo-se capitais como Beja, Castelo Branco e logo a seguir, com valores não muito distantes, as restantes PMC.

Apenas retratando o indicador do fundo aprovado total em análise conseguimos, pela cartografia exposta nas figuras 28, 29, 30 e 31, evidenciar alguns padrões que propiciam novas interpretações quanto à sua distribuição pelas unidades territoriais.

Das quatro figuras aquela que menos se assemelha ao padrão detetado é a figura 28. Existe uma subtil evidencia de um contraste entre os municípios em AAD e ABD, com estes últimos a registarem valores inseridos nas classes mais baixas, no entanto, reparamos que a grande maioria dos municípios em ABD, especialmente aqueles com PMC, alcançam valores próximos, por vezes superiores, àqueles em AAD dando a entender que existe uma distribuição em esforço de convergência

As figuras 29, 30 e 31 constroem uma nova perceção sobre a distribuição. Ao cruzar os valores com o número de residentes do concelho, o número de empresas e a majoração de apoio, é nítida a mobilização dos fundos para os municípios em ABD. Os municípios em AAD da região do Algarve, os municípios da AML e em alguns casos da AMP apresentaram na generalidade valores mais baixos.

Fica fácil fazer a convergência entre figuras 29, 30 e 31 com aquela em anexo 10 pois, mesmo não estando com as mesmas unidades territoriais em evidência, a graduação da simbologia usada em ambas é sinonima. A correspondência entre figuras permite afirmar que os fundos da Política da Coesão realmente adquirem um significado territorial, dando primazia as regiões com características pouco propícias ao desenvolvimento.

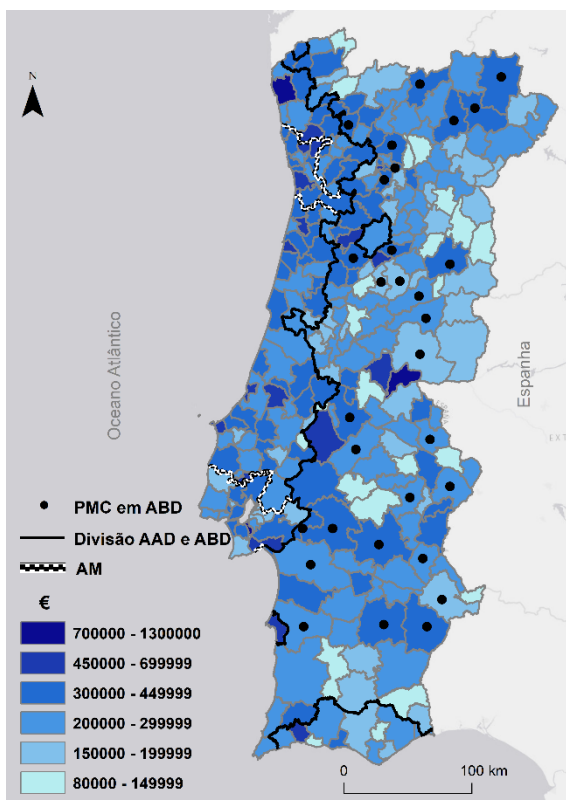


Figura 28 – Montante médio (€) por operação do fundo aprovado. Fonte: CAOP 2018, CIC 2015, INE 2018 e Lista de Operações Portugal 2020. Elaboração própria

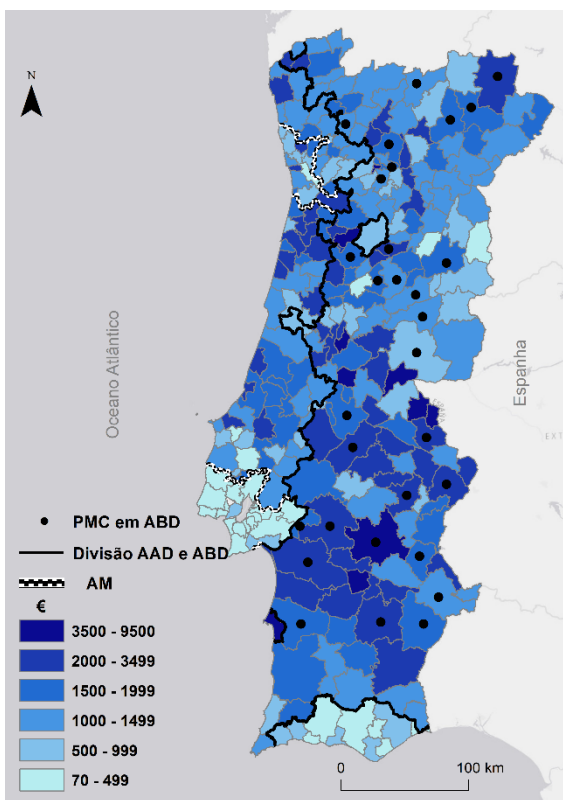


Figura 29 – Fundo aprovado (€) *per capita*. Fonte: CAOP 2018, CIC 2015, INE 2018 e Lista de Operações Portugal 2020. Elaboração

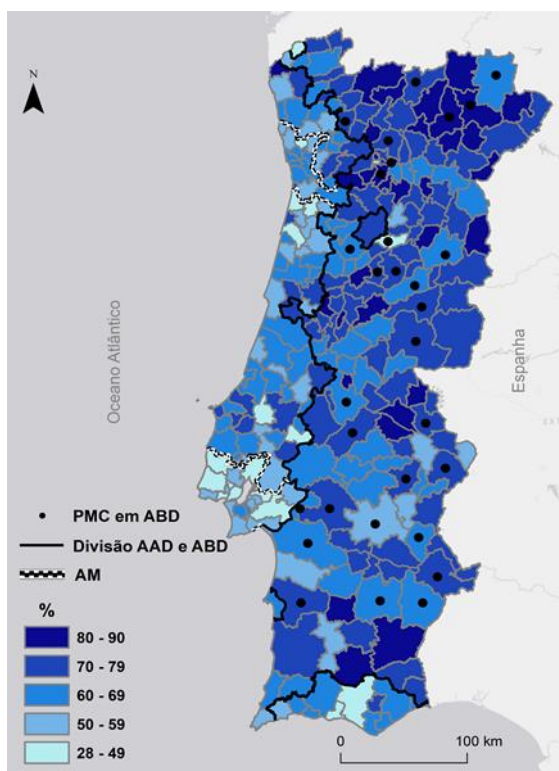


Figura 30 - Percentagem do total de fundo aprovado no elegível (maioração). Fonte: CAOP 2018, CIC 2015, INE 2018 e Lista de Operações Portugal 2020. Elaboração própria

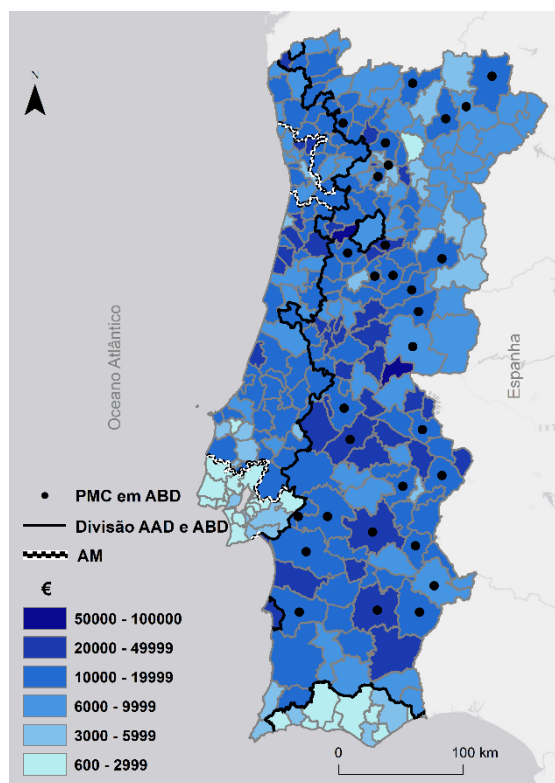


Figura 31 - Fundo aprovado (€) por nº de Empresas. Fonte: CAOP 2018, CIC 2015, INE 2018 e Lista de Operações Portugal 2020. Elaboração própria

5.4 Distribuição dos investimentos por PO Regionais e PO Temáticos

Como já foi referido na metodologia, mesmo que pouco perceptível e de certo modo coincidente, os PO Regionais e os PO Temáticos formam uma rede articulada. Diferenciados pela sua esfera de atuação quanto às temáticas (OT) privilegiadas, este capítulo servirá para esclarecer onde e qual dos PO é mais determinante. Não se pretende com esta análise fazer qualquer tipo de avaliação à eficácia dos PO pois não se pormenoriza o OT e também pelo facto desta “eficácia” estar ligada à avaliação de objetivos, situação que não será aqui considerada. Pretende-se simplesmente compreender a sua distribuição e importância no total do fundo aprovado.

	Total Fundo Aprovado PO Regionais	Total Fundo Aprovado PO Temáticos	Total Nº de Operações PO Regionais	Total Nº de Operações PO Temáticos	% Total Fundo Aprovado PO Regionais	% Total Fundo Aprovado PO Temáticos	%Total Nº de Operações PO Regionais	% Total Nº de Operações PO Temáticos
Norte	2126509473	3069745747,03	8527	6236	40,9	59,1	57,8	42,2
Centro	1369687145	2276895774,32	7405	4349	37,6	62,4	63,0	37,0
AML	590012129,35	312112916,31	2679	139	65,4	34,6	95,1	4,9
Alentejo	832570210,20	609410032,70	3774	1200	57,7	42,3	75,9	24,1
Algarve	188432928,25	48210861,14	891	70	79,6	20,4	92,7	7,3
NUTS2 não regionalizável	1431934304,40	5358009104,30	1936	5539	21,1	78,9	25,9	74,1
Total Geral	6539146190,6	11674384435,8	25212	17533	35,9	64,1	59,0	41,0

Tabela 30 - Distribuição dos PO Temáticos e PO Regionais (€) por NUTS2. Fonte: INE 2018 e Lista de Operações Portugal 2020

Estes são os valores base de ambos os PO, tanto em fundo total aprovado como de número de operações, das quais podemos retirar duas conclusões: a grande maioria das operações do Portugal 2020 relacionam-se com as preferências dos PO Regionais, no entanto, são os PO Temáticos que mais contribuíram em termos monetários.

A tabela 31 resume as diferenças quanto aos PO Regionais e aos PO Temáticos, tendo em contas as várias unidades territoriais. Quanto à percentagem do fundo aprovado e do número de operações dos PO não há muito que acrescentar para além do que fora interpretado a partir da tabela 30.

Os PO Temáticos assumem maior peso na região do Norte e Centro, enquanto que o PO Regional lidera na AML e Algarve, sendo o Alentejo a região com a distribuição menos díspar. O facto dos PO Temáticos alocarem grande parte do fundo e ter consideravelmente menos operações evidencia a maior dimensão nas intervenções efetuadas.

	% Fundo Aprovado PO Regionais no Total Geral	% Fundo Aprovado PO Temáticos no Total Geral	% Nº de Operações PO Regionais no Total Geral	% Nº de Operações PO Temáticos no Total Geral	Montante Médio por Operação em PO Regionais	Montante Médio por Operação em PO Temáticos	Fundo Aprovado PO Regionais Per Capita	Fundo Aprovado PO Temáticos Per Capita
Norte	40,9	59,1	57,8	42,2	249385,4	492262,0	595,2	859,3
Centro	37,6	62,4	63,0	37,0	184967,9	523544,7	617,9	1027,2
AML	65,4	34,6	95,1	4,9	220236,0	2245416,7	207,3	109,7
Alentejo	57,7	42,3	75,9	24,1	220606,8	507841,7	1180,2	863,8
Algarve	79,6	20,4	92,7	7,3	211484,8	688726,6	429,4	109,9
	% Fundo Aprovado PO Regionais no Total Geral	% Fundo Aprovado PO Temáticos no Total Geral	% Nº de Operações PO Regionais no Total Geral	% Nº de Operações PO Temáticos no Total Geral	Montante Médio por Operação em PO Regionais	Montante Médio por Operação em PO Temáticos	Fundo Aprovado PO Regionais Per Capita	Fundo Aprovado PO Temáticos Per Capita
Norte	40,92	59,08	57,76	42,24	249385,42	492261,99	595,23	859,25
AAD	39,71	60,29	57,09	42,91	240645,99	486069,86	548,90	833,29
ABD	48,24	51,76	61,65	38,35	221910,63	382835,76	720,45	773,12
AMP	38,76	61,24	56,08	43,92	272527,28	549639,07	576,74	911,08
Centro	37,56	62,44	63,00	37,00	184967,88	523544,67	617,93	1027,22
AAD	37,66	62,34	60,76	39,24	211854,62	542986,06	614,63	1017,49
ABD	37,36	62,64	66,56	33,44	145972,32	487287,37	625,00	1048,03
AML	65,40	34,60	95,07	4,93	220235,96	2245416,66	207,29	109,65
Alentejo	57,74	42,26	75,87	24,13	220606,84	507841,69	1180,15	863,83
AAD	48,15	51,85	70,33	29,67	204244,01	521394,72	741,07	798,15
ABD	60,75	39,25	77,55	22,45	225099,57	502417,32	1384,51	894,40
Algarve	79,63	20,37	92,72	7,28	211484,77	688726,59	429,37	109,85
AAD	81,58	18,42	93,72	6,28	214586,08	723035,05	409,59	92,47
ABD	65,40	34,60	85,47	14,53	186953,35	581764,90	764,54	404,45
	% Fundo Aprovado PO Regionais no Total Geral	% Fundo Aprovado PO Temáticos no Total Geral	% Nº de Operações PO Regionais no Total Geral	% Nº de Operações PO Temáticos no Total Geral	Montante Médio por Operação em PO Regionais	Montante Médio por Operação em PO Temáticos	Fundo Aprovado PO Regionais Per Capita	Fundo Aprovado PO Temáticos Per Capita
AAD	41,13	58,87	62,33	37,67	220238,68	521637,50	574,43	822,25
100000 - 149999	43,73	56,27	53,23	46,77	289900,70	424529,33	547,65	786,06
60000 - 99999	23,82	76,18	55,46	44,54	146563,02	583773,99	749,45	964,34
20000 - 59999	42,27	57,73	64,27	35,73	223640,06	549501,74	571,42	780,38
10000 - 19999	41,06	58,94	64,22	35,78	221291,35	570155,93	607,30	765,35
5000 - 9999	44,24	55,76	66,43	33,57	207904,68	518562,74	630,15	2015,44
Outros	39,50	60,50	60,97	39,03	194200,38	464556,78	490,64	751,47
ABD	48,65	51,35	68,75	31,25	195004,17	452862,44	854,03	901,43
20000 - 59999	47,43	52,57	70,14	29,86	217202,74	565386,80	882,86	742,19
10000 - 19999	54,33	45,67	69,81	30,19	243546,22	473421,71	981,47	1087,71
5000 - 9999	53,32	46,68	71,52	28,48	206353,42	453764,02	977,08	855,42
Outros	46,94	53,06	67,52	32,48	177651,17	417502,23	780,59	882,28
AML	65,40	34,60	95,07	4,93	220235,96	2245416,66	207,29	109,65
AMP	38,76	61,24	56,08	43,92	272527,28	549639,07	576,74	911,08

Tabela 31 – Indicadores de investimento efetuado no âmbito dos fundos aprovados – Distribuição por NUTS2, classificação em AAD e ABD e classificação por escalão de dimensão das cidades – Situação a 20 de junho de 2020. Fonte: INE 2018 e Lista de Operações Portugal 2020

A particularidade que mais se destaca é a distribuição *per capita*. Nesta variável os PO Temáticos continuam a sobrepôr-se aos PO Regionais e, como é lógico e já perspectivado pela figura 29, são as ABD onde o fundo aprovado per capita regista valores mais elevados em ambos os PO. Outra característica importante referir é o facto das PMC em ABD enquadrarem-se em tipos de cenário um pouco diferente das PMC em AAD. Nestas os fundos vindos do PO Regional adquirem maior importância, tanto monetariamente como no número de operações. Quanto ao montante médio, não existem grandes dissimilaridades entre as PMC de diferentes áreas, no entanto, é perceptível que no geral em ABD, as PMC registam valores mais elevados quanto à distribuição *per capita*.

As figuras 32 e 33 ajudam a ter uma melhor perceção da distribuição geográfica do fundo aprovado por montante médio por operação e por *per capita* no PO Regionais e PO Temáticos.

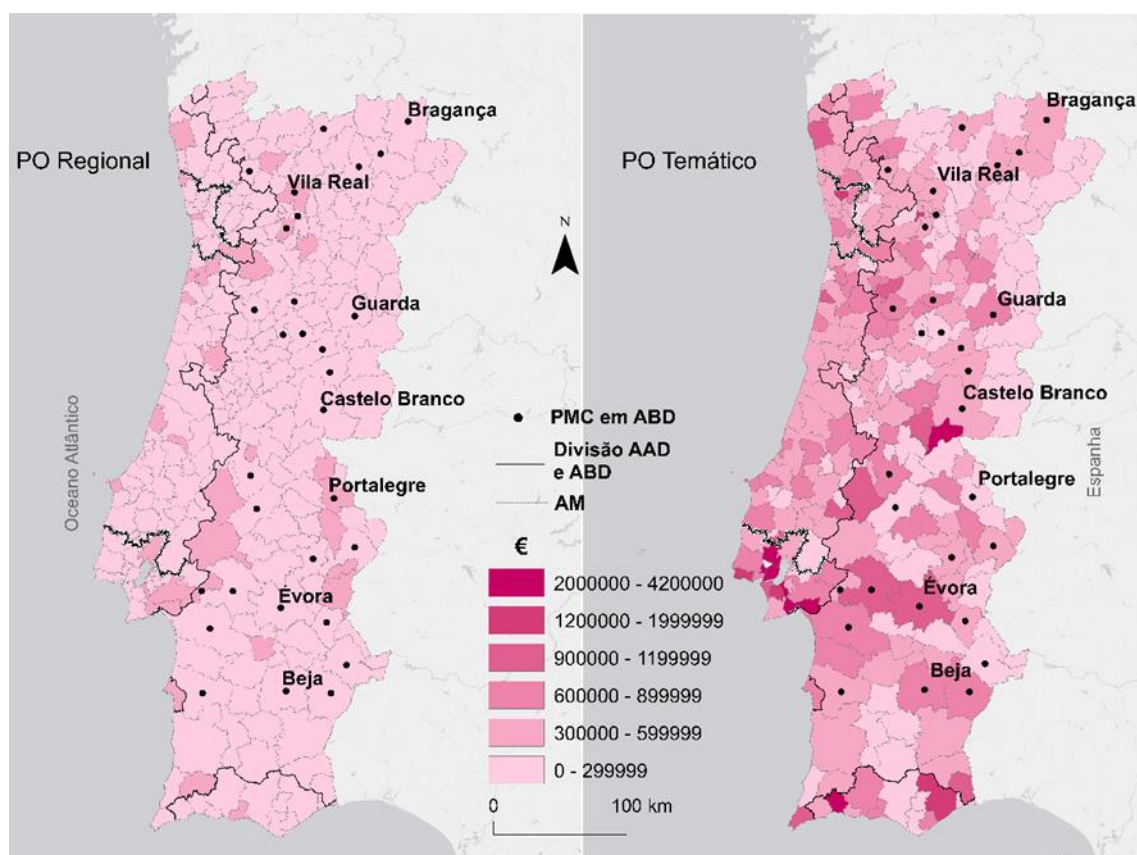


Figura 33 - Montante médio (€) por operação do fundo total aprovado entre PO Regionais e PO Temáticos em 2018
Fonte: CAOP 2018, CIC 2015, INE 2018 e Lista de Operações Portugal 2020. Elaboração própria

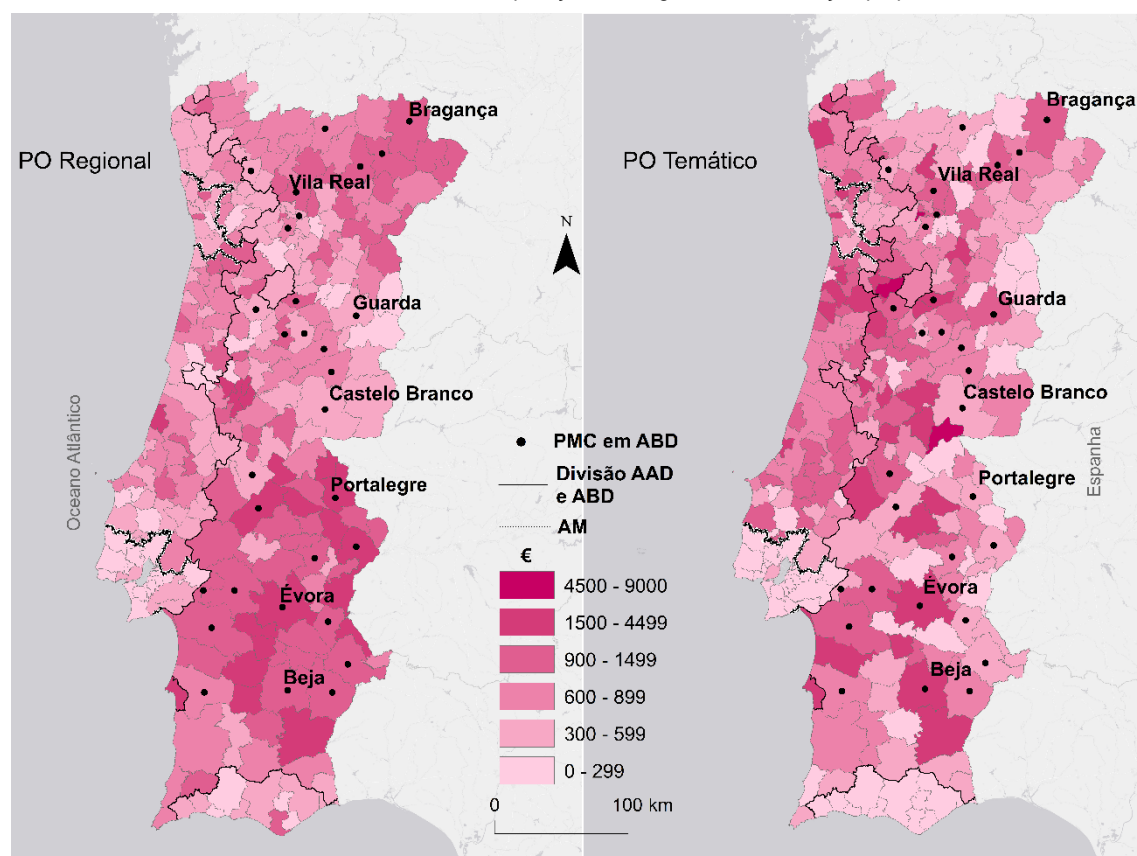


Figura 32 - Fundo total aprovado *per capita* entre PO Regionais e PO Temáticos. Fonte: CAOP 2018, CIC 2015, INE 2018 e Lista de Operações Portugal 2020. Elaboração própria

	% Fundo Aprovado PO Regionais no Total Geral	% Fundo Aprovado PO Temáticos no Total Geral	% Nº de Operações PO Regionais no Total Geral	% Nº de Operações PO Temáticos no Total Geral	Montante Médio por Operação em PO Regionais	Montante Médio por Operação em PO Temáticos	Fundo Aprovado PO Regionais Per Capita	Fundo Aprovado PO Temáticos Per Capita
Norte	41,6	48,6	36,6	52,0	249385,4	492262,0	595,2	859,3
Centro	26,8	36,0	31,8	36,3	184967,9	523544,7	617,9	1027,2
AML	11,6	4,9	11,5	1,2	220236,0	2245416,7	207,3	109,7
Alentejo	16,3	9,6	16,2	10,0	220606,8	507841,7	1180,2	863,8
Algarve	3,7	0,8	3,8	0,6	211484,8	688726,6	429,4	109,9
	% Fundo Aprovado PO Regionais no Total Geral	% Fundo Aprovado PO Temáticos no Total Geral	% Nº de Operações PO Regionais no Total Geral	% Nº de Operações PO Temáticos no Total Geral	Montante Médio por Operação em PO Regionais	Montante Médio por Operação em PO Temáticos	Fundo Aprovado PO Regionais Per Capita	Fundo Aprovado PO Temáticos Per Capita
Norte	41,6	48,6	36,6	52,0	249385,42	492261,99	595,23	859,25
AAD	30,1	31,6	31,2	32,0	240645,99	486069,86	548,90	833,29
ABD	23,2	17,3	26,1	22,2	221910,63	382835,76	720,45	773,12
AMP	46,7	51,1	42,7	45,8	272527,28	549639,07	576,74	911,08
Centro	26,8	36,0	31,8	36,3	184967,88	523544,67	617,93	1027,22
AAD	67,8	67,5	59,2	65,1	211854,62	542986,06	614,63	1017,49
ABD	32,2	32,5	40,8	34,9	145972,32	487287,37	625,00	1048,03
AML	11,6	4,9	11,5	1,2	220235,96	2245416,66	207,29	109,65
Alentejo	16,3	9,6	16,2	10,0	220606,84	507841,69	1180,15	863,83
AAD	19,9	29,3	21,5	28,6	204244,01	521394,72	741,07	798,15
ABD	80,1	70,7	78,5	71,4	225099,57	502417,32	1384,51	894,40
Algarve	3,7	0,8	3,8	0,6	211484,77	688726,59	429,37	109,85
AAD	90,1	79,5	88,8	75,7	214586,08	723035,05	409,59	92,47
ABD	9,9	20,5	11,2	24,3	186953,35	581764,90	764,54	404,45
	% Fundo Aprovado PO Regionais no Total Geral	% Fundo Aprovado PO Temáticos no Total Geral	% Nº de Operações PO Regionais no Total Geral	% Nº de Operações PO Temáticos no Total Geral	Montante Médio por Operação em PO Regionais	Montante Médio por Operação em PO Temáticos	Fundo Aprovado PO Regionais Per Capita	Fundo Aprovado PO Temáticos Per Capita
AAD	37,3	43,1	37,1	43,6	220238,68	521637,50	574,43	822,25
100000 - 149999	12,4	11,2	9,4	13,7	289900,70	424529,33	547,65	786,06
60000 - 99999	2,6	5,8	3,9	5,1	146563,02	583773,99	749,45	964,34
20000 - 59999	40,0	38,2	39,4	36,2	223640,06	549501,74	571,42	780,38
10000 - 19999	21,9	21,9	21,8	20,1	221291,35	570155,93	607,30	765,35
5000 - 9999	9,3	8,2	9,9	8,3	207904,68	518562,74	630,15	2015,44
Outros	13,8	14,7	15,6	16,6	194200,38	464556,78	490,64	751,47
ABD	31,7	27,1	35,7	31,5	195004,17	452862,44	854,03	901,43
20000 - 59999	21,0	22,1	18,9	17,7	217202,74	565386,80	882,86	742,19
10000 - 19999	11,0	8,8	8,8	8,4	243546,22	473421,71	981,47	1087,71
5000 - 9999	15,0	12,4	14,2	12,4	206353,42	453764,02	977,08	855,42
Outros	52,9	56,7	58,1	61,5	177651,17	417502,23	780,59	882,28
AML	11,6	4,9	11,5	1,2	220235,96	2245416,66	207,29	109,65
AMP	19,5	24,8	15,7	23,8	272527,28	549639,07	576,74	911,08

Tabela 32 – Total por coluna dos indicadores de investimento efetuado no âmbito dos fundos aprovados – Distribuição por NUTS2, classificação em AAD e ABD e classificação por escalão de dimensão das cidades – Situação a 20 de junho de 2020. Fonte: INE 2018 e Lista de Operações Portugal 2020

É a partir da tabela 32 que temos perceção dos pesos de ambos os PO nas várias unidades territoriais em análise. A forma como os valores se posicionam pelas unidades territoriais é correspondente às características do sistema urbano e em áreas onde existe uma maior concentração de empresas. Transpondo e relacionando estes fatores com a tabela sobressaem as duas áreas metropolitanas, as PMC, sobretudo em AAD, e os municípios sem PMC das ABD. Esta realidade tanto é válida para a percentagem de fundo aprovado e pelo número de operações em ambos os PO.

As duas áreas metropolitanas por concentrarem no seu território um elevado número de empresas e residentes, demonstrado pela análise demográfica e económica, são áreas com ampla diversidade de residentes, tendo em conta as faixas etárias, como também de empresas, pelo tipo de atividades económicas desenvolvidas. Esta quantidade e diversidade faz com que exista um maior número de operações e que estas sejam mais abrangentes quanto ao OT e que consequentemente envolvam uma maior quantia de fundos.

As PMC tanto em AAD como ABD registaram também um grande peso na distribuição dos fundos.

Concluindo esta breve análise quanto à distribuição em ambos os PO conseguimos afirmar que esta é coerente com as características sociais, económicas e territoriais em cima enunciadas.

5.5 Distribuição dos Investimentos por Objetivos Temáticos

Entramos agora no nível dos OT. É com base na sua interpretação que se determinará o perfil dos investimentos realizados através dos fundos da Política de Coesão. Convém relatar que ao detalharmos mais a análise ou seja, passar de PO para os OT, verificou-se que os totais não coincidem. A diferença entre valores surge principalmente na classe dos “não regionalizáveis”. Em termos do número de operações a diferença entre valores é relativamente pequena, quanto ao fundo aprovado o contraste é mais notório, mas nada que torne esta tarefa inexecutável.

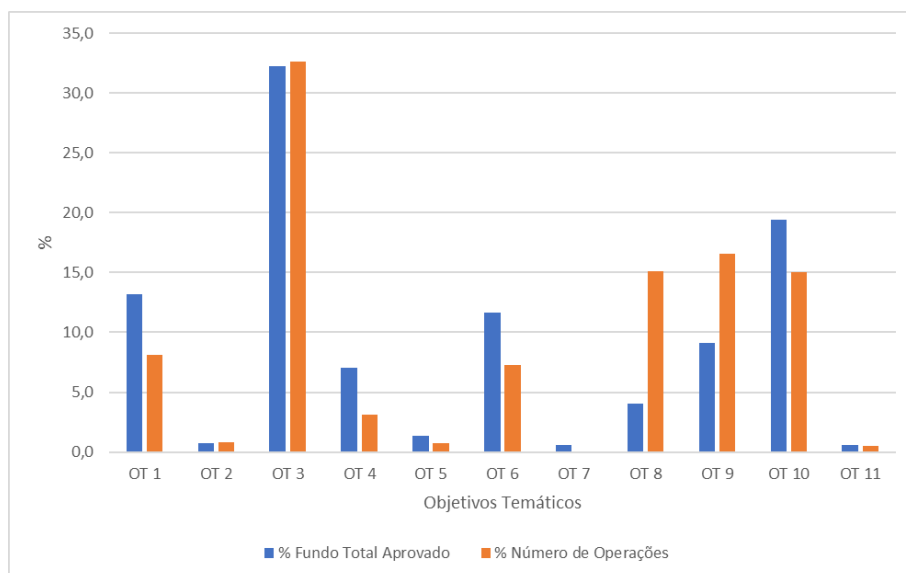


Figura 34 - Distribuição por OT do fundo total aprovado e do número de operações. Fonte: Lista de Operações Portugal 2020. Elaboração própria

% Fundo Total Aprobado	OT 1 - Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação	OT 2 - Melhorar o acesso, a utilização e a qualidade das tecnologias de informação e da comunicação	OT 3 - Aumento da competitividade das PME	OT 4 - Apoio à transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono	OT 5 - Promoção da gestão e prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas	OT 6 - Preservação e proteção do ambiente e promoção da eficiência dos recursos	OT 7 - Promoção do transporte sustentável e melhoria das infraestruturas da rede	OT 8 - Promoção do emprego sustentável e de qualidade e apoio à mobilidade laboral	OT 9 - Promoção da inclusão social, combate à pobreza e a qualquer tipo de discriminação	OT 10 - Investimentos na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida	OT 11 - Melhoria da eficiência da administração pública
Norte	13,65	1,02	31,03	8,47	0,69	9,51	0,60	4,43	7,37	22,55	0,69
Centro	13,01	0,55	36,91	2,43	1,75	11,93	0,21	3,89	8,93	19,79	0,61
AML	17,12	0,00	17,15	23,01	3,70	12,00	3,45	2,61	12,92	7,83	0,20
Alentejo	9,92	0,62	33,46	4,18	0,86	17,12	0,00	3,15	13,84	16,15	0,69
Algarve	9,75	2,23	34,97	2,60	5,62	22,22	0,00	7,66	9,03	5,69	0,21
% Fundo Total Aprobado											
Norte	13,65	1,02	31,03	8,47	0,69	9,51	0,60	4,43	7,37	22,55	0,69
AAD	11,80	0,60	39,35	5,92	1,03	9,47	0,00	2,87	5,89	22,63	0,45
ABD	8,08	1,42	21,63	8,77	0,80	18,70	0,00	5,25	10,45	24,74	0,17
AMP	17,05	1,12	29,55	9,97	0,44	5,83	1,22	5,08	7,07	21,62	1,05
Centro	13,01	0,55	36,91	2,43	1,75	11,93	0,21	3,89	8,93	19,79	0,61
AAD	15,85	0,60	37,91	2,60	2,13	8,71	0,32	2,71	8,63	19,83	0,71
ABD	7,10	0,44	34,83	2,07	0,96	18,63	0,00	6,33	9,54	19,71	0,40
AML	17,12	0,00	17,15	23,01	3,70	12,00	3,45	2,61	12,92	7,83	0,20
Alentejo	9,92	0,62	33,46	4,18	0,86	17,12	0,00	3,15	13,84	16,15	0,69
AAD	7,44	0,87	37,01	5,28	1,96	13,65	0,00	2,63	6,53	22,14	0,50
ABD	10,70	0,54	32,33	3,63	0,52	18,23	0,00	3,32	15,53	14,25	0,75
Algarve	9,75	2,23	34,97	2,60	5,62	22,22	0,00	7,66	9,03	5,69	0,21
AAD	11,00	2,44	35,21	2,97	5,64	20,19	0,00	7,44	8,46	6,44	0,22
ABD	1,08	0,77	33,31	0,00	5,52	36,41	0,00	9,18	13,04	0,51	0,20
% Fundo Total Aprobado											
AAD	13,60	0,70	38,23	3,98	1,88	9,84	0,17	2,97	7,66	20,40	0,58
100000 - 149999	30,45	1,09	17,31	6,18	2,10	7,56	0	3,91	11,04	18,57	1,80
60000 - 99999	57,05	0,50	13,42	1,98	1,98	2,84	0	2,34	3,99	14,15	1,75
20000 - 59999	12,31	1,05	40,78	5,50	2,02	7,57	0,43	3,20	7,83	18,65	0,66
10000 - 19999	4,95	0,27	42,00	2,72	1,59	12,77	0	2,66	8,39	24,56	0,09
5000 - 9999	12,81	0,47	43,00	1,35	1,72	11,05	0	2,04	5,87	21,52	0,17
Outros	3,85	0,32	47,05	2,26	1,84	14,72	0	2,80	5,61	21,49	0,05
ABD	8,53	0,78	29,92	4,70	0,80	18,67	0	5,04	11,81	19,31	0,44
20000 - 59999	18,68	1,33	25,16	7,44	0,50	11,53	0	6,35	10,30	17,84	0,87
10000 - 19999	3,09	0,55	27,49	6,19	0,33	16,46	0	4,63	14,07	25,98	1,21
5000 - 9999	6,97	0,57	30,28	3,07	0,44	20,68	0	4,72	13,01	20,15	0,11
Outros	5,99	0,66	32,10	3,78	1,09	21,31	0	4,69	11,68	18,48	0,22
AML	17,12	0,00	17,15	23,01	3,70	12,00	3,45	2,61	12,92	7,83	0,20
AMP	17,05	1,12	29,55	9,97	0,44	5,83	1,22	5,08	7,07	21,62	1,05

Tabela 33 – Distribuição do fundo aprovado por OT, por NUTS2, em contexto AAD e ABD e segundo escalão de dimensão das cidades - Situação a 20 de junho de 2020. Fonte: INE 2018, CIC 2015, Lista de Operações Portugal 2020. Elaboração própria

Pela tabela 33 constatamos as diferenças na distribuição do fundo aprovado pelas diferentes unidades territoriais, neste caso, as percentagens foram calculadas para o total de cada unidade territorial.

Pela mesma tabela e pela figura 34 assistimos à primazia de um OT, o 3, tanto em número de operações como no total de fundo aprovado. Do mesmo âmbito, mas com menor expressão, o OT1. Os OT 8, 9 e 10 que têm igualmente algum peso no total dos indicadores, os três do mesmo âmbito, o social, mostram a progressiva aposta na formação e capacitação intelectual e técnica das populações. Por fim, os OT mais ligados ao ambiente, recursos naturais e alterações climáticas, foram o grupo com menos relevância. Deste conjunto, o OT 6 é o único a sobressair.

A primazia do OT 3 face às restantes é algo natural tendo em conta a tipologia comum de empresas em Portugal. Ao PME representam 99.9% (tabela em anexo 11) do total de empresas tratando-se sem dúvida da espinha dorsal da economia portuguesa.

A distribuição do número de operações pelas diferentes unidades territoriais está relacionada em parte com o número de municípios existentes e claro, pela subjetividade da motivação do requerente.

Por NUTS2 os valores são condizentes com aqueles apresentados pela figura 34. A primazia dos seis OT não varia muito de região para região, no entanto, é a AML que em determinados OT foge à regra, sobretudo naqueles que na figura 34 não tinham semelhante intensidade quando comparados com os restantes.

Enquanto que nas restantes regiões o OT 3 representa acima dos 33% do total do fundo aprovado, na AML fica-se pelos 17%. Outro exemplo, o OT4, referente à transição para uma economia de baixo carbono, este representa 23% no total da AML sendo o OT com maior percentagem, o que não deixa de ser curioso visto que nas restantes, o OT4 é dos com menor relevância. Nos OT 5 e 7, a AML também não se assemelha às restantes. Se dividirmos os OT por âmbito, percebemos que nesta região se privilegiou aqueles com maior correspondência à temática do ambiente, recursos naturais e da sustentabilidade. É certo que o OT 4 possui uma forte ligação à componente económica e empresarial, porém está também vocacionado para o ambiente. Se juntarmos este OT, ao OT5, OT6 e OT7, percebemos que a AML se diferencia das restantes regiões, que se encontra num outro patamar, já com outras prioridades.

As restantes regiões registam uma distribuição por OT semelhante, na generalidade não se distanciando daquela apresentada pela figura 34.

Indo agora ao encontro dos valores em AAD e ABD reparamos que nos OT1, 2 e 3, as AAD estão noutra patamar, fenómeno natural quando comparamos as dinâmicas do tecido empresarial como também as existentes entre instituições educacionais e empresas, principalmente com a AML, que tendo em conta o reduzido número de municípios, apresenta uma percentagem elevada. Não que estas não existam em ABD, no entanto, tendo em conta a distribuição das empresas por grupo de atividade, com uma clara supremacia do grupo 1, visível nas figuras 19, 20, 21 e 22, esta dinâmica seja menos diversa e espontânea.

Nos OT4 e 5 os valores entre áreas não são muito dispares, porém, o mesmo não é igual para o OT6. Relacionado com a preservação do ambiente e recursos e com o uso mais eficiente dos mesmos, tendo em conta aquilo que é a realidade geográfica/ambiental nas ABD, em parte identificada como oportunidade na análise SWOT, é fácil entender o porquê desta desigualdade. Os recursos naturais dos municípios em ABD, sobretudo aqueles sem PMC e do interior, são um excelente ativo que tem de ser valorizado, por meio da sua preservação. No capítulo 2.2 deste trabalho os recursos naturais foram identificados como uma potencialidade a ser explorada nestas áreas. Há inclusive inúmeros exemplos de como o desenvolvimento pode ocorrer, em parte, pela exploração deste precioso ativo territorial.

Um OT que passou completamente despercebido, registando percentagens baixíssimas em todas as regiões foi o OT7. Relacionado com a promoção do transporte sustentável e com a melhoria das infraestruturas em rede, o valor mais alto deste OT registou-se na AML 3.45%, na AMP com 0.60% e em AAD do Centro com 0.31%, sendo que para as restantes unidades territoriais não registou qualquer valor. A pouca acessibilidade e a dependência do uso do transporte rodoviário individual são características identificadas nas PMC isoladas e na generalidade dos municípios em ABD. Por esta razão, uma aposta no OT7 seria de todo proveitosa para gradualmente suprimir esta barreira ao desenvolvimento.

Quanto aos OT 9, 10 e 11 os resultados nas regiões são similares, porém, o OT10 é depois do OT3, aquele com resultados mais elevados tanto em fundo aprovado como número de operações. Este OT está relacionado com a melhoria da educação e formação dos cidadãos. A distribuição deste OT pode ser equiparada com os resultados apresentados pela tabela em anexo 12. Apesar dos dados serem relativos aos censos de 2011, conseguimos verificar a correspondência do investimento, principalmente em ABD, com os territórios onde a maioria das populações apresentam níveis de escolaridade mais baixos quando comparados com as AAD da mesma região. Esta aposta na formação e aprendizagem continuada prova ser uma ferramenta imprescindível para a capacitação das populações destas áreas. Existe uma necessidade clara de colocar em sintonia as *skills* com o desenvolvimento tecnológico. Este aumento das capacidades intelectuais oferece benefícios a vários níveis tanto pessoais como porventura na produtividade.

Por fim, finalizamos com a análise tendo em contas os vários escalões de dimensão das cidades. Logo no OT1 percebemos que este está claramente associado às duas áreas metropolitanas e as grandes cidades. As faculdades, os institutos e outras instituições dedicadas à inovação e investigação, estão na grande maioria dos grandes centros urbanos e a distribuição do OT1 vem claramente afirmar este fenómeno. Municípios como Coimbra, Aveiro, Viseu que contam com a presença de várias instituições ligadas à educação, tanto politécnicos como faculdades, apresentam uma maior facilidade em capturar percentagens de investimento deste OT. Nas ABD, pelas dimensões dos intervalos de classificação, percebemos que se destacam as PMC de Bragança, Covilhã, Évora e Beja. Nestas, o OT1 assume uma grande importância visto ser o segundo com maior percentagem de investimento. Mais uma vez a presença de instituições educacionais revelam ser um dos fatores importantes captadores deste investimento.

Por sua vez o OT2, mesmo limitando o nível da análise à escala urbana, confirma-se que o mesmo, em todas as unidades territoriais, volta a ter pouca expressão no total do investimento.

Como mostra a figura em anexo 13, apesar da insignificante diferença quanto às percentagens de PME entre AAD e ABD, é possível de observar uma maior expressão do OT3 nas PMC, vilas e aldeias em ambas as unidades territoriais. No entanto, nas PMC em AAD, este OT ultrapassa a barreira dos 40%, o que não deixa de ser um resultado significativo. Este fenómeno vem sustentar a importância que este OT tem na globalidade da Política de Coesão, mas não em particular nas ABD.

O OT4, que como ficou provado na análise anterior, teve maior expressão na AML e posteriormente na AMP, tem agora a mesma repercussão, sobretudo nos escalões de maior dimensão (tabela 33). Tendo em conta este resultado conseguimos perceber que, apesar de não estar totalmente circunscrito às cidades de maiores dimensões, acabam por ser elas que tomam a dianteira quanto à conversão para uma economia mais sustentável.

Apesar de englobados no mesmo âmbito, os OT 5, 6 e 7 apresentam resultados muito variados, sendo que, mais uma vez, aquele com maior expressão nas unidades em análise foi o OT6. Quanto aos OT 5 e 7, mesmo que residual, é na AML que obtiveram valores mais elevados. O OT5 não consegue evidenciar um padrão de distribuição, porém, é notório que as várias tipologias em AAD registam percentagens mais elevadas quando comparadas com as ABD. Por sua vez, para o OT7 pouco há acrescentar ao que anteriormente fora referido. Se já tinha sido comprovada a importância do OT6 para as ABD, neste momento é perceptível o peso que o mesmo tem para as PMC e, principalmente, para os municípios sem PMC, sendo que para estes os valores observados chegam a ser o dobro.

Quanto aos restantes OT, enquanto o OT8 e o 11 apresentam uma distribuição uniforme e moderada, os OT9 e 10 expõem algumas diferenças entre escalões de dimensão. No total, os dois apresentaram valores elevados, sobretudo o OT10 sendo que as PMC aparecem novamente como as mais absorvedoras de investimento. A distribuição do OT9 demonstra algumas particularidades que vão de encontro aquilo que é o fenómeno da exclusão social nas várias tipologias urbanas. Como se pode observar, o OT9 tem mais expressão nas grandes cidades em AAD, nas áreas metropolitanas e, em geral, nas ABD. Como fora retratado anteriormente, a distribuição do OT10 encontra-se da mesma forma correspondente com uma particularidade, neste caso, intrínseca à população, o nível de escolaridade. Pela figura em anexo 14 é possível relacionar os intervalos com baixos níveis de escolaridade com percentagens mais elevadas de distribuição deste OT. Por fim o OT11, com uma distribuição pelas várias unidades territoriais com pouquíssima expressão e sem características merecedoras de atenção. É notório como se podem observar algumas tendências consoante a dimensão das cidades. Temos o exemplo do OT5, que à medida que dimensão de cidade vai aumentando, este diminui a sua percentagem de investimento, sendo que aumenta nas dimensões mais pequenas. O mesmo acontece nos OT3 e OT4.

Fundo Total Aprobado Per Capita	OT 1 - Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação	OT 2 - Melhorar o acesso, a utilização e a qualidade das tecnologias de informação e da comunicação	OT 3 - Aumento da competitividade das PME	OT 4 - Apoio à transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono	OT 5 - Promoção da gestão e prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas	OT 6 - Preservação e proteção do ambiente e promoção da eficiência dos recursos	OT 7 - Promoção do transporte sustentável e melhoria das infraestruturas da rede	OT 8 - Promoção do emprego sustentável e de qualidade e apoio à mobilidade laboral	OT 9 - Promoção da inclusão social, combate à pobreza e a qualquer tipo de discriminação	OT 10 - Investimentos na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida	OT 11 - Melhoria da eficiência da administração pública
Norte	197,9	14,7	449,9	122,9	10,1	137,9	8,7	64,2	106,9	327,0	10,0
Centro	213,3	9,0	605,1	39,8	28,7	195,6	3,5	63,7	146,4	324,5	10,0
AML	52,5	0	52,6	70,6	11,3	36,8	10,6	8,0	39,6	24,0	0,6
Alentejo	200,4	12,5	676,2	84,6	17,5	346,0	0	63,7	279,6	326,4	14,0
Algarve	50,6	11,5	181,3	13,5	29,2	115,2	0	39,7	46,8	29,5	1,1
Fundo Total Aprobado Per Capita											
Norte	197,9	14,7	449,9	122,9	10,1	137,9	9	64,2	106,9	327,0	10,0
AAD	163,0	8,3	543,7	81,8	14,2	130,9	0	39,7	81,4	312,6	6,3
ABD	120,6	21,2	322,9	130,9	11,9	279,3	0	78,4	156,1	369,5	2,5
AMP	252,2	16,5	437,1	147,5	6,5	86,3	18,1	75,2	104,6	319,9	15,5
Centro	213,3	9,0	605,1	39,8	28,7	195,6	3,5	63,7	146,4	324,5	10,0
AAD	257,4	9,8	615,7	42,2	34,6	141,4	5,2	44,1	140,2	322,1	11,5
ABD	118,8	7,4	582,4	34,7	16,0	311,5	0	105,8	159,6	329,6	6,6
AML	52,5	0	52,6	70,6	11,3	36,8	10,6	8,0	39,6	24,0	0,6
Alentejo	200,4	12,5	676,2	84,6	17,5	346,0	0	63,7	279,6	326,4	14,0
AAD	114,3	13,3	568,3	81,2	30,1	209,6	0	40,3	130,9	340,0	7,6
ABD	240,5	12,1	726,4	86,1	11,6	409,5	0	74,5	348,8	320,1	16,9
Algarve	50,6	11,5	181,3	13,5	29,2	115,2	0	39,7	46,8	29,5	1,1
AAD	52,8	11,7	169,1	14,3	27,1	96,9	0	35,7	40,6	30,9	1,0
ABD	12,7	8,9	389,4	0	64,5	425,6	0	107,1	152,4	6,0	2,4
Fundo Total Aprobado Per Capita											
AAD	189,0	9,7	531,3	55,3	26,2	136,7	2,3	41,2	106,4	283,6	8,1
100000 - 149999	510,2	18,2	290,0	103,5	35,2	126,7	0	65,5	184,9	311,2	30,1
60000 - 99999	1509,3	13,1	354,9	52,4	52,4	75,3	0	62,0	105,4	374,3	46,4
20000 - 59999	165,4	14,1	548,1	73,9	27,2	101,7	5,8	43,1	105,2	250,7	8,9
10000 - 19999	66,0	3,6	560,1	36,3	21,2	170,3	0	36,5	112,0	327,6	1,2
5000 - 9999	175,8	6,4	590,3	18,6	23,6	151,7	0	28,0	80,5	289,3	0,8
Outros	47,9	3,9	584,5	28,0	22,9	182,9	0	34,8	69,7	267,0	0,6
ABD	148,9	13,6	522,7	82,1	14,0	326,2	0	88,0	206,2	337,4	7,7
20000 - 59999	377,9	26,9	509,0	150,6	10,1	233,4	0	128,5	208,3	360,9	17,5
10000 - 19999	50,2	8,9	446,7	100,5	5,4	267,4	0	75,2	228,6	422,0	19,7
5000 - 9999	127,6	10,4	554,8	56,3	8,0	379,0	0	86,4	238,3	369,2	2,0
Outros	99,6	11,0	533,8	62,8	18,2	354,4	0	77,9	194,2	307,2	3,7
AML	52,5	0,0	52,6	70,6	11,3	36,8	10,6	8,0	39,6	24,0	0,6
AMP	252,2	16,5	437,1	147,5	6,5	86,3	18,1	75,2	104,6	319,9	15,5

Tabela 34 – Fundo aprovado *per capita*, por NUTS2 em contexto AAD e ABD e segundo escalões de dimensão das cidades – Situação a 20 de junho de 2020. Fonte: INE 2018, CIC 2015, Lista de Operações Portugal 2020. Elaboração própria

A segunda parte desta análise será realizada pela observação da distribuição de cada OT tendo em conta o total de população para cada unidade territorial em estudo. Ao cruzarmos o total de população por concelho em 2018 com o total do fundo aprovado, é possível extrair em média quanto é o valor de investimento de cada OT por residente em euros. Conjugando para esta análise o chavão principal do significado de coesão territorial, seria positivo se a distribuição per capita, claro que atendendo sempre à temática de cada OT, fosse principalmente maior em ABD. Comparando as AAD e ABD das quatro NUTS 2, excluindo a AML, observamos valores *per capita* distintos, sobretudo naqueles referentes dos OT 1 ao 6. Nestes, a região Centro é a única que exibe uma clara primazia das AAD, enquanto o Norte, Alentejo e Algarve, vão alternando. Já dos OT 8 ao 11, existe uma clara preponderância das ABD, sendo poucas as exceções, apenas no OT10 nas regiões do Alentejo e Algarve, e no OT11 no Norte e Centro, que provam o contrário. Quanto ao OT7, este é praticamente exclusivo as duas áreas metropolitanas. Quando a análise se remete para a distribuição do fundo aprovado nas AAD e ABD nos diferentes escalões de dimensão das cidades o cenário altera-se, surgindo os municípios com PMC e sem PMC com valores mais elevados na grande maioria dos OT. Uma característica desta distribuição é que em cada OT há pouca variabilidade entre as unidades territoriais, ou seja, o OT2, 4, 6, 8, 9, e o 11 obtiveram maior expressão na sua totalidade¹⁷ em ABD, enquanto que o OT3 e 4 às AAD. Por sua vez, o OT1 foi o único em que houve uma divisão dos resultados.

¹⁷ O OT11 no intervalo de 5000 – 9999, apresentou um valor per capita mais elevado em AAD, que na congénere em ABD.

(Página propositadamente em branco)

6. Conclusões

A contextualização do objetivo de estudo a este nível possibilitou constatar um fator muito importante, a sua variabilidade enquanto conceito. Não tanto ao nível nacional, mas tendo em conta a dimensão do território europeu e em consequência das inúmeras situações territoriais, o conceito de PMC é discutível tendo em conta a situação para a qual está a ser estudado. Os critérios e contextos que atendem aos que são consideradas PMC em Portugal, é diferente em Espanha, França, Bélgica e nos demais países europeus. Apesar do dinamismo deste conceito há um fenómeno que se mostra transversal, a tipologia regional em que as PMC estão inseridas. É certo que à partida esboçar uma tipologia já envolve uma simplificação da realidade, no entanto, a assumida foi a mais consensual entre os vários autores, muito pela sua elevada adaptabilidade. A definição desta tipologia regional permitiu que fossem definidas quais as potencialidades, fragilidades e desafios inerentes às PMC.

Todo o estudo em volta das PMC foi compilado na construção de uma análise SWOT sobre as mesmas. A SWOT, elaborada para as três tipologias regionais, definiu em termos gerais a conceção destas cidades em vários contextos. Esta particularidade exacerba que a situação da área envolvente à PMC em muito influencia e molda o seu desenvolvimento.

A inclusão neste trabalho da contextualização da Política de Coesão da UE foi necessária, não só para a apresentar, retratar e perceber como é que ela se transformou, mas também para compreender a importância dos seus objetivos para as PMC e que papel lhe reservarão nas políticas futuras.

Sobre Portugal, a análise dedicada ao conceito de PMC, à sua inserção nos diferentes contextos territoriais que se encontram, à análise das suas potencialidades e fragilidades decorrentes das várias situações territoriais e os condicionantes de variados âmbitos permitiram, juntamente com as análises sociodemográficas e económicas, contextualizar as PMC em ABD e demonstrar a sua importância atual e, previsivelmente, acrescida no futuro, do seu papel como importantes polos de desenvolvimento regional.

Foi através das análises sociodemográficas e económicas que se pode comprovar a relevância das PMC em ABD. Como ficou identificado, existem dois fenómenos demográficos transversais a todo o território continental: envelhecimento e perda de população. Mesmo com o saldo migratório a alterar de paradigma, passando de negativo para positivo, estes problemas persistem.

Estas questões estão sobretudo visíveis nas tabelas que fazem a discriminação das AAD e ABD por escalões de dimensão das cidades. Tanto no índice de dependência de idosos, como na taxa de crescimento natural e no poder de compra *per capita*, constatamos que nas ABD, à medida que se desce nos escalões de dimensão, ou seja, passamos de cidades médias a pequenas, estes fenómenos assumem um impacto mais expressivo/negativo.

Analisando o território continental, em nível decrescente da repercussão destes fenómenos temos, de forma geral, os municípios nas áreas metropolitanas, os municípios com PMC e grandes cidades em AAD e por fim aqueles com PMC em ABD. Os municípios sem PMC em AAD, dependendo dos indicadores ou variáveis, na generalidade dos cenários mostravam-se num patamar superior mesmo comparando com as PMC em ABD. Por outro lado, os concelhos com cidades com menos de 5000

habitantes, ou as vilas e aldeias em ABD eram as unidades territoriais que piores resultados registaram.

A abordagem aos conceitos da densidade e diversidade estudados no capítulo 1.2, aplicados ao contexto urbano, permitiram ainda uma leitura diferenciada e complementar dos resultados.

É possível afirmar que territórios densos e com maior diversidade de atividades económicas, infraestruturas e habitantes revelam ter uma maior capacidade de gerar externalidades positivas, derivadas da sua continua interação. No fim do capítulo 1, defende-se teoricamente a importância da densidade, no sentido de poder vir a defender a ideia de que uma boa articulação entre cidades de níveis hierárquicos inferiores em territórios menos densos, conseguiria ter um impacto igual ou mais positivo que o conseguido em territórios de maior densidade. Esta ideia foi incluída, não com o intuito de reduzir a importância da densidade no desenvolvimento económico e demográfico das regiões, mas para evidenciar uma das principais características das políticas defendidas para o território europeu, o policentrismo.

Compreender qual o grupo de atividades económicas mais presentes permitiu determinar o perfil de especialização. Em AAD observou-se uma maior variedade de atividades económicas, enquanto em ABD, de um modo geral, deparávamo-nos com um elevado peso dos grupos ligados à agricultura, produção animal e atividades extrativas, de indústrias transformadoras, energia e construção civil e comércio, reparação de veículos, transporte e armazenagem. Na maioria das vezes estes três grupos representam metade do total das atividades económicas em ABD, não se registando uma acentuada disparidade entre PMC e cidades com menos de 5000 habitantes, vilas e aldeias, se bem que as PMC apresentavam uma maior variedade, devido à existência de atividades ligadas aos serviços sociais e públicos.

Assim, o padrão de distribuição quanto às atividades económicas segue a tendência observada na análise demográfica. Diferentes escalões de dimensão das cidades, diferentes padrões de distribuição das empresas por grupos de atividade tanto no número de empresas como de pessoal ao serviço. Esta diferenciação é sobretudo causada pelo sector da agricultura, produção animal e atividades extrativas, pelo das atividades de informação, imobiliárias e científicas e, por fim, pelo das atividades administrativas e dos serviços de apoio. Quanto mais pequenas são as cidades, maior a presença de atividades relacionadas com a agricultura, produção animal e atividades extrativas, quando falamos de cidades médias, destacam-se os serviços públicos e que se juntam o grupo de atividades de informação, imobiliárias e científicas e serviços de apoio. Este cenário distributivo é observável tanto em AAD como ABD, no entanto, a agricultura, produção animal e atividades extrativas em ABD comparando com AAD, têm maior expressão.

Ao cruzar os indicadores do volume de negócios e do pessoal ao serviço obtivemos a produtividade e foi a partir desta variável que as diferenças começaram a surgir. De um modo geral, ficou claro que os municípios que têm uma distribuição mais equitativa de atividades económicas por grupos, têm valores de produtividade mais altos em comparação com aqueles que apresentavam grande concentração em alguns setores de atividade. Há também que afirmar que municípios com maior expressão dos setores ligados aos serviços, registam valores de produtividade mais elevada. As PMC em ABD comparadas com restantes unidades territoriais (que incluem os concelhos com cidades com menos de 5000 habitantes, vilas e aldeias) apresentavam uma distribuição de atividades económicas mais equitativa e, em termos gerais, uma produtividade mais

elevada. O fator da densidade entra em equação quando comparamos a produtividade entre PMC em ABD e AAD. Como se pode relatar, a produtividade destes escalões em diferentes áreas, registou alguma disparidade em todos os grupos económicos.

Em termos de produtividade por grupos de atividades económicas é visível que os grupos de atividades ligados às indústrias transformadoras, energia e construção civil, comércio, reparação de veículos, transporte e armazenagem e por fim atividades de informação, imobiliárias e científicas estão noutra patamar quando comparando com os restantes. Tendo em conta esta particularidade, municípios que apresentem uma maior expressão destes grupos, são também mais produtivos.

Se observarmos a distribuição da produtividade por concelho (figura 18) percebemos que a mesma revela uma diferença entre AAD e ABD, com uma ligeira diferenciação positiva das PMC em ABD em relação à sua envolvente. Se observarmos por grupo económico, notamos uma maior variabilidade da produtividade por dimensão das cidades.

Respondendo a uma das questões de partida, os municípios com PMC em ABD provam ter argumentos, tanto sociodemográficos como económicos que os distingam dos municípios sem PMC em ABD. Sem dúvida que estas tipologias devem ser privilegiadas em qualquer estratégia promotora da coesão territorial em Portugal Continental.

No que diz respeito à distribuição dos fundos provenientes da Política de Coesão, na sua generalidade conseguimos identificar uma relação entre determinadas unidades territoriais com certos OT. Do estudo dos investimentos realizados no âmbito do Portugal 2020 surgiram resultados interessantes. Antes de mais, pelos resultados gerados e decorrentes interpretações que foram surgindo dos mesmos, evidencia-se a importância da Política de Coesão 2014-2020, sendo possível afirmar que a mesma tem, e continuará a ter, um importante papel no desenvolvimento regional em Portugal Continental. No entanto, a coesão territorial não será alcançada somente com esta ferramenta pois, como ficou provado, é um fenómeno territorial complexo com âmbitos que extravasam o domínio da Política de Coesão

Logo à partida percebeu-se que grande parte dos investimentos iriam estar alocados aos OT relacionados com o FEDER. Tanto em número de operações, como no fundo aprovado, era perceptível a relevância que este tem para a Política de Coesão. Não muito distante, surgiu o FSE e a um nível afastado o FC.

Convém lembrar que a análise à distribuição dos fundos tinha como objetivo subentendido determinar se havia uma distribuição equitativa dos fundos, independentemente de estarmos em AAD ou ABD. A análise da distribuição por valores brutos tornar-se-ia redundante tendo em consideração as características tanto demográficas como económicas das áreas em questão. Foi com a inclusão de análises *per capita*, majoração de apoio e por montante médio por operação, que se compreendeu a importância dos fundos nos municípios em ABD. A análise do peso de cada um dos vários OT, permitiu ainda determinar o perfil de investimentos, tanto nas PMC em ABD, como nas restantes unidades territoriais.

De um modo geral evidenciaram-se cinco OT: OT1 - Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação; OT3 - Aumento da competitividade das PME, OT6 - Preservação e proteção do ambiente e promoção da eficiência dos recursos, o OT9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e o OT10 - Investimentos na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida. Estes

representam para as cerca de AAD, 90% e para as ABD, 85% do total do fundo aprovado. Quanto aos intervalos populacionais, percebemos que existem diferenças, sobretudo entre as cidades médias e as pequenas cidades, sendo esta distribuição muito conexas com as características intrínsecas a cada município.

Para os concelhos com PMC em ABD compreendidas nos intervalos mais baixos, entre 5000 e 9999 e 10000 e 19999 habitantes, o apoio as pequenas e médias empresas, a preservação e proteção dos recursos naturais, a inclusão social e o investimento na progressiva capacitação intelectual das populações, foram as temáticas de maior relevância. Para aqueles com cidades com dimensões compreendidas entre os 20000 e os 60000 habitantes, privilegiaram-se as mesmas temáticas, ainda que com menor expressão, sendo que o apoio à investigação e desenvolvimento tecnológico e o apoio à transição para uma economia verde, foram as áreas onde o seu peso aumentou. Decorrente desta análise fica esclarecido que o perfil dos investimentos nas PMC, procura ir ao encontro as necessidades/potencialidades das unidades territoriais.

Objetivos Temáticos	Designação	Características PMC	Benefício
OT1	Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação.	Existência de instituições relacionadas com o ensino e investigação.	Complementaridade entre instituições a partir da existência de um cluster do conhecimento.
OT3	Aumento da competitividade das PME.	99,9% das empresas em ABD são PME.	Capacitação das PME com intuito de reforçar o desenvolvimento, aumentar a competitividade e promover a sua internacionalização.
OT 6	Preservação e protecção do ambiente e na promoção da eficiência dos recursos.	Aproveitamento e rentabilização sustentável dos recursos endógenos	Em PMC isoladas, com pouca complementaridade e baixa variedade da base empresarial, os recursos naturais provam ser um meio para o desenvolvimento.
OT 9	Promoção da inclusão social, combate à pobreza e a qualquer tipo de discriminação.	Baixo nível de escolaridade e baixo poder de compra, sobretudo nas PMC em escalões de dimensão pequenos.	Inclusão social de populações carenciadas, estigmatizadas ou isoladas, com intuito de promover, entre outros aspectos, a sua integração na sociedade e mercado de trabalho
OT 10	Investimentos na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida.	Baixo nível de escolaridade, sobretudo nas PMC em escalões de dimensão pequenos.	Combate o reduzido nível de escolaridade, capacitação intelectual, incremento e atualização de <i>skills</i> , gerando benefícios na produtividade.

Tabela 35 – Relação entre OT's e características das PMC em ABD. Fonte: Lista de Operações 2020. Elaboração própria.

A tabela 35 apresenta, usando a designação dos OT's, características das PMC e de que maneira é que essa relação pode ser benéfica e potenciada.

As situações descritas como benéficas são exemplos que foram formulados tendo em conta as temáticas abordadas ao longo da dissertação e conclusões que foram retiradas das análises sociodemográficas e económicas, de forma a sustentar esta relação. Contudo, é certo que as externalidades que testam a concretização desta coadunação, são inúmeras e complexas.

O OT1 relembra o conceito da triple hélice que foi abordado no capítulo 1.2, em que o desenvolvimento era possível com a maior complementaridade entre instituições ligadas ao ensino. Tendo em conta que 99.9% das empresas em PMC nas ABD são PME, a elevada percentagem que o OT3 representa nesta unidade territorial certamente potencia o seu desenvolvimento. Tendo em conta uma das oportunidades referidas na

SWOT às PMC isoladas (recursos endógenos), o aproveitamento dos mesmos é um meio para dinamizar a situação empresarial e criar novas complementaridades com as restantes unidades territoriais em redor. O OT9 e OT10, muito similares na temática em que se enquadram, trazem inúmeros benefícios, principalmente na progressiva capacitação intelectual e técnica para indivíduos com baixo nível de escolaridade, comportando benefícios para a produtividade laboral.

Por fim as conclusões geradas através da análise da distribuição dos investimentos *per capita*, majoração de apoio e dos montantes médios por operação revelam o esforço de convergência territorial. É certo que foram registadas exceções, mas de modo geral os municípios em ABD foram discriminados positivamente na distribuição dos fundos da Política de Coesão. Percebemos que os OT que tiveram mais peso na distribuição de investimento *per capita* correspondem com as potencialidades/desafios das PMC em ABD. O investimento efetuado nas PME, na proteção e promoção do ambiente e dos recursos naturais e na educação, ajustou-se às necessidades destas unidades territoriais.

Decorrente das análises presentes neste trabalho, é um facto que as PMC em ABD têm vários atributos que as distinguem da sua envolvente territorial rural e os investimentos por OT procuraram ir de encontro às características dos territórios. Porém, estas particularidades não lhes permitiu contrariar a perda de peso demográfico e a décalage com as dinâmicas das PMC em AAD ou das grandes cidades. É certo que este fenómeno de perda e envelhecimento demográfico é transversal a várias regiões da Europa, no entanto, há várias décadas que se investe nas regiões mais carenciadas sem que os problemas centrais sejam resolvidos.

As conclusões a que se chegam forçam novas questões para debate: os fundos da Política de Coesão não têm tido capacidade para reverter os problemas demográficos e económicos existentes nos territórios de baixa densidade, mas como seria sem esse esforço? Neste contexto, cabe realçar a importância de continuar a promover o policentrismo e a consequente eleição das PMC como espaços chaves de investimento da Política de Coesão, lembrando aquilo que fora proferido sobre a Agenda Territorial 2030. Em termos futuros seria proveitoso perceber se investimentos, principalmente nos quatro OT mais expressivos, conseguiram gerar consequências positivas, por exemplo no emprego, em questões sociais ou em outros âmbitos mais relacionados com a atividade empresarial.

(Página propositadamente em branco)

7. Bibliografia

Acemoglu, D., & Robinson, J. (2010). The Role of Institutions in Growth and Development. *Review of Economics and Institutions*, 1(2). Disponível em: <https://doi.org/10.5202/rei.v1i2.14>

AD&C. (2014) Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020. Disponível em: [https://lisboa.portugal2020.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=21&fileName=AP_Portugal_2020_28julho2014.pdf](https://lisboa.portugal2020.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=21&fileName=AP_Portugal_2020_28julho2014.pdf)

Almeida, A., Valença, P., Soares, C., Santos, E., Romão, R. (1998). *As cidades Médias Portuguesas*. (Vol.1). PROSIURB. Lisboa.

Álvaro, J. (2013). *Educação em territórios de baixa densidade - Ensino profissional e desenvolvimento: O caso da Beira Interior Norte*. Mestrado em Geografia Humana. Faculdade de Letras de Coimbra.

Antoine, J., & Lopes, E. (1963). Desenvolvimento e funções económicas das Cidades. *Análise Social*, 1(4), 581-593. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41007521>

Atkinson, R. (2001). The emerging “Urban Agenda” and the European Spatial Development Perspective: Towards a EU urban policy? *European Planning Studies*, 9(3), 385-406. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09654310120037630>

Bachtler, J. Mendez, C. Wishlade, F. (2014). Cohesion policy reform of Central and Eastern Europe. GRINCOH Working Paper Series, Paper No. 8.08.

Birkner, Z., Máhr, T., Péter, E., & Berkes, N. R. (2018). Characteristics of Innovation in Regions with Small- and Medium-Sized Towns. *Naše Gospodarstvo/Our Economy*, 64(2), 34–42. Disponível em: <https://doi.org/10.2478/ngoe-2018-0010>

Brueckner, J. K. (2000). Urban sprawl: diagnosis and remedies. *International regional science review*, 23(2), 160-171.

Camagni, R., Capello, R., & Caragliu, A. (2015). Static vs. dynamic agglomeration economies. Spatial context and structural evolution behind urban growth. *Papers in Regional Science*, 95(1), 133–158. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/pirs.12182>

Carmo, R. M. DO (2006). *Cidades Médias - Do Crescimento Demográfico à Consolidação Territorial*. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 69-82.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2014). *RIS3 - Estratégia de investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente*. Documento de trabalho – versão fevereiro de 2014.

Comissão Europeia (2014). *Uma Introdução à Política de Coesão para 2014-2020*. Bruxelas: CE

Comissão Europeia (1997). *Treaty of Amsterdam amending the Treaty on European Union, the treaties establishing the European Communities and certain related acts*. Luxembourg Lanham, Md: Office for Official Publications of the European Communities Bernan Associates distributor.

Comissão Europeia (1997). Towards an Urban Agenda in the European Union, COM (197), final, 6 maio 1997. Bruxelas.

Comissão Europeia (1998). Sustainable Urban Development in the European Union: A Framework for Action, COM (605) final, 28 outubro 1998. Bruxelas.

Comissão Europeia (1999). ESDP, European spatial development perspective: towards balanced and sustainable development of the territory of the European Union. Luxembourg Lanham, Md: Office for Official Publications of the European Communities Bernan Associates distribuidor.

Comissão Europeia. (2007) Territorial agenda of the European Union. Berlin. Disponível em: https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/policy/what/territorial-cohesion/territorial_agenda_leipzig2007.pdf

Comissão Europeia. (2020) Territorial Agenda 2030 – Summary. Disponível em: https://www.territorialagenda.eu/files/agenda_theme/agenda_data/Territorial%20Agenda%20documents/TerritorialAgenda2030_Summary_201201.pdf

Comissão Europeia. (2020) Territorial agenda 2030 – A future for all places. Disponível em: https://www.territorialagenda.eu/files/agenda_theme/agenda_data/Territorial%20Agenda%20documents/TerritorialAgenda2030_201201.pdf

Chauvin, J. P., Glaeser, E. L., Ma, Y., & Tobio, K. (2016). What is Different About Urbanization in Rich and Poor Countries? Cities in Brazil, China, India and the United States. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research.

de las Rivas Sanz, J. L., & Fernández-Maroto, M. (2019). Planning strategies for a resilient urban fringe in three medium-sized Spanish cities. Planning Perspectives, 34(4), 725–735. <https://doi.org/10.1080/02665433.2019.1588154>

Delfante, C. (1997). Grande histoire de la ville: de la Mésopotamie aux Etats- Unis. Paris: A. Colin.

Demazière, C., Benovac, K. & Hamdouch, A. (2013) The Socio-Economic Development of Small and Medium-Sized Towns (SMSTs): Factos, Dominant Profiles and Evolution Patterns. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/a960/52b7e1509b49e3939f03954950015306dc79.pdf?_ga=2.81132631.1732150174.1587149932-589285412.1587149932

Dempsey, N., Brown, C., & Bramley, G. (2012). The key to sustainable urban development in UK cities? The influence of density on social sustainability. Progress in Planning, 77(3), 89–141. Disponível em: doi.org/10.1016/j.progress.2012.01.001

DGT. (2018) – PNPOT Alteração: Diagnostico 6 de julho. DGT. Disponível em: https://pnpot.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/PNPOT_Diagnostico_6Julho2018.pdf

Direção-Geral das Autarquias Locais. (2019) Municípios que assumem competências em 2020. Disponível em: <http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/transferencia-de-competencias/>

Dijkstra, L. (2009) Metropolitan Regions in the EU, Regional Focus, No.1/2009, Brussels: Directorate General for Regional Policy, European Commission.

Dijkstra, L. Poelman H. (2012) Cities in Europe. The new OECD-EC definition. Directorate General for Regional and Urban Policy. Disponível em: https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/focus/2012_01_city.pdf

Dijkstra, L., Garcilazo, E., & McCann, P. (2013). The Economic Performance of European Cities and City Regions: Myths and Realities. *European Planning Studies*, 21(3), 334–354. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09654313.2012.716245>

Eguren, F. (2017). Socialism in the Twenty-First Century and Neo-liberalism: Diverse Ideological Options Do Not Always Generate Different Effects. *Revue Internationale de Politique de Développement*, 9(9), 105–127. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/poldev.2359>

Elisei, P. (2014). Strategic Territorial Agendas for Small and Middle-Sized Towns and Urban Systems. Ljubljana: Urban Planning Institute of the Republic of Slovenia (UIRS).

European Observation Network for Territorial Development and Cohesion. (09, abril, 2020) Disponível em: <https://www.espon.eu/programme/espon/espon-2013-programme>

European Parliamentary Research Service. (2020) Towards a renewed territorial agenda for the EU.

ESPON. (2014) Territorial Dynamics in Europe: Economic Crisis and the Resilience of Regions. ESPON Programme. Luxemburg.

Estatísticas das Nações Unidas. (2019). Disponível em: <http://data.un.org/en/>

Faludi, A. (2006). The European Spatial Development Perspective Shaping the Agenda. In *European Journal of Spatial Development*, Nº 21, 17 p.

Ferrão, J. (1995). Cidades Médias-Superar a tirania da dimensão. Em: *As cidades médias e o ordenamento do território*. Coimbra: CCRC, p.11-17.

Ferreira, L. F. E. J. (2012). TRIANGULATION OF THE TRIPLE HELIX: A CONCEPTUAL FRAMEWORK. *Semantic Scholar*, Corpus ID: 20457520. Disponível em: doi.org/10.13140/2.1.4161.1202

Gaspar, J. (2000). Cidades Médias e Cidades Intermédias. *Novas Funções Territoriais e Novas Formas Urbanas em Portugal*. Em: BELLET, C. e LLOP. J. (Eds.). *Ciudades Intermedias. Urbanización y Sostenibilidad*. Lleid: Editorial Milenio, p. 125-140.

Glaeser, E. L., & Kahn, M. E. (2004). Sprawl and urban growth. In *Handbook of regional and urban economics* (Vol. 4, pp. 2481-2527). Elsevier.

Gotham, K. F., & King, A. J. (2019). Urbanization. *The Wiley Blackwell Companion to Sociology*, 267–282. Disponível em: [doi:10.1002/9781119429333.ch16](https://doi.org/10.1002/9781119429333.ch16)

Hamdouch, A., Demaziere, C. & Banovac, K. (2016). The Socio-Economic Profiles of Small and Medium-Sized Towns: Insights From European Case Studies, *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie* 108(4), 16 pag.

Henderson, V. (1997). Medium size cities. *Regional Science and Urban Economics*, 27(6), 583–612. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/s0166-0462\(96\)02169-2](https://doi.org/10.1016/s0166-0462(96)02169-2)

Henderson, V. (2000). How urban concentration affects economic growth. Washington, DC: World Bank, Development Research Group, Infrastructure and Environment.

Henderson, V. (2002). Urbanization in Developing Countries. The World Bank Research Observer, 17(1), 89–112. Disponível em: doi:10.1093/wbro/17.1.89

Henderson, J. V., & Wang, H. G. (2007). Urbanization and city growth: The role of institutions. Regional Science and Urban Economics 37(3), 283–313. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.regsciurbeco.2006.11.008>

Henderson, V. Nigmatulina, D. & Kriticos, S. (2019) Mesuring urban economic density, Journal of Urban Economics. Disponível em: doi.org/10.1016/j.jue.2019.103188

Hernandez, F., Scherzer, S. & Froyen, Y. (2018). The Value of Urban Density. An exploratory of the relationship between urban density and housing prices in Trondheim, Norway. Tema. Journal of Land Use, Mobility and Environment, 11 (2), 213-230. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.6092/1970-9870/5484>

Holtzclaw, J., Leinberger, C. (2015). The unbearable costs of sprawl. The Congress for the New Urbanism. Disponível em: https://www.cnu.org/sites/default/files/SPRAWL-RETROFIT-UNB_1.pdf

Hospers, G.-J. (2003). Beyond the Blue Banana? Intereconomics, 38(2), 76–85. Disponível em: <http://doi:10.1007/bf03031774>

Lehmann, S. (2016). Sustainable urbanism: towards a framework for quality and optimal density? Future Cities and Environment, 2(0), 8. Disponível em: 10.1186/s40984-016-0021-3

Marreiros, A. (2010). O Papel de Albufeira na Região Urbana Policêntrica do Algarve, 1-105. XII Colóquio Ibérico de Geografia. APG

Marques da Costa, E. (2000). Cidades Médias e Ordenamento do Território - O Caso da Beira Interior. Doutoramento em Geografia – Planeamento Regional e Local. Universidade de Lisboa

Marques da Costa, E. (2002). Cidades Médias. Contributos para a sua Definição. Finisterra, Vol. 37, nº 74, 2002 DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis1592>

Marques da Costa, E. (2007). Modelos de organização do território português – as várias visões de Jorge Gaspar (Territorial models of portuguese territory – visions of J. Gaspar). In J. Simões et al., Geophilia – O Sentir e os Sentidos da Geografia. Homenagem a Jorge Gaspar (Geophilia – Feel and the senses of Geographie. Tribute to Jorge Gaspar) Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa, (p. 513-528).

Marques da Costa, E. (2017). As pequenas e médias cidades portuguesas – dinâmicas demográficas e funcionais nos últimos quarenta anos. In francisco, maturana, Maria Encarnação Esposito, Carmen Bellet, Federico Arenas, y Cristian Henriquez, (ed.), Sistemas urbanos y ciudades medias en iberoamérica. Santiago: Série GEOlibros, Pontificia Universidad Católica de Chile, (p.258-300, Disponível em: (https://www.researchgate.net/publication/321192605_As_pequenas_e_medias_cidades_portuguesas_-_dinamicas_demograficas_e_funcionais_nos_ultimos_quarenta_anos).

Marques da Costa, E. (2019). Cidades Médias e Ordenamento do Território – Tendência de evolução no quadro Europeu e Português, VI Workshop de la Red Iberoamericana de Observación Territorial (RIDOT)”. Desafíos de la ordenación territorial, planeación integral y gobernanza en Iberoamérica en el siglo XXI, 27 e 28 de agosto de 2019, org. Universidad Autónoma del Estado de México Toluca. Disponível em: <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.30620.23686>

Martin, R. (2015). Rebalancing the Spatial Economy: The Challenge for Regional Theory. *Territory, Politics, Governance*, 3(3), 235–272. Disponível em: [10.1080/21622671.2015.1064825](https://doi.org/10.1080/21622671.2015.1064825)

Maturana, F., Sposito, M., Bellet, C. & Henriques, C. (2017). *Sistemas urbanos y ciudades medias en Iberoamérica*. Santiago de Chile: Impresión gráfica LOM.

Meijers, E. (2005). Polycentric Urban Regions and the Quest for Synergy: Is a Network of Cities More than the Sum of the Parts? *Urban Studies*, 42(4), 765–781. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00420980500060384>

Meijers, E., Hoogerbrugge, M., & Cardoso, R. (2017). Beyond Polycentricity: Does Stronger Integration Between Cities in Polycentric Urban Regions Improve Performance? *Tijdschrift Voor Economische En Sociale Geografie*, 109(1), 1–21. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/tesg.12292>

Molle, W. (2007). *European cohesion policy*. London New York: Routledge.

Moreira, M., Rodrigues, T. & Henriques, F. (2009). O Sistema Urbano Português. *Dinâmicas Contemporâneas e Diversidade Regional: evolução demográfica e bem-estar social*. *Revista de Demografia Historia*, 83-114.

Moroni, S. (2016). Urban density after Jane Jacobs: the crucial role of diversity and emergence. *City, Territory and Architecture*, 3(1). Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s40410-016-0041-1>

Nabielek, K., Hamers, D. & Evers, D. (2016). *Cities in Europe: facts and figures on cities and urban areas*. Den haag: PBL.

Narayan, L. (2014). Urbanization and Development, *International Journal of Research*. 901-908. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/315456525_Urbanization_and_Development

Nordregio et al., (2004) Project 1.1.1 Potentials for polycentric development in Europe: final report. Stockholm: Nordregio.

Nordregio et al., (2007) Project 2.3.1 Application and effects of the ESPD in the Member States. Luxemburg: ESPON Programme.

Our World in Data, Urbanization Prospects. (2018). Disponível em: <https://ourworldindata.org/urbanization>

Oxford. (2020) Density. *Oxford Dictionaries*. Disponível em: <https://oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/density>

Pablo, M., Quintela, C., Tortella, E., Ibañez, J. (2011) The Mediterranean Arc: A Mega Region Under Construction. Em First MEGAPOLITAN Seminar, Québec, Canada, 23-28 agosto 2011.

Pacheco, E. (2003). As Distâncias em Áreas de Baixa Densidade de Ocupação Territorial. Revista da Faculdade de Letras - Geografia. Porto, pp.173 - 179.

Parkinson, M. (2005). Urban Policy in Europe: Where have we been and where are we going? European Metropolitan Governance for Austrian Federal Ministry of Education, Science & Culture, abril 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268354377_URBAN_POLICY_IN_EUROPE_WHERE_HAVE_WE_BEEN_AND_WHERE_ARE_WE_GOING_Draft

Purkarthofer, E. (2018). Investigating the partnership approach in the EU Urban Agenda from the perspective of soft planning. European Planning Studies, 27(1), 86–105. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09654313.2018.1527294>

Quigley, J. M. (2009). Urbanization, agglomeration, and economic development. Urbanization and growth, 115, 1-15. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/28042>

Russo, A. P., Serrano Giné, D., Pérez Albert, M. Y., & Brandajs, F. (2017). Identifying and Classifying Small and Medium Sized Towns in Europe. Tijdschrift Voor Economische En Sociale Geografie, 108(4), 380–402. <https://doi.org/10.1111/tesg.12251>

Sá Marques, T. (1999). Sistema Urbano Nacional: cidades médias e dinâmicas territoriais. (Vol.I) Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Sá Marques, T. (2004). Portugal na Transição do Século. Retratos e Dinâmicas Territoriais. S. M. da Feira: Editorial Afrontamento.

Sá Marques, T. (2016). Sistema urbano Nacional. Coimbra: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Sá Marques, T., Saraiva, M., Santos, H., Tavares, A., Ribeiro, D., Ferreira, M., Giménez, J., Maia, C., Ribeiro, P. & Torres, M. (2019). O papel dos sistemas urbanos na caracterização do território nacional no contexto ibérico e europeu. Porto.

Schneidewind et al., (2006) Project 1.4.1 The Role of Small and Medium-Sized Towns (SMESTO): final report, Luxemburg: ESPON Programme.

Servillo, L., Atkinson, R., & Hamdouch, A. (2017). Small and Medium-Sized Towns in Europe: Conceptual, Methodological and Policy Issues. Tijdschrift Voor Economische En Sociale Geografie, 108(4), 365–379. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/tesg.12252>

Servillo L., Atkinson R., Smith I., Russo A., Sýkora L., Demazière C. & Hamdouch A. (2014) TOWN, small and medium sized towns in their functional territorial context, Final Report, Luxembourg, Espon Programme

Shin, H. B. (2015). Urbanization in China. Em International Encyclopedia of the social & Behavioral Sciences (pp. 973–979). Disponível em: <https://doi.org/10.1016/b978-0-08-097086-8.72095-2>

Simmons, J. (1981). Urban systems: the new regional geography. *Espace géographique*, 10(2), 135–142. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/spgeo.1981.3630>

Simplício, M. (2000). A importância atual do planeamento estratégico e das cidades médias. Instituto Superior Económico e Social, Évora, 1-17. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/2684>

Smith, H. L. (2007). Universities, Innovation, and Territorial Development: A Review of the Evidence. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 25(1), 98–114. Disponível em: <https://doi.org/10.1068/c0561>

Sousa, V., Sousa, A., Cruz, A., Doutor, C. (2009). Estudo de avaliação dos impactos da estratégia regional para as áreas de baixa densidade. Comissão de Coordenação da Região do Algarve.

Stearns, P. (2013). *The industrial revolution in world history*. Boulder, Colo: Westview Press.

Terlouw, K. (1996). A general perspective on the regional development of Europe from 1300 to 1850. *Journal of Historical Geography*, 22(2), 129–146. Disponível em: <https://doi.org/10.1006/jhge.1996.0009>

Timberlake, M., Kentor, J. (1983). Economic Dependence, Overurbanization, and Economic Growth: A Study of Less Developed Countries. *The Sociological Quarterly*, 24(4), 489–507. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1533-8525.1983.tb00715.x>

Turok, I., & McGranahan, G. (2013). Urbanization and economic growth: the arguments and evidence for Africa and Asia. *Environment and Urbanization*, 25(2), 465–482. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0956247813490908>

Valtenbergs, V., Fermin, A., Grisel, M., Servillo, L., Vilka, I., Līviņa, A. & Bērzkalne, L. (2015). Challenges of Small and Medium-Sized Urban Areas (SMUAs), their economic growth potential and impact on territorial development in the European Union and Latvia. European Urban Knowledge Network. Disponível em: https://www.eukn.eu/fileadmin/Files/Presidencies/2015_Latvia/LatvianPresidency-2015_Final_Report_.pdf

Van Leeuwen, E., Nijkamp, P. & Noronha Vaz, T. (2006). Firm behaviour and town size - a comparison between firms in small and medium-sized towns in the Netherlands and Portugal. 18th European Advanced Studies, Institute in Regional Science. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242155704_Firm_Behaviour_and_Town_Size_-_a_comparison_between_firms_in_small_and_medium-sized_towns_in_the_Netherlands_and_Portugal.

Van Lierop, C. (2020) Towards a renewed territorial agenda for the EU. European Parliament. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2020/649355/EPRS_BRI\(2020\)649355_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2020/649355/EPRS_BRI(2020)649355_EN.pdf)

Vaz, D. (2004). *Cidades Médias e Desenvolvimento - O Caso da Cidade da Covilhã*. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior.

Vicente, M. (2017). O Papel das Cidades Médias do Interior para o Desenvolvimento do Território: o Caso da Cidade da Covilhã. Mestrado em Estudos de Desenvolvimento. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Wirth, P., Elis, V., Müller, B., & Yamamoto, K. (2016). Peripheralisation of small towns in Germany and Japan – Dealing with economic decline and population loss. *Journal of Rural Studies*, 47, 62–75. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2016.07.021>

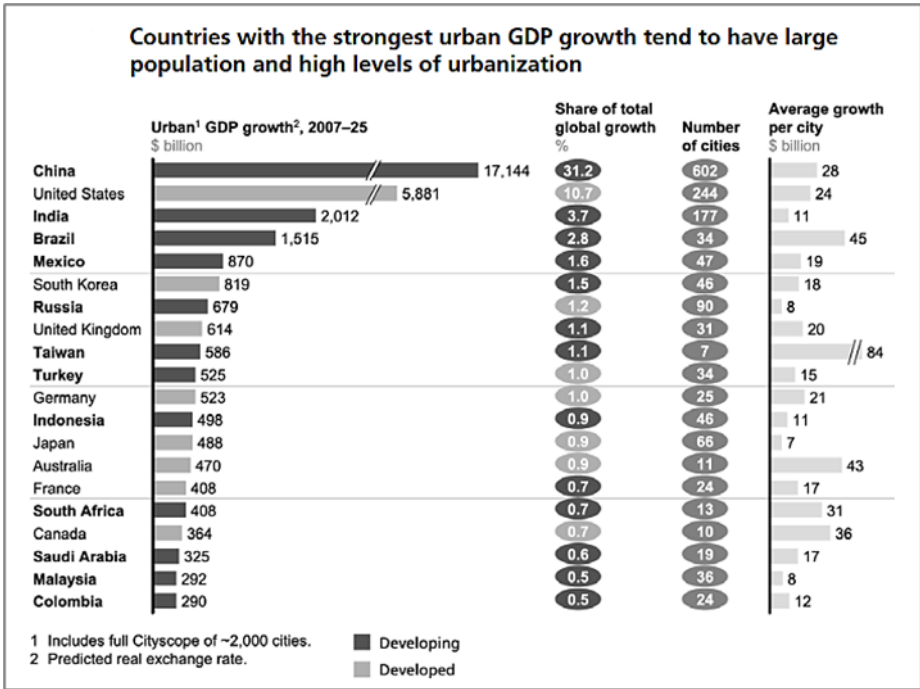
World Bank, Population estimates and projections. (2020). Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/population-estimates-and-projections>

Ye, L., Mandpe, S., & Meyer, P. B. (2005). What Is «Smart Growth? Really? *Journal of Planning Literature*, 19(3), 301–315. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0885412204271668>

Yegorov, Y. (2015). Economic Role of Population Density, 55th Congress of the European Regional Science Association: "World Renaissance: Changing roles for people and places", 25-28 August 2015, Lisbon, Portugal, European Regional Science Association (ERSA), Louvain-la-Neuve.

Zhang, X. (2011). The economic role of cities. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme. Disponível: http://urban-intergroup.eu/wp-content/files_mf/economicroleofcities_unhabitat11.pdf

8. Anexos



Anexo 1 – Relação entre PIB e urbanização. Fonte: Mckinsey Global Institute 2011

	Taxa de Crescimento Natural 2011	Taxa de Crescimento Natural 2018
Norte	-0,001	-0,216
Centro	-0,346	-0,560
AML	0,206	0,035
Alentejo	-0,525	-0,720
Algarve	-0,013	-0,222
Total Geral	-0,062	-0,257

Anexo 2 – Evolução da população residente por concelho por NUTS2. Fonte INE 2018. Elaboração própria

	Taxa de Saldo Migratório 2011	Taxa de Saldo Migratório 2018
Norte	-0,17	0,11
Centro	-0,32	-0,11
AML	-0,05	0,41
Alentejo	-0,05	-0,20
Algarve	-1,14	0,05
Total Geral	-0,21	0,12

Anexo 3 – Evolução da taxa de saldo migratório por NUTS2. Fonte: INE 2018. Elaboração própria

	% Saldo Migratório 2011	% Saldo Migratório 2018
AAD	-0,29	-0,06
Norte	-0,13	-0,17
100000 - 149999	-0,02	0,04
20000 - 59999	-0,13	-0,26
10000 - 19999	-0,26	-0,21
5000 - 9999	-0,05	0,20
Outros	-0,12	-0,11
Centro	-0,27	-0,03
100000 - 149999	-1,47	-0,02
60000 - 99999	-0,61	0,38
20000 - 59999	-0,17	-0,08
10000 - 19999	-0,16	-0,18
5000 - 9999	-0,27	-0,26
Outros	0,08	0,22
Alentejo	0,28	0,05
20000 - 59999	-0,39	-0,19
10000 - 19999	0,50	0,18
5000 - 9999	0,14	-0,23
Outros	0,68	0,21
Algarve	-1,13	0,05
20000 - 59999	-1,30	-0,04
10000 - 19999	-1,03	0,11
5000 - 9999	-0,77	0,28
Outros	-0,53	0,10
ABD	-0,28	-0,14
Norte	-0,15	0,13
20000 - 59999	-0,01	0,30
10000 - 19999	-0,32	-0,10
5000 - 9999	-0,32	0,15
Outros	-0,13	0,13
Centro	-0,43	-0,27
20000 - 59999	-0,78	-0,38
10000 - 19999	-0,78	-0,37
5000 - 9999	-0,36	-0,44
Outros	-0,31	-0,19
Alentejo	-0,19	-0,31
20000 - 59999	-0,65	-0,36
10000 - 19999	-0,33	-0,43
5000 - 9999	-0,23	-0,40
Outros	0,04	-0,22
Algarve	-1,29	0,02
Outros	-1,29	0,02
AML	-0,05	0,41
AMP	-0,21	0,30
Total Geral	-0,21	0,12

Anexo 4 – Evolução da taxa de saldo migratório em AAD, ABD, AML e AMP por intervalos populacionais em NUTS2. Fonte: INE 2018 e CIC 2015. Elaboração própria

ABD	Cenário Negativo	Cenário Positivo
Norte	1	7
Centro	2	7
Alentejo	6	7
Total	9	21

Anexo 5 – Cenários das PMC em ABD quanto ao saldo migratório. Autoria própria

	% População Residente 0 - 14 anos 2011	% População Residente 65 e mais anos 2011	% População Residente 0 - 14 anos 2018	% População Residente 65 e mais anos 2018
Norte	14,9	17,0	12,8	20,5
Centro	13,7	22,0	12,2	24,3
AML	15,8	18,9	15,9	21,8
Alentejo	13,6	23,8	12,5	25,5
Algarve	15,6	19,5	15,0	21,6
Total Geral	14,8	19,3	13,7	22,2

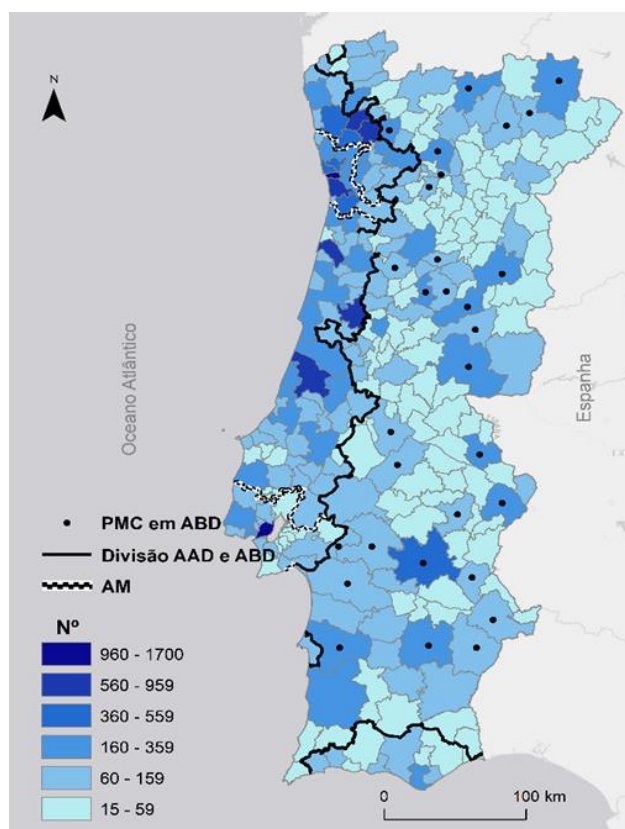
Anexo 6 – Evolução da população residente por escalões etários por NUTS2. Fonte: INE 2018. Elaboração própria

	Taxa de Crescimento Natural 2011	Taxa de Crescimento Natural 2018	Taxa Saldo Migratório 2011	Taxa Saldo Migratório 2018	% População Residente 0 - 14 anos 2011	% População Residente 65 e mais anos 2011	% População Residente 0 - 14 anos 2018	% População Residente 65 e mais anos 2018
Norte	-0,001	-0,216	-0,17	0,11	14,90	17,01	12,83	20,47
AAD	0,179	-0,012	-0,13	-0,17	16,01	14,13	13,29	17,62
100000 - 149999	0,403	0,253	-0,02	0,04	16,31	12,97	14,34	16,59
20000 - 59999	0,177	-0,021	-0,13	-0,26	15,71	14,08	12,99	17,87
10000 - 19999	0,165	-0,058	-0,26	-0,21	16,77	13,41	13,40	16,58
5000 - 9999	-0,006	-0,152	-0,05	0,20	15,47	16,44	13,37	19,45
Outros	-0,019	-0,210	-0,12	-0,11	15,99	16,08	13,01	18,77
ABD	-0,517	-0,739	-0,15	0,13	13,08	23,31	10,89	25,48
20000 - 59999	-0,283	-0,559	-0,01	0,30	13,11	21,12	11,50	24,02
10000 - 19999	-0,195	-0,520	-0,32	-0,10	14,01	19,03	11,51	22,32
5000 - 9999	-0,535	-0,777	-0,32	0,15	12,51	23,44	10,10	26,97
Outros	-0,648	-0,835	-0,13	0,13	12,92	24,81	10,63	26,47
AMP	0,091	-0,145	-0,21	0,30	14,90	16,34	13,28	20,40
Centro	-0,346	-0,560	-0,32	-0,11	13,68	21,99	12,20	24,32
AAD	-0,156	-0,378	-0,27	-0,03	14,42	19,85	12,97	22,49
100000 - 149999	-0,112	-0,307	-1,47	-0,02	12,57	20,73	12,59	25,54
60000 - 99999	0,140	-0,014	-0,61	0,38	14,62	16,99	14,00	19,89
20000 - 59999	-0,024	-0,264	-0,17	-0,08	14,89	18,26	13,26	21,10
10000 - 19999	-0,299	-0,551	-0,16	-0,18	14,28	21,17	12,61	23,40
5000 - 9999	-0,302	-0,513	-0,27	-0,26	13,70	21,14	11,78	24,02
Outros	-0,188	-0,393	0,08	0,22	15,03	20,16	13,48	22,00
ABD	-0,731	-0,948	-0,43	-0,27	12,19	26,34	10,56	28,22
20000 - 59999	-0,438	-0,647	-0,78	-0,38	12,81	22,58	11,66	25,58
10000 - 19999	-0,850	-0,938	-0,78	-0,37	12,56	26,05	11,04	28,59
5000 - 9999	-0,652	-0,870	-0,36	-0,44	12,18	25,54	10,62	28,05
Outros	-0,839	-1,071	-0,31	-0,19	11,96	27,82	10,15	29,11
AML	0,206	0,035	-0,05	0,41	15,80	18,92	15,89	21,84
Alentejo	-0,525	-0,720	-0,05	-0,20	13,58	23,76	12,54	25,47
AAD	-0,258	-0,474	0,28	0,05	15,01	20,71	13,43	23,06
20000 - 59999	-0,461	-0,549	-0,39	-0,19	14,33	22,46	13,08	25,06
10000 - 19999	-0,039	-0,417	0,50	0,18	15,86	18,89	14,21	21,25
5000 - 9999	-0,231	-0,246	0,14	-0,23	14,76	20,61	13,27	23,24
Outros	-0,399	-0,573	0,68	0,21	14,48	21,77	12,59	23,85
ABD	-0,644	-0,835	-0,19	-0,31	12,95	25,11	12,12	26,59
20000 - 59999	-0,138	-0,429	-0,65	-0,36	14,74	20,19	14,28	22,88
10000 - 19999	-0,393	-0,579	-0,33	-0,43	13,41	23,18	12,35	25,80
5000 - 9999	-0,642	-0,873	-0,23	-0,40	12,96	25,71	11,90	27,24
Outros	-0,919	-1,059	0,04	-0,22	12,10	27,34	11,31	27,99
Algarve	-0,013	-0,222	-1,14	0,05	15,56	19,50	15,00	21,64
AAD	0,040	-0,179	-1,13	0,05	15,84	18,80	15,23	21,06
20000 - 59999	0,138	-0,080	-1,30	-0,04	16,07	18,24	15,64	20,75
10000 - 19999	0,008	-0,214	-1,03	0,11	15,91	18,56	15,09	20,77
5000 - 9999	-0,180	-0,436	-0,77	0,28	15,05	20,90	14,12	22,63
Outros	-0,540	-0,518	-0,53	0,10	14,58	21,77	13,91	22,08
ABD	-0,854	-0,949	-1,29	0,02	11,15	30,70	11,05	31,44
Outros	-0,854	-0,949	-1,29	0,02	11,15	30,70	11,05	31,44
Total Geral	-0,062	-0,257	-0,21	0,12	14,80	19,32	13,65	22,15

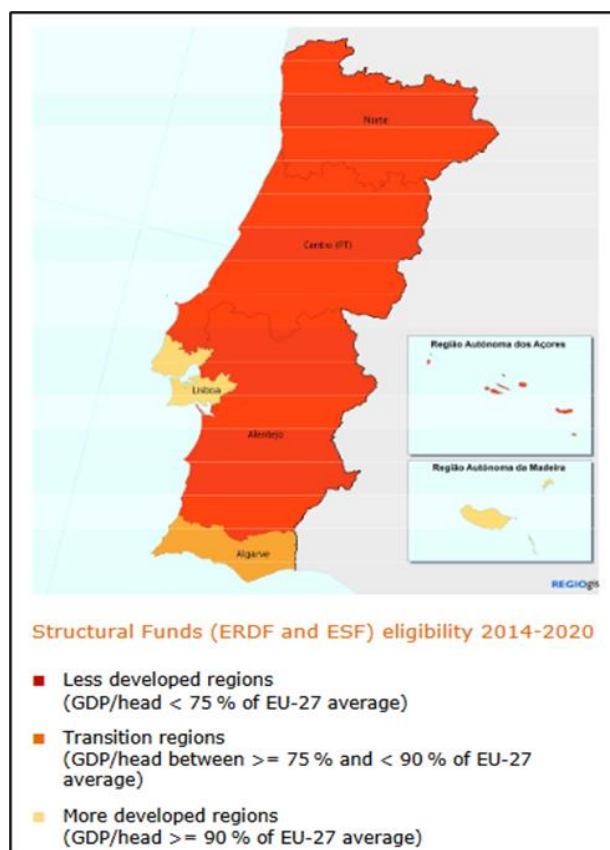
Anexo 7 – Tabela sociodemográfica síntese. Fonte: INE 2018 e CIC 2015. Elaboração própria

AAD	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7	Total Geral
100000 - 149999	-27,2	23,9	19,8	8,4	7,2	18,2	11,4	15,3
60000 - 99999	-38,0	2,3	13,9	19,0	4,5	-13,6	46,8	-0,3
20000 - 59999	-6,9	11,9	23,3	17,9	27,6	13,6	14,3	11,5
10000 - 19999	-9,4	16,5	19,5	14,3	26,7	-6,7	63,4	10,9
5000 - 9999	-17,9	6,1	16,8	8,9	27,0	-14,7	21,1	0,8
Outros	-15,3	13,4	11,3	16,8	8,4	18,3	11,6	7,7
Total Geral AAD	-11,7	13,2	19,2	15,3	19,2	6,7	25,3	9,9
ABD	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7	Total Geral
20000 - 59999	9,5	52,7	36,5	47,8	88,1	65,1	55,6	39,8
10000 - 19999	-34,3	29,1	14,8	16,3	-18,7	5,2	31,2	10,6
5000 - 9999	41,4	45,9	35,2	56,8	165,7	38,5	133,5	34,4
Outros	-24,1	24,4	15,6	19,1	22,5	20,6	39,3	6,4
Total Geral ABD	-12,8	33,4	21,9	28,2	43,5	31,0	52,7	16,6

Anexo 8 – Taxa de variação do volume de negócios ponderado ao pessoal ao serviço em AAD, ABD, AML e AMP por intervalos populacionais. Fonte: INE 2018 e CIC 2015. Elaboração própria



Anexo 9 – Distribuição do número de operações do Portugal 2020. Fonte: CAOP 2018, CIC 2015 e Lista de operações Portugal 2020. Elaboração própria



Anexo 10 – Eligibilidade regional na Política de Coesão.
Fonte: Cohesion Policy and Portugal 2014

	PME	Grandes Empresas	Total	% PME
Norte	430732	316	431048	99,93
Centro	264301	191	264492	99,93
AML	366031	596	366627	99,84
Alentejo	86054	44	86098	99,95
Algarve	73616	21	73637	99,97

Anexo 11 – Distribuição de PME e grandes empresas por NUTS2.
Fonte: Pordata 2018. Elaboração própria

	Sem nível de escolaridade	Básico 1º ciclo	Básico 2º ciclo	Básico 3º ciclo	Secundário	Médio	Superior
Norte	10,3	29,7	14,8	18,5	14,0	0,8	12,0
AAD	9,8	29,6	16,8	19,6	13,4	0,7	10,1
ABD	16,7	33,0	13,2	15,8	12,0	0,6	8,7
AMP	7,9	28,3	14,1	18,9	15,2	1,0	14,6
Centro	12,6	29,4	12,1	18,4	14,5	0,9	12,1
AAD	11,0	27,5	12,5	19,0	15,3	1,0	13,7
ABD	15,9	33,2	11,2	17,2	12,8	0,8	9,0
AML	7,0	21,9	10,7	20,4	19,3	1,2	19,6
Alentejo	15,5	28,3	12,0	18,5	14,8	0,8	10,2
AAD	12,1	27,8	12,5	19,6	15,9	1,0	11,1
ABD	16,9	28,5	11,8	18,0	14,3	0,8	9,8
Algarve	10,9	24,7	11,6	21,1	18,3	1,1	12,2
AAD	10,4	24,4	11,6	21,4	18,6	1,2	12,5
ABD	18,5	30,0	11,4	16,9	14,9	0,8	7,5

Anexo 12 – Nível de escolaridade por NUTS2 em várias unidades territoriais. Fonte: INE 2011 e CIC 2015.
Elaboração própria

	PME	Grandes Empresas	% PME
AAD	406963	273	99,93
100000 - 149999	41530	30	99,93
20000 - 59999	162341	128	99,92
60000 - 99999	9982	16	99,84
10000 - 19999	91727	42	99,95
5000 - 9999	39106	23	99,94
Outros	62277	34	99,95
ABD	242535	85	99,96
20000 - 59999	44427	22	99,95
10000 - 19999	23688	8	99,97
5000 - 9999	32076	15	99,95
Outros	142344	40	99,97
AML	366031	596	99,84
AMP	205205	214	99,90
Total Geral	1220734	1168	99,90

Anexo 13 - Distribuição das PME e grandes empresas em AAD, ABD, AML e AMP por intervalos populacionais. Fonte: CIC 2015 e PORDATA 2018. Elaboração própria

	Sem nível de escolaridade	Básico 1º ciclo	Básico 2º ciclo	Básico 3º ciclo	Secundário	Médio	Superior
AAD	10,6	27,8	13,9	19,6	15,1	0,9	12,1
100000 - 149999	7,1	21,9	11,2	19,0	17,1	1,0	22,7
60000 - 99999	7,1	22,4	12,3	20,0	15,7	1,0	21,5
20000 - 59999	9,7	27,6	14,4	19,9	15,3	0,9	12,2
10000 - 19999	11,9	29,0	13,8	19,7	14,9	1,0	9,7
5000 - 9999	11,9	29,7	14,0	19,4	14,4	0,9	9,8
Outros	12,5	30,0	14,4	18,9	14,1	0,9	9,2
ABD	16,5	31,9	12,0	16,9	12,9	0,7	9,1
20000 - 59999	11,6	26,4	10,3	18,4	16,3	0,9	16,0
10000 - 19999	13,5	29,2	13,3	18,2	14,2	0,7	10,9
5000 - 9999	16,6	32,3	12,1	17,1	12,8	0,7	8,5
Outros	18,5	33,9	12,3	16,2	11,7	0,7	6,8
AML	7,0	21,9	10,7	20,4	19,3	1,2	19,6
AMP	7,9	28,3	14,1	18,9	15,2	1,0	14,6

Anexo 14 – Nível de escolaridade por AAD, ABD, AML e AMP por intervalos populacionais. Fonte: CIC 2015 e INE 2018